



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES

**A RELAÇÃO ENTRE TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS, IDENTIFICAÇÃO COM
GRUPOS E IRRACIONALIDADE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Goiânia
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES

3. Título do trabalho

A relação entre tendências autoritárias, identificação com grupos e irracionalidade em estudantes universitários

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana De Castro Chaves, Professora do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatyane Pereira De Moraes Soares, Discente**, em 12/11/2024, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4951781** e o código CRC **BEE78CD0**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES

**A RELAÇÃO ENTRE TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS, IDENTIFICAÇÃO COM
GRUPOS E IRRACIONALIDADE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Fundamentos dos Processos Educativos.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana de Castro Chaves.

Goiânia
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Soares, Tatyane Pereira de Moraes

A relação entre tendências autoritárias, identificação com grupos e
irracionalidade em estudantes universitários [manuscrito] / Tatyane
Pereira de Moraes Soares. - 2024.

158 f.

Orientador: Profa. Dra. Juliana de Castro Chaves.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, tabelas, lista de tabelas.

1. Tendências autoritárias. 2. Identificação com grupos. 3.
Irracionalidade. 4. Estudantes universitários. I. Chaves, Juliana de
Castro, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 69 da sessão de Defesa de Tese de **TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES** que confere o título de **Doutora em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (31/10/2024)**, a partir das **14:00h**, em plataforma virtual no link público de acesso <https://meet.google.com/aqh-aprc-inx>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **"A relação entre tendências autoritárias, identificação com grupos e irracionalidade em estudantes universitários"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof.^a Dr.^a **Juliana de Castro Chaves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia Social** pela PUC-SP, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a **Anita Cristina Azevedo Resende (PPGE/UFG)**, doutora em **Ciências Sociais** pela PUC/SP - integrante titular interna, Prof. Dr. **Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela UFG - integrante titular interno, Prof.^a Dr.^a **Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva (PPGSS/Unioeste)**, doutora em **Psicologia Social** pela PUC-SP - integrante titular externa e Prof. Dr. **Pedro Fernando da Silva (PSA/USP)** doutor em **Psicologia Social** pela PUC-SP - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata **aprovada** pelos integrantes da banca. Proclamados os resultados pela Prof.^a Dr.^a **Juliana de Castro Chaves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a **Juliana de Castro Chaves**

Prof.^a Dr.^a **Anita Cristina Azevedo Resende**

Prof. Dr. **Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira**

Prof.^a Dr.^a **Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva**

Prof. Dr. **Pedro Fernando da Silva**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Juliana De Castro Chaves, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Fernando da Silva, Usuário Externo**, em 04/11/2024, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima**, **Coordenadora de Pós-Graduação**, em 04/11/2024, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Cristina Azevedo Resende**, **Usuário Externo**, em 04/11/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Goncalves Teixeira**, **Professor do Magistério Superior**, em 04/11/2024, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4925377** e o código CRC **13951BD0**.

Referência: Processo nº 23070.055021/2024-10

SEI nº 4925377

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Raphaell Soares, que foi minha base e aguentou firme todos os momentos de satisfação e instabilidade que a jornada acadêmica pode proporcionar a um pesquisador. Sua ajuda, amor, carinho e paciência foram fundamentais.

À minha orientadora, professora Juliana de Castro Chaves, pela orientação, paciência e acolhida. Obrigada por todos os ensinamentos.

Às professoras da Faculdade de Educação da UFG, Anita Resende, Marília Gouvea, Gina Glaydes, Silvia Zanolla, pelas contribuições em suas disciplinas. Em especial ao professor Ricardo Teixeira, por sua ajuda na parte empírica da pesquisa.

Às professoras da Universidade de São Paulo (USP), Monica Guimaraes Teixeira do Amaral, Marina Pereira de Almeida Mello, Maria da Glória Calado, pelo meu aceite enquanto aluna especial e por suas valiosas contribuições ao trabalho final da disciplina.

À direção e coordenação das faculdades de Medicina e Pedagogia da Universidade Federal de Goiás pelo aceite e liberação para a realização da pesquisa.

Aos professores dos cursos de Pedagogia e Medicina, que, gentilmente, dispuseram um tempo de suas aulas para a aplicação da parte empírica da pesquisa.

Aos estudantes e representantes dos cursos de Pedagogia e Medicina que se dispuseram a participar da pesquisa.

Às professoras Anita Resende, Isabela Ferreira, Ricardo Teixeira e Virginia Costa, pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Aos professores Anita Resende, Maria Isabel, Pedro Fernando e Ricardo Teixeira pelo aceite e contribuições em minha banca de defesa.

A professora Marcia Ferreira Torres, minha orientadora da graduação e com a qual tive o prazer de conhecer e aprender sobre Teoria Crítica. Obrigada por tanto.

À querida amiga Simone, minha companheira de orientação, que esteve ao meu lado em todos os momentos, compartilhando as alegrias e os desafios desta jornada. Sua presença e amizade foram fundamentais para a conclusão desta etapa. Obrigada!

À querida Izadora Sarmiento - que alegria reencontrá-la na pós-graduação! -, obrigada pelo carinho, cuidado e pela amizade que se formou durante este tempo.

Aos colegas de orientação, Ana Carolina, Ellen, Giselle, e Jeison, pelos momentos preciosos de debate e estudo.

Às queridas amigas Jessica Bernardo dos Santos Soares, Maria Avelina de Carvalho e Simone Vieira Barcelos, com as quais pude compartilhar as angústias da pesquisa e que, tão sabiamente, foram meu consolo durante este tempo.

À querida Adriana Veras, minha psicanalista, que, em parte desta jornada, me ensinou, sabiamente, a enfrentar meus medos e angústias.

À agência de fomento Capes, pela bolsa de estudo concedida.

RESUMO

Este estudo, “*A relação entre tendências autoritárias, identificação com grupos e irracionalidade em estudantes universitários*”, investiga se existem tendências autoritárias entre estudantes universitários, se essas tendências estão relacionadas à identificação com grupos e qual a sua racionalidade. A justificativa se encontra na crescente polarização política e social contemporânea, que torna relevante entender os fatores que promovem a identificação com o autoritarismo. O referencial teórico se baseia em autores, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Sigmund Freud, que discutem as bases psíquicas e sociais do autoritarismo. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo a partir da aplicação de questionário e da escala F (Fascismo) elaborada por Adorno, com algumas modificações, a 340 estudantes universitários dos cursos de Pedagogia e Medicina da Universidade Federal de Goiás. A pesquisa revela quatro tipos de tendências autoritárias nos estudantes universitários: Alta, Média-Alta, Média-Baixa e Baixa. Aqueles com tendência autoritária alta e média-alta demonstram uma maior predisposição ao autoritarismo. Nas tendências autoritárias média-alta e média-baixa, pode ser identificada uma racionalidade conservadora, que tende a reforçar comportamentos irracionais. Os grupos em que ocorre essa identificação são de “Católicos” e “Evangélicos”, “Partido Liberal”, “Partido Social Cristão”, da rede social “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos” e da “Brasil Paralelo”. Ainda assim, ao analisarmos a maioria dos estudantes com tendências autoritárias média-baixa e baixa, evidenciamos uma racionalidade não conservadora, ou seja, uma menor predisposição ao autoritarismo e uma maior preocupação com a igualdade e a diversidade a partir de grupos como “Partido dos Trabalhadores”, “Movimentos Feminista”, “Antirracista”, “Estudantil” e redes sociais como “Mídia Ninja” e “Rita Von Hunt – Estudos e Debates”. Os resultados ressaltam a importância de compreender como as dinâmicas da identificação e da racionalidade influenciam a predisposição ao autoritarismo.

Palavras-Chave: Tendências autoritárias. Identificação com grupos. Irracionalidade. Estudantes universitários.

ABSTRACT

This study, “The Relationship Between authoritarian Trends, Group Identification, and Irrationality among University Students”, investigates whether there are authoritarian tendencies among university students, if these tendencies are related to group identification, and what their rationality is. The justification lies in the growing contemporary political and social polarization, which makes it relevant to understand the factors that promote identification with authoritarianism. The theoretical framework is based on authors such as Theodor Adorno, Max Horkheimer, and Sigmund Freud, who discuss the psychic and social foundations of authoritarianism. This is a quantitative-qualitative study, utilizing a questionnaire and the F-scale (Fascism) developed by Adorno, with some modifications, applied to 340 university students from the Pedagogy and Medicine courses at the Federal University of Goiás. The research reveals four types of authoritarian tendencies among university students: High, Medium-High, Medium-Low, and Low. Those with high and medium-high authoritarian tendencies demonstrate a greater predisposition to authoritarianism. In the medium-high and medium-low authoritarian tendencies, a conservative rationality can be identified, which tends to reinforce irrational behaviors. The groups where this identification occurs include “Catholics” and “Evangelicals”, the “Liberal Party”, “the Social Christian Party”, the social network “*Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos*”, and “*Brasil Paralelo*”. However, when analyzing the majority of students with medium-low and low authoritarian tendencies, a non-conservative rationality is evident, indicating a lower predisposition to authoritarianism and a greater concern for equality and diversity through groups such as the “Workers’ Party”, “Feminist”, “Anti-Racist”, and Student movements, and social networks like “*Mídia Ninja*” and “*Rita Von Hunt – Estudos e Debates*”. The results highlight the importance of understanding how the dynamics of identification and rationality influence the predisposition to authoritarianism.

Keywords: Authoritarian tendencies. Group identification. Irrationality. University students.

RESUMEN

Este estudio, “La relación entre las tendencias autoritarias, identificación con grupos e irracionalidad en estudiantes universitarios”, investiga si existen tendencias autoritarias entre estudiantes universitarios, si estas tendencias están relacionadas con la identificación con grupos y cuál es su racionalidad. La justificación se encuentra en la creciente polarización política y social contemporánea, que hace relevante entender los factores que promueven la identificación con el autoritarismo. El marco teórico se basa en autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer y Sigmund Freud, quienes discuten las bases psíquicas y sociales del autoritarismo. Se trata de un estudio cuanti-cualitativo a partir de la aplicación de un cuestionario y de la escala F (Fascismo) elaborada por Adorno, con algunas modificaciones, a 340 estudiantes universitarios de las carreras de Pedagogía y Medicina de la Universidad Federal de Goiás. La investigación revela cuatro tipos de tendencias autoritarias en los estudiantes universitarios: Alta, Media-Alta, Media-Baja y Baja. Aquellos con tendencia autoritaria alta y media-alta demuestran una mayor predisposición al autoritarismo. En las tendencias autoritarias media-alta y media-baja, se puede identificar una racionalidad conservadora, que tiende a reforzar comportamientos irracionales. Los grupos en los que se produce esta identificación son “Católicos” y “Evangélicos”, “Partido Liberal”, “Partido Social Cristiano”, la red social “Brasil acima de Tudo, Deus Acima de Todos” y “Brasil Paralelo”. Aun así, al analizar la mayoría de los estudiantes con tendencias autoritarias media-baja y baja, se evidencia una racionalidad no conservadora, es decir, una menor predisposición al autoritarismo y una mayor preocupación por la igualdad y la diversidad a partir de grupos como el “Partido de los Trabajadores”, “Movimientos Feministas”, “Antirracistas”, “Estudiantiles” y redes sociales como “Mídia Ninja y Rita Von Hunt – Estudos y Debates”. Los resultados resaltan la importancia de comprender cómo las dinámicas de la identificación y la racionalidad influyen en la predisposición al autoritarismo.

Palabras clave: Tendencias autoritarias. Identificación con grupos. Irracionalidad. Estudiantes universitarios.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Curso, período e faixa-etária (Continua)	92
Tabela 1. Curso, período e idade (Conclusão).....	93
Tabela 2. Estado Civil/Curso/Período	94
Tabela 3. Curso, sexo e identidade de gênero	95
Tabela 4. Curso, cor/raça e renda (Continua).....	95
Tabela 4. Curso, cor/raça e renda (Conclusão).....	96
Tabela 5. Tendências autoritárias encontradas	98
Tabela 6. Tendência autoritária Média-alta e Curso.....	100
Tabela 7. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Faixa-etária	101
Tabela 8. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Estado civil	101
Tabela 9. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Renda	102
Tabela 10. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Cor/Raça	102
Tabela 11. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com grupos	103
Tabela 12. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com grupos Religiosos.....	103
Tabela 13. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com Partido Político	104
Tabela 14. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com Redes Sociais	105
Tabela 15. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com Movimentos Sociais.....	105
Tabela 16. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Sexo.....	110
Tabela 17. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Faixa-etária.....	111
Tabela 18. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Estado civil.....	111
Tabela 19. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Renda	111
Tabela 20. Tendência autoritária Média- baixa, Curso e Cor/Raça.....	112
Tabela 21. Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com grupos.....	112
Tabela 22. Tendência autoritária média-baixa e identificação com grupo religioso.....	113

Tabela 23.Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com Movimentos Sociais (Continua).....	113
Tabela 23. Tendência autoritária média-baixa e identificação com movimentos sociais (Conclusão).....	114
Tabela 24. Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com Redes Sociais	115
Tabela 25.Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com grupos de Partidos Políticos	116
Tabela 26. Tendência autoritária Baixa, Curso e Sexo.....	120
Tabela 27. Tendência autoritária Baixa, Curso e Faixa-etária	120
Tabela 28. Tendência autoritária Baixa, Curso e Estado civil.....	121
Tabela 29. Tendência autoritária Baixa, Curso e Cor/Raça	121
Tabela 30. Tendência autoritária Baixa, Curso e Renda	122
Tabela 31. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos	122
Tabela 32. Tendência autoritária Baixa e Identificação com Movimentos Sociais.....	123
Tabela 33. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos em Redes Sociais (Continua).....	123
Tabela 33. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos em Redes Sociais (Conclusão).....	124
Tabela 34. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos Religiosos.....	124
Tabela 35. Tendência autoritária Baixa e Identificação com Movimentos Sociais.....	125

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

DEM - Democratas

DINA - Dirección de Inteligencia Nacional

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FPE - Frente Parlamentar Evangélica

LGBTQIA+ - Comunidade de Diversidade Sexual e de Gênero

MBL - Movimento Brasil Livre

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

Novo - Partido Novo

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PL - Partido Liberal

PR - Partido Republicanos

PSC - Partido Social Cristão

PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

S.M. - Salário-Mínimo

UP – Unidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DAS MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS	25
1.1 Manifestações autoritárias: nazifascismo, tendências sociais autoritárias e adesão do sujeito	27
1.2 O autoritarismo nos sujeitos e os enlaces com os processos de socialização.....	36
1.3 Elementos que permeiam o autoritarismo na constituição social e individual.....	47
1.3.1 Autoridade e autoritário na constituição da autonomia e da heteronomia	48
1.3.2 O processo de identificação dos sujeitos com grupos e líderes: entrelaçamentos com narcisismo e projeção	50
1.3.3 A razão irracional e o conservadorismo	58
2. O PASSADO QUE NÃO PASSOU: MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS NO BRASIL	62
2.1 Integralismo e Era Vargas: autoritarismo nas décadas de 1930 e 1940	64
2.2 A Ditadura Militar entre as décadas de 1960 e 1980.....	69
2.3 E a história continua porque as determinações continuam.....	75
3. TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.....	92
3. 1 Caracterização da população	92
3.2 Tendências autoritárias encontradas	97
3.2.1 Tendência autoritária alta	98
3.2.2 Tendência Autoritária Média-Alta.....	100
3.2.2.1 Identificação com grupos sociais.....	103
3.2.2.2 Procedimento de racionalidade da identificação das tendências média-alta autoritária dos estudantes	106
3.2.3. Tendência autoritária Média-Baixa	110
3.2.3.1 Identificação com grupos sociais.....	112

3.2.3.2. Procedimento de racionalidade da identificação da tendência média-baixa autoritária dos estudantes	117
3.2.4.1 Tendência autoritária baixa	120
3.2.4.2 Identificação com grupos.....	122
3.2.4.3 Procedimento de racionalidade de identificação da tendência autoritária baixa	125
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	144
APÊNDICE	154

INTRODUÇÃO

Na atualidade do capitalismo em seu estágio neoliberal, marcado pela eliminação das políticas sociais, precarização do trabalho, ampliação das desigualdades, aumento da ameaça, da autoconservação e seu consequente medo, evidencia-se uma civilização em crise, em que as contradições ficam mais evidentes (Harvey, 2014) e em que a classe detentora dos meios de produção amplia a defesa do conservadorismo, seja do poder econômico, seja de valores morais e costumes, estimulando o ódio contra os que são denominados responsáveis pela desordem social e a perseguição aos não adaptados à lógica vigente.

É nesse lastro que manifestações autoritárias tanto de grupos como de indivíduos encontram terreno fértil e se intercambiam com ressentidos pelo prometido e não conquistado, com os que querem se sustentar na dominação e com os que se constituem de forma heterônoma em uma sociedade irracional, que, por identificação, reproduzem elementos autoritários. Essas dimensões se entrelaçam no autoritarismo¹.

Adorno (2019) afirma que os regimes nazifascistas se alimentam de aspectos subjetivos dos sujeitos. Nesse contexto, instintos, medos e paixões humanas, reprimidos pela civilização, que impõe sacrifícios exacerbados e sem promessas de satisfação, tendem a emergir com maior força e de forma desenfreada assim como a violência aos considerados inimigos.

Mesmo após a ascensão do nazifascismo, tendências autoritárias são encontradas em sociedades ditas democráticas, como Estados Unidos, Alemanha e Áustria (Adorno, 2015c). No Brasil, o autoritarismo já se manifestou de forma mais potente no Integralismo dos anos 1930; no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945); e na Ditadura Militar (1964-1985). Nesses períodos, o autoritarismo contou com o apoio de setores da sociedade, especialmente da

¹ Os termos autoritarismo, fascismo e totalitarismo variam conforme o referencial teórico, a determinação mais determinante e o contexto histórico. Chauí (2019) utiliza o totalitarismo para se referir a um controle mais amplo da vida social e política, que abrange não apenas o governo, mas também o pensamento e as relações cotidianas. Löwy (2019) faz referência ao neofascismo, uma renovação das ideias fascistas em contextos contemporâneos onde o autoritarismo é marca. Boito Jr. (2018) entende que o autoritarismo acontece quando o Estado impõe formas de controle rígido, ainda que não seja totalitário ou fascista. Para Marcuse (1973), o totalitarismo não acontece apenas com um governo militar, mas se refere a uma sociedade administrada que alcança muitas dimensões da socialização, uma constituição unidimensional, uma constituição individual e social fundamentada em uma razão irracional, que realiza um processo de humanização baseado na violência, na dominação e no medo. Essas nuances e suas relações são consideradas neste trabalho. Na maioria das vezes, adotamos, prioritariamente, o autoritarismo na conta dos debates de Adorno e Horkheimer (1985) em *Elementos do antissemitismo* (1985) e de Adorno em *A personalidade autoritária* (2019), *As estrelas descem a terra: A coluna sobre astrologia do Los Angeles Times - um estudo sobre superstição secundária* (2008a) e “Antissemitismo e propaganda fascista” (2015c), que, em muitos momentos, apresentam elementos intercambiáveis, como a relação com a barbárie, a submissão, a falta de reflexão e a racionalidade irracional generalizada da sociedade, mesmo quando enfatizam mais o sujeito ou a sociedade ou levando em conta a não dissociação de ambos. Elementos fascistas, autoritários não acontecem apenas em regimes autoritários, mas também nos formalmente democráticos.

classe burguesa, que via na homogeneidade social a solução para enfrentar tanto a crise como o que julgavam ser ameaçador.

Ao analisarmos o panorama atual do Brasil movido pela objetividade neoliberal, que provoca o declínio da confiança nas instituições e na democracia e é pautado no individualismo exacerbado em que os acordos da civilização se reduzem a interesses individuais, há o fortalecimento de grupos conservadores e autoritários que valorizam os pilares da tradição, Deus, pátria e família, defendem o armamento da população, a violência policial para a recomposição da ordem, a intolerância a qualquer divergência e diversidade de ideias e a eliminação da verdade e da historicidade dos acontecimentos, efetivando uma subjetividade reificada que defende os irracionalismos sociais e individuais (Löwy, 2019).

Segundo Adorno (2019), há determinadas condições objetivas e subjetivas mais propícias para que o sujeito se identifique e adira ao autoritarismo. O forte sentimento de desamparo, o rompimento dos laços sociais, a mediação de grupos sociais e de líderes conservadores e autoritários, uma razão que engendra mecanismos de controle e dominação, que seja responsável por organizar de maneira técnica e eficiente o progresso que promove a desumanização e a insensibilidade, são bases da adesão a manifestações autoritárias (Adorno; Horkheimer, 1985).

No Brasil, comportamentos autoritários também se manifestam em ambientes universitários. Zuin (2011) discute como o autoritarismo se expressa em trotes violentos, em que veteranos submetem calouros a humilhações e agressões muitas vezes letais, em instituições públicas que deveriam promover o pensamento crítico e o diálogo. Almaduras (2021) afirma que estudantes com o pretexto de romper hierarquias e democratizar o ambiente acadêmico efetivam ações autoritárias quando tratam a educação como um bem de consumo, escolhendo, a partir de critérios individuais, o quê, como e quando querem estudar, ao invés de se submeterem ao rigor acadêmico necessário. Esse comportamento reflete uma imposição autoritária, já que os estudantes pressionam para que suas vontades sejam atendidas, revelando uma submissão às conveniências e demandas de mercado ao invés de buscar a formação humana.

Resende (2016) ressalta, a partir de uma pesquisa com estudantes universitários de psicologia em Goiânia, uma crescente adesão a crenças místicas e irracionais, evidenciando que, em vez de fomentar o pensamento crítico, essas crenças criam uma falsa sensação de reconciliação com o mundo por meio da satisfação de necessidades imediatas. Isso promove

um comportamento conformista, que tende a aceitar, passivamente, formas de controle social e de dominação, características de manifestações autoritárias.

Crochik (2019), também em pesquisa com estudantes universitários, revela que os que apresentam traços narcisistas e sadomasoquistas são mais propensos a adotar atitudes autoritárias e preconceituosas. O narcisismo, caracterizado pelo desejo de dominação e pela desvalorização do outro, intensifica comportamentos de imposição em ambientes educacionais. Nesse contexto, o exercício do poder sobre os outros serve como uma forma de compensar a própria fragilidade.

A par de que os jovens tenham histórico em movimentos de resistência e transformação social e estejam na universidade, lugar prometido de diálogo com a diversidade de saberes, mas que pode estar ameaçado pela lógica da mercadoria (Chauí, 2003), há estudos que constataam que estudantes universitários estão impregnados por uma razão funcional que responde bem aos irracionalismos necessários à reprodução de autoritarismos.

Além do mais, há um aumento significativo de células autoritárias, fascistas, no Brasil. Os grupos se ampliam nas redes sociais como se ampliam suas formas de articulação e propaganda. Dias (2007) revela como utilizam a internet para disseminar ideias de supremacia branca, racismo e ódio. Ademais, durante o governo de Jair Bolsonaro, esses grupos se manifestaram de forma conservadora, promovendo agendas antiaborto e de retorno à ditadura militar (Lerner, 2019). Ao se organizarem nas redes sociais, recrutam adeptos e criam um ambiente propício à propagação de suas ideologias, que também se refletem em seus protestos nas ruas.

Por isso, também nos interessa pesquisar a relação das tendências autoritárias com a identificação com grupos. Pesquisar a significância dessa relação procede já que a possibilidade de que todo grupo possa ter um viés fascista não é apenas uma questão teórica, mas uma realidade que se manifesta nas interações sociais e nas estruturas de poder, em que a busca por controle e a necessidade de pertencimento podem, facilmente, se transformar em autoritarismo, independentemente da ideologia que o grupo professe. O sentimento de pertença gera uma diferenciação do outro que não pertence ao grupo, o que facilita radicalizar o estranhamento da totalidade da humanidade.

Interessa-nos, então, compreender se, na atualidade, estudantes universitários em Goiânia possuem tendências autoritárias. Assim, perguntamos: existem tendências autoritárias

em estudantes universitários? Existe relação entre tendências autoritárias em estudantes universitários e sua identificação com grupos? Se existe, qual a racionalidade dessa relação?

É com a busca do conhecimento desses elementos que esta pesquisa tem o objetivo geral de analisar se existem tendências autoritárias em estudantes universitários. Como objetivos específicos, queremos revelar as mediações sociais e psicológicas que embasam tendências autoritárias; analisar se os estudantes com tendências autoritárias encontradas a partir da Escala F se identificam com grupos e quais são esses grupos; e desvelar a racionalidade dessa identificação, estabelecendo relação com traços autoritários dos estudantes universitários no sentido de analisar suas correlações.

Para atingir esses objetivos, adotamos um referencial teórico de entendimento dos determinantes sociais e psicológicos em suas contradições: Theodor Adorno, Max Horkheimer, Sigmund Freud, Eric Hobsbawm, Leandro Konder, David Harvey, Michael Löwy, Marilena Chauí, Boito Jr. e Saad Filho. No que se refere aos aspectos metodológicos, fizemos, inicialmente, uma revisão bibliográfica no sentido de conhecer como o tema é discutido. Tais discussões foram incorporadas às reflexões e auxiliaram a efetuar o aprofundamento da problematização da pesquisa.

Realizamos uma pesquisa quanti-qualitativa dos participantes, utilizando um questionário (Apêndice A) de perguntas sobre idade, sexo, raça, gênero, estado civil, indicadores econômicos e identificação com grupos sociais, bem como perguntas abertas em relação aos motivos da identificação com os grupos relatados. Além disso, foram aplicadas 28 das 29 questões que compõem a Escala F de fascismo desenvolvida por Adorno² (2019), seguindo a versão adaptada e validada por Crochik³ (1999) no Brasil,

² A escala F aplicada refere-se ao formulário (40-45) que, em sua forma original, continha 29 questões, aplicadas a 1.518 pessoas, com a média de confiabilidade de 0,90 e amplitude de 0,81 a 0,97 (Adorno, 2019).

³ A escala F com 28 questões foi adaptada por Leon Crochik em sua tese de livre docência intitulada *A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcísica* (1999) com mais duas outras escalas Likert por ele criadas: a primeira com o objetivo de verificar a relação entre características narcísicas de personalidade e a segunda, de medir a adesão dos sujeitos à racionalidade tecnológica. Ao correlacionar essas duas escalas com a escala F de Adorno (1950), ele pôde validá-las quanto ao nível de significância que, nesse estudo, foi de 0,64 e 66 entre a escala F e a escala de ideologia da racionalidade tecnológica e 0,56 e 0,58 entre a escala F e a escala de características narcísicas de personalidade. Além disso, em estudo recente (2021), ele utilizou a escala F a fim de verificar se há diferença entre “preconceitos dirigidos a diversos alvos, e se tipos distintos de personalidade autoritária se associam de formas diferentes com esses tipos de preconceitos” (p.1182), seja contra grupos de etnias, pessoas com deficiência, ou mesmo LGBTQIA+, aplicando a escala a 161 estudantes de uma universidade, mas dividida em duas subescalas: a primeira, com nível de confiabilidade de 0,83, autodenominada de Fsadomasoquismo buscava verificar tendências sadomasoquistas, e a segunda, com nível de confiabilidade de 0,64 e autodenominada Ffragilidade, para mensurar um tipo de personalidade com um ego mais frágil.

com algumas modificações⁴. Esse instrumento (Apêndice B) permitiu revelar a existência de tendências autoritárias alta, média-alta, média-baixa e baixa e os traços psicológicos que a sustentam.

A pesquisa contou com a participação de estudantes universitários dos cursos de Pedagogia e Medicina da Universidade Federal de Goiás dos anos iniciais (2º período), momento em que os alunos estão iniciando o curso, e dos anos finais (8º período), quando estão próximos de finalizar sua jornada acadêmica. Foram consideradas a equação candidato/vaga e as diferenças em relação ao nível socioeconômico. A escolha dos cursos ocorreu pelo seguinte motivo: ambos trabalham com seres humanos, um deles voltado à formação de professores e o outro, à promoção de cuidados à saúde e proteção à vida.

Em relação ao curso de Pedagogia, para além das questões relacionadas à preferência pela profissão docente, Martins (2007) expõe que, em condições socioeconômicas desfavoráveis, parte dos candidatos ao processo seletivo busca cursos cuja relação candidato/vaga seja menor, ou seja, cursos menos concorridos. Essa constatação pode ser validada a partir dos dados do *Analisa UFG* (2023), em que 603 (86%) dos estudantes do curso de Pedagogia possuem renda *per capita* entre 0 e 1,5 salários-mínimos, e 85 (12%) renda *per capita* maior que 1,5 salários.

Quanto ao curso de Medicina, segundo Oliveira (2015), por ser um curso que exige mais condições financeiras, historicamente mais elitizado, é um curso altamente concorrido e, normalmente, possui uma elevada relação candidato/vaga. Os dados socioeconômicos desse curso na página do *Analisa UFG* (2023) evidenciam que 451 (60%) sujeitos possuem renda *per capita* entre 0 e 1,5 salários-mínimos e 295 (39%) renda maior que 1,5 salários.

Percebe-se, portanto, que, no curso de Medicina, existe mais quantitativo (39%) de estudantes com renda acima de 1,5 salários-mínimos do que no curso de Pedagogia (12%). Tais diferenças, seja em relação a candidato/vaga ou referente a uma maior renda salarial, indicam

⁴ Em nosso estudo, diferentemente de Crochik (1999), incluímos a questão de número 22: “O melhor é fazer uso de algumas autoridades antes da guerra para manter a ordem e evitar o caos”, indicada e aplicada por Adorno (2019), por compreender que essa pergunta pode nos trazer elementos para pensar o contemporâneo. Isso porque, em nossa particularidade histórica, desenvolvem-se guerras como a da Rússia e Ucrânia, ideia de guerra híbrida, conflito de potências econômicas, como Estados Unidos e China, e, no Brasil, um governo que, durante quatro anos, estimulou uma política ideológica de guerra, que gerou medo e caos, num movimento que atualizou elementos do passado que, inclusive, podem ser identificados na guerra contra a Venezuela. Ao mesmo tempo, retiramos a pergunta de número 18 - “Hoje em dia, com tantas espécies diferentes de pessoas indo de lugar ao outro se misturando livremente, temos de ser especialmente cuidadosos para nos proteger de infecções e doenças” -, por compreender que o questionário foi aplicado no período pandêmico da COVID-19, cuja realidade concreta se efetivava por uma questão de saúde pública, podendo influenciar na resposta dos sujeitos.

processos de desigualdade social que devem ser investigados, pois podem contribuir para a identificação com manifestações autoritárias.

Importante informar que, antes da aplicação definitiva do questionário e da escala F, foi realizado um pré-teste com sujeitos não participantes da pesquisa. O pré-teste foi necessário para que pudéssemos analisar a clareza das questões aos leitores, o tempo necessário para aplicação do questionário em sala de aula e outras dúvidas que pudessem aparecer. Após a aplicação, foram feitas correções pontuais quanto à disposição das perguntas e ampliou-se o tempo de respostas de 15 para até 30 minutos. Todos os pré-testes foram descartados e a pesquisa só foi realizada após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal de Goiás, via Plataforma Brasil, sob o número 5.663.514. Os sujeitos participantes foram informados acerca dos detalhes da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo V).

A pesquisa envolveu 463 estudantes, 229 matriculados no curso de Medicina e 234 no curso de Pedagogia. Considerando a margem de erro de 5% e o nível de confiança de 95%, obtivemos uma amostra final de 340 participantes, entre os quais 168 eram do curso de Pedagogia e 172, do curso de Medicina. Esse número de participantes representou uma amostra significativa, garantindo a confiabilidade das análises com base nos parâmetros de margem de erro e nível de confiança estabelecidos.

Assim, na Seção I, vamos discutir as manifestações autoritárias, refletindo sobre como processos sociais e subjetivos se entrelaçam na constituição e fortalecimento de regimes, movimentos e tendências autoritárias. Inicialmente, procuraremos entender o nazifascismo em suas características, já que ele é emblema do autoritarismo; posteriormente, desenvolveremos as tendências autoritárias que emergiram após o fim desse regime em sociedades ditas democráticas, como a neoliberal, de modo a evidenciar as bases que ainda sustentam o autoritarismo. Em seguida, analisaremos os processos de socialização que contribuem para a formação da personalidade autoritária, revelando os elementos psicossociais que permeiam a constituição do autoritarismo, ressaltando a interdependência entre estruturas sociais e dinâmicas psíquicas.

A Seção II debaterá diferentes manifestações de autoritarismo no Brasil, desde regime, movimentos sociais, expressões da sociedade e de indivíduos, no sentido de refletir como essas manifestações não são recentes e como aquilo que não é reconhecido, elaborado e que permanece em suas determinações encontra solo fértil para voltar a emergir com força. Ao

mesmo tempo, exporemos atitudes autoritárias mais atuais de governos assim como estudos sobre personalidade autoritária no Brasil com o objetivo de entender os entrelaçamentos entre sociedade e sujeito com as mediações necessárias.

Na Seção III, apresentaremos a caracterização da mostra e a análise das tendências autoritárias em estudantes universitários e sua relação com a identificação com grupos sociais, considerando os níveis de autoritarismo alto, médio-alto, médio-baixo e baixo. Os sujeitos com alta e média-alta tendência autoritária evidenciaram traços de maior Submissão à Autoridade, Projetividade e Destrutividade e Cinismo. Os sujeitos com tendência média-baixa e baixa se identificaram com traços de Projetividade e Destrutividade e Cinismo. Também realizamos análise da racionalidade da justificativa dos estudantes que se identificaram com grupos religiosos, políticos, movimentos sociais e redes sociais e analisamos as relações com os traços da personalidade autoritária. Nas considerações finais, apresentamos uma reflexão crítica sobre os achados do estudo, destacando as implicações das tendências autoritárias encontradas e sua relação com a identificação com grupos.

1. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DAS MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS

As manifestações autoritárias estão entrelaçadas a aspectos psicossociais que envolvem, de um lado, processos subjetivos do sujeito como identificação, crenças, emoções de medo e ódio e sentimento de insegurança e ressentimento, e uma irracionalidade, uma razão formalizada, funcional à classe dominante, em que o sujeito é espectador de sua própria vida. De outro lado, envolvem também questões objetivas do social, como modo de produção da sociedade, crises da civilização, relações com autoridade, instituições, pertença a grupos, que, em suas interfaces, oferecem lastro para potencializar o autoritarismo, seja como regime, governo, e/ou como traço de personalidade. Sabendo que toda objetividade é subjetiva e toda subjetividade é objetiva, não é possível desvincular as determinações sociais da constituição psíquica do sujeito que adere ao autoritarismo.

A partir de Marx (2010), afirmamos que todo ser humano é um ‘ser social’ e que sua vida individual e a vida genérica, universal, estão intrinsecamente ligadas, embora estejam ocultadas no modo de produção capitalista. Nesse contexto, a exteriorização vital do ser humano “diz” da vida social (Resende, 2001) e, ao mesmo tempo, os aspectos psicológicos individuais não estão dissociados da forma como se constitui a civilização. A produção da cultura é constituída e interiorizada pelos sujeitos. O modo de produção não produz apenas coisas, mas também relações, sociedade, seres humanos e subjetividade (Marx, 2013). O capitalismo se estrutura pela exploração, dominação e desigualdade e, por isso, desde já podemos afirmar que está atravessado por elementos não democráticos que não envolvem a igualdade e a justiça substantiva⁵.

Freud (2020) também contribui para o entendimento da relação entre cultura e barbárie quando desvela que a cultura impõe aos indivíduos restrições e renúncias pulsionais que causam insatisfação e conflitos internos ocasionados pela tensão entre desejos individuais e exigências culturais, uma dinâmica que tende a contribuir para buscas de satisfação autoritárias. Isso porque a insatisfação decorrente das renúncias impostas pode ser canalizada para a busca de controle e poder sobre os outros, uma forma de compensação pelas frustrações pessoais.

⁵ A justiça substantiva é um conceito que se distingue da mera aplicação de normas e procedimentos legais e que leva em consideração as circunstâncias específicas, as necessidades dos indivíduos e a justiça social, ou seja, se relaciona a todos os indivíduos, dando base a uma análise crítica das implicações sociais das decisões jurídicas (Meszáros, 2011).

Dito isso, é preciso indagar: quando eclodem, de forma mais significativa, condições não democráticas na sociedade capitalista? Para responder a essa indagação sem cair no relativismo, é importante ressaltar que existem algumas determinações mais determinantes, que oferecem base para que o autoritarismo encontre lugar para se instalar e se ampliar. Muitos autores, como Hobsbawn (1995), Marx (2011) e Konder (2009), consideram que a eclosão de autoritarismos está relacionada a uma crise do sistema de produção burguês, a uma fratura entre mundo concreto e almejado, a uma descrença generalizada no humano ligada à não realização de promessas feitas à humanidade e a um estado de acirramento de luta de classes.

Marx (2011) revelou que o bonapartismo na França do século XIX eclodiu em tempos de crise e reforçou o poder nas mãos de um líder com o apoio de setores conservadores da burguesia e do exército. É em contextos como esses que aparece o salvador da nação, promovendo políticas que buscam apaziguar as tensões e preservar a estabilidade social, para o que são usados métodos violentos e repressivos, sustentados por meio da coerção e da intimidação em detrimento dos princípios democráticos e dos direitos individuais, para que haja a sustentação do domínio do poder de uma classe sobre outra. No processo de questionamento sobre que tipo de civilização está em vigor, o autoritarismo tende a ser direcionado também contra aqueles considerados diferentes ou inimigos.

Mediante isso, evidenciamos que a existência de manifestações autoritárias requer uma análise das relações entre estruturas sociais e aspectos psíquicos, em um diálogo que envolve contradições. O objetivo desta seção é, portanto, compreender como o processo civilizatório, que prometeu esclarecimento, igualdade e liberdade aos seres humanos, mas que vem produzindo riqueza para uma classe através da exploração de outra, constitui um lastro favorável à constituição de manifestações autoritárias ao longo da história. Também problematizar como a cultura, essa produção resultado do trabalho humano, conduz à pseudoformação⁶, à barbárie⁷ e não à crítica reflexiva desses movimentos. Para efetivar esse esclarecimento, elegemos emblemas de autoritarismos, a fim de, no diálogo com a universalidade e a particularidade histórica e individual, entendermos esses processos.

⁶ Pseudoformação (semiformação) é um processo de constituição de indivíduos que prima pela dominação, pela exploração e oferece base para a violência e a barbárie, que obstam o exercício da reflexão, da experiência, da sensibilidade e da capacidade de se reconhecer a gênese humana ou o ser social, o que perpetua a adaptação e o conformismo, ou seja, a passividade frente à realidade produzida pelo próprio ser humano (ADORNO, 1996).

⁷ A barbárie é a regressão do processo civilizatório e se manifesta, objetivamente, no enraizamento de preconceitos, violências, torturas e genocídios. A barbárie se estabelece quando se regride a uma violência injustificada (Adorno, 1995b).

1.1 Manifestações autoritárias: nazifascismo, tendências sociais autoritárias e adesão do sujeito

O autoritarismo está presente na sociedade enquanto regime autoritário não só nos emblemas do fascismo, na Itália, e do nazismo, na Alemanha, ambos do século XX, mas também em tendências autoritárias que se fortalecem em sociedades ditas “democráticas” e/ou em uma democracia tipo formal, como já revelou Adorno (2015, 2019) nos Estados Unidos e como demonstraram alguns estudos no Brasil (Boito Jr, 2020; Chauí, 2019; Löwy, 2019; Pucci, 2020).

Também existe certo consenso de que o capitalismo em seu estágio neoliberal, ligado ao imperialismo devastador, de terra arrasada, oferece grandes condições para a eclosão de autoritarismos. Hobsbawn (1995), Marx (2011) e Konder (2009) afirmam que elementos autoritários são mais emergentes quando o modo de produzir a sociedade enfrenta uma crise embasada, principalmente, na diminuição ou no não atingimento do lucro almejado pela classe social detentora dos meios de produção e nas dificuldades no acúmulo de capital geradas pelo próprio capitalismo, que alcança a sociedade acirrando insatisfações, inseguranças e contradições.

Segundo Konder (2009), o nazifascismo como regime de Estado na Itália e na Alemanha está inserido no capitalismo liberal e se desenvolveu na crise econômica da Grande Depressão de 1929, desencadeada, com repercussão global, pela quebra da Bolsa de Nova York, que causou perdas de capital e falência de empresas, o que resultou em condições catastróficas para as classes altas.

As elites político-econômicas, confrontadas com as limitações do mercado, passaram a questionar os princípios do pensamento liberal. Apesar de ter começado nos Estados Unidos, a crise se estendeu à Europa e abalou o comércio internacional, o que agravou a situação pós-guerra, evidenciando a fragilidade do capitalismo no molde liberalista. Essa crise instigou a necessidade de se pensar uma outra forma de acumulação do capital e de se desenvolverem estratégias de reestruturação de preservação do capitalismo (Hobsbawm, 1995).

Esse contexto enfraqueceu os direitos humanos, a liberdade, ou seja, aspectos da democracia formal tanto na Itália como na Alemanha. Propôs como base um conteúdo social conservador, aquele

[...] que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório [...] Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas

(enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro⁸ (Konder, 2009, p. 53).

Ou seja, no contexto de crise do capital, unem-se os polos poderosos – o capital bancário e o capital industrial, os conservadores e quem mais possa ser aglutinado – para sustentar a segura expansão da sociedade que privilegia os poderosos e para a qual a ferramenta de discursos e práticas autoritárias são fundamentais (Konder, 2009).

Segundo Hobsbawm (1995), o autoritarismo dos regimes nazifascistas se desenvolve, predominantemente, em grupos políticos de direita⁹ que chegam ao poder de maneira constitucional, por meio do voto, revelando que o autoritarismo convive com a democracia formal, colocando-se contra todo e qualquer tipo de movimento social ou classe que lhe seja oposição ou questione seus preceitos e ações.

Na Itália, o fascismo teve como seu representante oficial Benito Mussolini, que pertencia ao Partido Republicano Fascista (1922-1943), desenvolvido em um contexto de crise econômica de aumento de inflação e desemprego, de que resultaram uma fragmentação política e o fortalecimento de partidos políticos de direita. Nessa crise, gerada pelo próprio *modus operandi* do capital, houve incursão por uma renovação, uma reforma do Estado e da sociedade italiana em geral. Para isso, o

Estado deveria abandonar a sua orientação liberal e ser autoritário e centralizado, eliminando-se todos os partidos políticos, o Parlamento e outros órgãos do sistema democrático. As lutas sociais seriam contidas com um misto de cooptação e repressão, de forma a garantir a uniformidade e a união entre os italianos. A nação, por fim, seria colocada em primeiro plano, o que significava uma educação fundamentalmente militarista e nacionalista (Bertonha, 2008a, p. 145).

A defesa da ordem envolveu a organização de milícias voluntárias formadas por pessoas da sociedade que operavam de forma organizada, o que já revelava uma espécie de enfraquecimento do papel das instituições do Estado democrático. Essas milícias tinham poder de forças armadas e defendiam interesses políticos, étnicos, religiosos e territoriais, como o grupo “camisas negras”, que agia como uma força de choque, reprimia violentamente opositores, como sindicalistas, socialistas e comunistas, e intimidava a população em geral.

⁸Nessa fase imperialista do capitalismo, o capital financeiro se acumula principalmente a partir de juros, transações bancárias, havendo a consolidação de monopólios (Konder, 2009).

⁹A política de direita envolve programas de governo que priorizam a demanda do sistema capitalista, a preservação da moral cristã e explicações irracionais sobre o mundo. Nessa lógica, rejeita os objetivos igualitários, alegando que a desigualdade é natural e inevitável e até benéfica para a sociedade (Jorge, Faria, Silva, 2020).

Nesse meio, as greves trabalhistas foram proibidas, os sindicatos que reivindicavam direitos da classe trabalhadora foram extintos, uma série de leis e decretos foram instituídos de forma autoritária, dissolvidos os partidos de oposição e expulsos deputados do parlamento e até deportados para seus países de origem (Paxton, 2007).

Importante ressaltar que o regime autoritário não ganhou força e se desenvolveu sem a adesão do indivíduo. Ao propor uma renovação da sociedade italiana a partir do autoritarismo, da centralização do Estado e da supremacia da proteção à nação, partilhou-se uma ideologia sedutora para aqueles que ansiavam por um Estado com ordem e estabilidade em meio ao caos e que envolvia desde milícias e outros grupos a indivíduos (Bertonha, 2008a).

Com uma sociedade em declínio, sem a análise dos determinantes, a ideologia do nacionalismo ligada ao patriotismo exacerbado, mesmo que tivesse embasada em restrições à participação de determinados grupos no cenário político, objetivava restaurar a ordem e funcionou como uma estratégia que aglutinava diversas classes, desde as camadas populares até a alta burguesia. Nesse contexto, emoções de medo, desamparo e insegurança diante de uma ameaça (certa paranoia) e ressentimentos provocados e instigados pela situação social foram mobilizados para fortalecer grupos conservadores e canalizadas em direção a quem se considerava inimigo (Konder, 2009).

O procedimento (ir)racional de fragmentação entre parte e todo com a retirada da parte enviesada foi constante. Um emblema dessa situação foi efetivado por Mussolini, que disse ter estudado os fundamentos teóricos de Karl Marx, para, em seguida, desligá-los de seu contexto, adotando a “solução do pragmatismo radical que legitimava a emasculação da teoria geral” (Konder, 2009, p. 29). A desvinculação das concepções teóricas de seu contexto original resultou na mistificação e na manipulação de conteúdo para os interesses espúrios do fascismo. Importante ressaltar que

A essência do pensamento de Marx era naturalmente incompatível com os interesses vitais das classes conservadoras, mas a direita não estava iludida a esse respeito e não tinha a menor intenção de se converter ao marxismo: o que ela queria era “importar” do marxismo alguns conceitos, desligando-os do contexto em que tinham sido elaborados, mistificando-os e tornando-os úteis aos seus propósitos (Konder, 2009, p.31).

A crise na Alemanha tinha como base o crescimento desigual e combinado do modo de produção burguês: a agricultura começou a não ser mais tão importante, acontecendo a falência dos proprietários de terra; problemas em indústrias de aço e ferro; desemprego de milhares de operários; exploração continuada do trabalhador (Kershaw, 2010). É com base no

conservadorismo e na ideologia da salvação que a ideia de restauração da nação para torná-la próspera ganhou contornos autoritários.

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia, corporação), a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações (Ferreira; Botelho, 2010, p. 11-12).

O nacionalismo¹⁰ nazifascista consolidou as condições e a manutenção do processo de produção e acumulação capitalistas. Note-se que a defesa dos interesses de uma classe que não quer perder nem reduzir seu poderio econômico se materializa, habitualmente, na constituição de um Estado autoritário que

considera as massas não como seres humanos autodeterminados que decidem racionalmente seu próprio destino e que devem, portanto, ser tratados como sujeitos racionais, mas sim que ele os trata como meros objetos de medidas administrativas, ensinados, acima de tudo, a se auto anular e a obedecer a ordens (Adorno, 2015c, p. 142).

Segundo Hobsbawm (1995), no nazifascismo houve a absorção do social pela ideia do nacional, permeada por características chauvinistas que enfocavam as massas, mobilizavam a euforia, mas não a população com seus problemas concretos e a reflexão sobre esses problemas. A ideia de nação mantinha uma crença na superioridade de um grupo étnico em relação aos outros, isto é, se embasava na ideologia da pureza e da superioridade racial e moral e se manifestava através de preconceitos, arrogância, discriminação e hostilidade em relação a grupos considerados inferiores, fortalecendo o processo de individualização e de fragmentação da humanidade. Na lógica de que social e nacional eram idênticos,

[...] tanto na Alemanha quanto na Itália, os trabalhadores eram convidados a ver em seus compatriotas capitalistas não os beneficiários de um sistema social baseado na exploração interna, mas sim colegas proletarizados (ou em vias de proletarização), vítimas de um sistema de exploração internacional (Konder, 2009, p. 37).

¹⁰ Segundo Konder (2009, p.41), existem “nacionalismos” que são “autêntica revolta nacionalista dos povos submetidos à exploração colonial, que buscam as determinações da exploração, o que não é o caso do nacionalismo propagado pelo fascismo”.

Para Adorno e Horkheimer (1985b), a ideia de nacionalismo nazifascista oculta as mediações que constituem o país, as crises, obstaculiza o exercício da razão, instiga o processo de individualização que não conhece o social como constitutivo do ser, instiga a euforia, a desigualdade e as atitudes autoritárias. O comportamento antisemita passa a ser “desencadeado em situações em que os indivíduos obcecados e privados de sua subjetividade se veem soltos enquanto sujeitos” (Adorno; Horkheimer, 1985b, p.160). Nesse processo, ficam absorvidos por ideias fixas, preconcebidas e estereótipos, o que impede a realização de uma análise crítica da realidade.

O projeto de nação envolve a defesa de valores conservadores ligados à preservação da família burguesa, composta por um casal heterossexual, ou seja, um homem e uma mulher, com papéis e responsabilidades bem definidos. No livro “Minha luta”, Hitler (1983) defende que, para a criação de uma raça ariana e uma pátria próspera, a família deveria ser a base da sociedade, da nação alemã. À mulher caberia a responsabilidade de procriar para manter a raça, cuidar do lar e educar os filhos, enquanto os homens deveriam ser líderes e provedores da família, propagando uma sociedade machista e desigual.

A veiculação de propagandas e de conteúdos agitadores, que instigavam o enaltecimento da pátria por meio da ideologia da superioridade e da discriminação dos considerados obstáculos para o sucesso do progresso, era frequente em televisão, rádio, jornal e filmes, melhor dizendo, na indústria cultural (Adorno, 2015a). Nesse bojo, aparece a proclamação do líder¹¹ que aglutina a força de todos.

A “agitação fascista está centrada na ideia do líder, não importando se ele realmente lidera ou é apenas mandatário de interesses de grupos, porque somente a imagem psicológica do líder é apta [...] Essa é a raiz última da, de outro modo enigmática *personalização* da propaganda fascista”, sua incessante reiteração de nomes e de supostos grandes homens em vez da discussão de causas objetivas (Adorno, 2015a, p.165).

Essa realidade nos permite evidenciar que a razão, a tecnologia e a cultura podem se ligar aos interesses da dominação, podem ser instrumentalizadas e, assim, “as verdades passam a morrer, sistematicamente, pregadas na cruz da utilidade circunstancial que o cinismo dos fascistas encontrava [encontra] para elas” (Konder, 2009, p. 33).

¹¹A ideia do líder que aglutine força e vitalidade encontra eco na imagem do pai primitivo, uma figura temida e admirada, que exerce controle sobre os desejos e impulsos dos indivíduos da horda. Um sujeito que possa simbolizar autoridade, lei, poder e ordem (Freud, 2010).

Não por acaso o regime “nunca desenvolveu uma teoria social consistente, mas denunciou persistentemente o pensamento e os conhecimentos teóricos” (Adorno, 2019a, p. 346). Ou seja, não desenvolver uma teoria auxilia o não exercício da reflexão e da análise embasada do real e, daí, a difusão de opiniões. Nesse contexto, “o judeu se tornou um bode expiatório, não somente para manobras e maquinações particulares, mas no sentido mais amplo em que a injustiça econômica da classe inteira é [foi] descarregada nele” (Adorno; Horkheimer, 1985b, p. 144). A escolha dos judeus, que se estendeu aos homossexuais, aos pretos e aos com deficiência física, para a disseminação do ódio e do aniquilamento, expressa a irracionalidade dessa civilização que orientava a descarga das frustrações para objetos específicos.

Encontrar um objeto para direcionar o ódio do processo de dominação social reflete a precariedade da vida, a perda da capacidade de análise das mediações da realidade em que se encontra o fracasso das instituições, do diálogo e da capacidade de dar sentido. No âmbito da racionalidade tecnológica, acontece o planejamento, a organização e a efetivação da “matança” e da degradação humana em série. Essa barbárie foi relatada por Primo Levi¹²(1988), quando preso no campo de concentração nazista de Auschwitz.

Entretanto, o autoritarismo não se restringe a regimes explicitamente autoritários, pois a persistência de aspectos não elaborados e não transformados de certas condições cria um ambiente propício à sua expressão. Mesmo após o fim de regimes como o nazifascismo, na década de 60, “em plena Era dourada do capitalismo pacificado do pós-guerra, cujo potencial de crise parecia ter sido eliminado em meio a um estável crescimento econômico” (Catalani, 2020, p. 33), manifestações autoritárias continuaram a permear a sociedade, a se infiltrar no tecido da democracia formal.

Na década de 1960, Adorno (2020) proferiu uma palestra radiofônica para a União dos Estudantes Socialistas da Áustria, alertando-os de que o fascismo é uma ferida aberta na democracia, constantemente alimentada pela extrema direita, que explora o descontentamento social e econômico gerado pelas crises do capitalismo. O autor afirma que, geralmente, nesse período de crise do capital, a extrema direita manipula medos e ressentimentos, desviando a culpa para grupos vulneráveis e críticos, como a classe dos trabalhadores, e não aborda as verdadeiras causas das crises, que são inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

¹² Primo Levi (1988), assim como outros judeus detidos pela Gestapo, unidade policial do Estado nazista, em 1944, relata a perda da identidade do detido, reduzida a um número: 174.517.

Para Adorno (2020), um dos principais eixos na democracia formal que evidencia tendências autoritárias é a criação de um inimigo que serve para unificar e mobilizar uma base em torno do sentimento de ameaça e de proteção da "nação". Essa ideologia é estimulada pela extrema direita e enraizada na visão conservadora, que é contra mudanças sociais que possam afetar a manutenção do poder de uma classe.

A possibilidade do ressurgimento de autoritarismos torna-se real, pois existe uma forte identificação dos sujeitos com o passado fascista e com sua forma de agir. Adorno (2020) assevera que antigos apoiadores do fascismo estão espalhados pela população, já que a determinação social dá base para a constituição desse tipo de personalidade. Assim, mesmo após a Segunda Guerra Mundial, ideais fascistas continuaram, inclusive entre jovens, cuja mobilização se deu por meio do apelo às emoções, à disciplina militarizada e à promoção de uma narrativa heroica e nacionalista.

Outro elemento que favorece o autoritarismo é a distorção da verdade por meio de propagandas e pela desinformação, que cria confusão na população. Isso promove uma cisão na consciência coletiva, abrindo-a para crenças irracionais e para a dúvida com relação a informações e instituições, o que deixa os indivíduos suscetíveis a aceitarem narrativas antidemocráticas (Adorno, 2020).

A dinâmica do autoritarismo se acirra no capitalismo neoliberal¹³ e em suas crises, já que a redução das políticas sociais que reparam um pouco a desigualdade são cada vez mais eliminadas e o ataque às instituições com privatizações é alargado (Harvey, 2014). E, no contexto do desemprego estrutural, o empreendedorismo da vida de cada um ressalta os processos de individualização.

No Chile, uma das primeiras experiências do neoliberalismo na América Latina, o autoritarismo do regime militar comandado por Augusto Pinochet entre 1973-1990 derrubou, por um golpe, o governo democraticamente eleito de Salvador Allende (Mota, 2020). Tal aconteceu em meio a uma crise que envolvia hiperinflação, escassez de produtos básicos e uma deterioração da economia que desencadeava um clima de instabilidade e conflito. Nesse foco, setores conservadores, empresariais e militares se opuseram às políticas de reforma social e

¹³ Importante ressaltar que o neoliberalismo sucedeu ao modelo econômico do keynesianismo, que se pautava em um "compromisso de classe" entre capital e trabalho, considerado importante para garantir a paz e a estabilidade econômica. No final dos anos 1960, este modelo econômico começou a desmoronar tanto em nível internacional como na economia doméstica. Houve uma crise na acumulação, crises fiscais, crescimento da inflação global e ampliação do desemprego. Diante da crise, que ameaçava o poder econômico e político das elites e aumentava o risco de uma solução socialista, o neoliberalismo foi visto como um antídoto que possibilitava enfrentar as ameaças ao capitalismo (Harvey, 2014).

nacionalização de indústrias implementadas pelo governo, gerando um ambiente de confronto e tensão (Mota, 2020).

Esse regime autoritário foi apoiado pela elite local e pelo Estados Unidos, com respaldo do grupo denominado "Chicago Boys", economistas chilenos responsáveis pelas ideias de implementação do modelo econômico neoliberal, que tinha como princípio a expressão livre sem restrições do Estado seja em políticas de fiscalização ou de sustentação de direitos trabalhistas, primando pela privatização de empresas, desregulamentação da economia e diminuição de gastos públicos (Mota, 2020).

De outro lado, o regime militar de Pinochet empregou métodos repressivos e autoritários para acabar com qualquer forma de oposição ou resistência à agenda neoliberal e ao próprio regime. A repressão política incluiu censura da imprensa, prisões arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais de dissidentes políticos. A implantação da “Dirección de Inteligencia Nacional” (DINA), grupo formado por forças armadas e policiais, órgão de inteligência, responsável por investigar, perseguir os opositores, contribuiu para a instaurar o medo na população em geral (Holton; Austin, 2007).

[...] DINA iniciou suas operações como unidade secreta junto ao Secretariado Executivo Nacional para Refugiados, formado em dezembro de 1973. Por volta de fevereiro de 1974, a Diretoria contava com um número estimado de 700 agentes e oficiais advindos das fileiras da Polícia, do Exército e de legiões paramilitares do grupo neofascista Pátria e Liberdade. A eles se juntaram membros da organização fascista italiana Avanguardia Nazionale e antigos oficiais nazistas, que ajudaram a estabelecer o Estado autoritário e seus campos de concentração (Holton; Austin, 2007, p. 306).

Além do Chile e em diferentes conflitos e guerras no Ocidente, o autoritarismo ainda esteve presente na ditadura militar da Argentina. Na década de 1970, a Argentina enfrentava uma inflação descontrolada, alta dívida externa e queda significativa na produção industrial. O aumento da violência entre grupos paramilitares de direita criou um clima de caos e medo no país. Nesse contexto, as tentativas de governo de Isabel Perón de lidar com a crise enfrentaram muitos obstáculos, aprofundando a crise econômica, o que pavimentou o caminho para o golpe militar de 1976 (Harvey, 2014).

Assim como em outros países, o golpe foi justificado na necessidade de restauração da ordem e de combate ao que denominaram de ameaça comunista, sendo marcado pela violação sistemática dos direitos humanos. Sob o regime militar, conhecido como "Processo de Reorganização Nacional", o governo implementou políticas neoliberais que beneficiaram setores empresariais e financeiros, enquanto aprofundavam a desigualdade social, além de

utilizar a repressão brutal para silenciar a oposição e garantir a continuidade de políticas sem resistência (Harvey, 2014).

No Ocidente, o neoliberalismo em crise contribuiu para a ascensão de diversas formas de autoritarismo geradas a partir de conflitos e guerras, refletindo uma tendência de militarização e controle social. Países como os Estados Unidos, durante a Guerra do Vietnã, e Reino Unido, sob a liderança de Margareth Thatcher durante a Guerra das Malvinas, usaram a retórica da necessidade de segurança e defesa de interesses nacionais para justificar ações militares e repressivas. Além disso, a invasão do Iraque em 2003, liderada pelos EUA, ilustra a utilização da força militar sob a justificativa de combater o terrorismo e promover a democracia, quando, na prática, resultou em instabilidade e violação de direitos humanos (Harvey, 2014). Esses eventos revelam como a militarização e o autoritarismo podem se manifestar em contextos de conflito, muitas vezes em nome de ideais que, na realidade, contradizem os princípios democráticos e da liberdade.

Assim, evidencia-se que o neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e política que promove a redução do papel do Estado nas políticas sociais, a desregulamentação de mercados e a valorização da iniciativa privada (Harvey, 2014), gera efeitos colaterais sociais e políticos que contribuem para o surgimento e a amplificação de manifestações autoritárias.

Ao mesmo tempo, pode-se observar que esse modelo econômico acaba por enfraquecer os mecanismos de representação política, ao promover a ideia de que as decisões mais importantes devem ser tomadas pelo mercado e não pela esfera pública (Harvey, 2014). Isso promove o esvaziamento da participação democrática, tornando os cidadãos impotentes para influenciar políticas públicas e, pois, suscetíveis a apoiar figuras autoritárias que prometem restaurar a ordem ou retomar o controle.

Outro ponto crucial é que, em tempos de crise do neoliberalismo, ao promover uma visão individualista e meritocrática da sociedade (Harvey, 2014), desmantelam-se as noções de solidariedade coletiva. Isso cria o ambiente perfeito para a separação social de pessoas e grupos. Assim, o neoliberalismo não desenvolve apenas um sistema econômico, mas também é um catalisador que cria condições propícias ao surgimento de manifestações autoritárias, ao promover a exclusão social, o enfraquecimento da democracia e a divisão entre grupos sociais. Esses efeitos, já notados em outros modelos econômicos, como no liberalismo e nos anos dourados do keynesianismo, não seriam possíveis sem a identificação dos sujeitos a esses próprios modelos.

1.2 O autoritarismo nos sujeitos e os enlaces com os processos de socialização

Ao tratar sobre a constituição da personalidade dos indivíduos, Adorno *et al* (2019b) demonstra que, sobre as determinações psicossociais mediadas por processos de identificação, aqueles que possuem personalidade potencialmente autoritária muito têm contribuído com a propagação do autoritarismo em sociedades ditas democráticas, tanto durante regimes de Estado como após o seu fim. Após o regime nazifascista, em 1950, ele realizou uma pesquisa empírica com escalas de medição com temas relacionados ao “Antissemitismo”, “Etnocentrismo” e “Conservadorismo Político e Econômico”, com aplicações de testes e entrevistas a indivíduos estadunidenses de diferentes grupos sociais, como estudantes, oficiais da marinha, presos em regime fechado e pacientes de clínica psiquiátrica. A pesquisa revelou traços de personalidade que indicavam predisposição à identificação com o autoritarismo.

A Escala F¹⁴ (fascismo), composta por questões elaboradas a partir de frases de jornal, declarações de entrevistadores e fragmentos de conversas corriqueiras, organizava uma estrutura que tornava as pessoas mais receptivas à identificação com tendências antidemocráticas (Adorno *et al*, 2019b) e revelava

[...] uma espécie “antropológica” que denominamos o tipo humano autoritário. Ao contrário do fanático de outrora, parece combinar as ideias e a experiência típicas de uma sociedade altamente industrializada com certas crenças irracionais. É, ao mesmo tempo, um esclarecido e um supersticioso, orgulhoso de seu individualismo e constantemente temeroso de ser diferente dos outros, zeloso da sua independência e propenso a se submeter cegamente ao poder e à autoridade (Horkheimer, 1965, p. 19 tradução nossa).

De acordo com Adorno (2019b), a propensão do sujeito a características autoritárias é tendência da própria da cultura e não exclusividade de alguns de seus membros. Nesse seu estudo, o grupo de pesquisadores revelou os sujeitos que possuíam alta tendência autoritária (25% “maiores pontuadores” da escala) e baixa tendência autoritária (25% “menores

¹⁴A escala F é uma escala de medição Likert em que as respostas aos itens são organizadas da seguinte forma: concorda-se muito (+3), médio (+2), pouco (+1) e discorda-se muito (-3), médio (-2) ou pouco (-1). Tais respostas são convertidas em pontuações: concorda muito (+3) = 7 pontos, médio (+2) = 6 pontos e pouco (+1) = 5 pontos; discorda pouco (-1) = 3 pontos, (-2) = 2 pontos e (-3) = 1 ponto. [...] A pontuação de uma pessoa é revelada pela soma geral dos pontos das respostas aos itens. Importante ressaltar que a pontuação de número 4 foi considerada como ponto neutro e não foi contemplada no método Likert “por demonstrar numericamente a distância psíquica expressa entre as respostas que indicam pouca discordância e pouca concordância a um item” (Costa, 2019, p.40 *apud* Adorno. *op.cit.*). Para validação quanto à confiabilidade da Escala F, Adorno *et al* (2019c) desenvolveram vários testes e escalas, como os formulários 78 e 60¹⁴ em que, a partir de aplicações a grupos distintos de sujeitos, perguntas foram sendo retiradas ou acrescidas de modo que o objetivo e a confiabilidade fossem alcançados. Após vários testes, os autores chegaram à “Escala F, formulário 40 e 45”, com grau de confiabilidade de 0,90, amplitude de 081 a 0,97, aplicada a 1518 indivíduos.

pontuadores”). Por um lado, os indivíduos com alta pontuação demonstravam traços, como fragilidade emocional, repressão de impulsos e busca por reconhecimento, que revelavam predisposição maior à adoção de atitudes autoritárias, muitas vezes justificadas pela identificação com valores conservadores ligados à tradição e aos costumes.

Por outro lado, os baixos pontuadores demonstraram um forte senso de independência e autonomia, indicando uma formação mais sólida, sem interferência de impulsos instintivos, raramente apresentando traços narcisistas, revelando um eu¹⁵ bastante desenvolvido, embora não a ponto de excessos ligados a desejos libidinosos (Adorno, 2019b). Entretanto, importa a conclusão de que, mesmo com baixa propensão a atitudes autoritárias, esses baixos pontuadores, sob determinadas condições, podem apresentar nuances em sua relação com a autoridade e em seus posicionamentos políticos e sociais, o que precisa ser investigado, pois pode revelar identificação com o autoritarismo.

Os conteúdos autoritários se manifestam por meio de nove traços que revelam uma tendência central na pessoa, que expressa tanto o etnocentrismo, quanto uma série de opiniões e atitudes psicologicamente relacionadas, como preconceito, hostilidade em relação a minorias¹⁶, rigidez nas normas sociais e necessidade de conformidade. Esses traços interconectados refletem um processo dinâmico psíquico que contribui para a constituição de uma visão de mundo que favorece a personalidade autoritária (Adorno, 2019c). Os traços são os que se seguem.

(1) Convencionalismo: refere-se a um padrão de comportamento em que os indivíduos tendem a se apegar de forma estrita aos valores e normas da classe média, seguindo regras estabelecidas sem questionamento. Isso significa dizer que, se a

adesão aos valores convencionais determinada pela pressão social externa contemporânea, [se ela] for baseada na adesão dos indivíduos aos padrões dos poderes coletivos com os quais ele, no momento, está identificado, então devemos esperar uma estreita associação com a receptividade antidemocrática (Adorno *et al*, 2019c, p. 138).

Isso significa que, quando as pessoas se conformam aos padrões estabelecidos pelos grupos com os quais se identificam, especialmente em contextos de pressão social, há mais probabilidade de adotarem atitudes ou comportamentos antidemocráticos. Esses sujeitos têm

¹⁵ Importante ressaltar que Freud utiliza o termo "Eu", com inicial maiúscula, em referência ao conceito psicanalítico de "ego" (*Ich* em alemão). Adorno, por sua vez, refere-se ao mesmo conceito utilizando "eu", com inicial minúscula. Neste trabalho, ambas as formas poderão ser utilizadas, respeitando-se as fontes provenientes.

¹⁶ Minorias são grupos sociais destituídos de direitos, explorados e abandonados pelo Estado, governo ou pela classe social abastada (Moscovici, 2003).

forte propensão a punir aqueles que violem os valores morais e convencionais. Entretanto, são facilmente capazes de trocar um conjunto de padrões por outros bastante distintos. Isso porque, apesar de defenderem fortemente os valores nos quais acreditam, têm uma facilidade em mudar de perspectiva e adotar novos conjuntos de valores, desde que para eles seja convincente (Adorno, 2019c).

Essa associação entre conformidade aos valores convencionais e receptividade antidemocrática destaca a influência do ambiente social na formação das atitudes políticas e sociais dos indivíduos. Assim, segundo Adorno *et al* (2019c, p.139), “os itens listados sob a rubrica “Convencionalismo” oferecem ao sujeito uma oportunidade de revelar se a adesão aos valores convencionais advém ou não de um caráter rígido, absolutista”.

(2) Submissão Autoritária: para Adorno *et al* (2019c, p. 141), “a submissão à autoridade é concebida como uma atitude geral que seria evocada em relação a uma variedade de figuras de autoridade – pais, pessoas mais velhas, líderes, poder sobrenatural e assim por diante”. O respeito total à autoridade evidencia necessidade emocional e exagerada subserviência devido a uma falha na consciência em relação à autoridade: “a submissão autoritária era uma maneira comum de lidar com sentimentos ambivalentes em relação a figuras de autoridade: impulsos hostis e rebeldes subjacentes, controlados por medo, levavam os sujeitos a enxergarem na direção do respeito, da obediência, da gratidão” (Adorno *et al*, 2019c, p.141). A submissão autoritária, por si só, tem a propensão de tornar o indivíduo particularmente receptivo aos poderes externos mais fortes.

(3) Agressão Autoritária: indivíduos que foram forçados a renunciar a seus prazeres passam a viver sob um sistema rígido de restrições e, ao se sentirem sobrecarregados, buscam um objeto no qual possam descarregar o seu desprazer. “Assim pode-se dizer que a presente variável representa o componente sádico do autoritarismo, assim como imediatamente representa seu componente masoquista” (Adorno *et al* 2019c, p. 142-143). Nessa dimensão psíquica, percebe-se um forte desejo em condenar e punir os que violem as crenças próprias dos sujeitos que apresentam essa dimensão forte.

Uma vez que o indivíduo tenha se convencido que as pessoas deveriam ser punidas, a ele é provido um canal por meio do qual seus mais profundos impulsos agressivos podem ser expressos, mesmo enquanto ele pensa em si mesmo como completamente moral. Se suas autoridades externas, ou a multidão, concederem aprovação a essa forma de agressão, então ele pode assumir formas mais violentas (Adorno *et al*, 2019c, p. 144).

Na agressão autoritária, ocorre o enfraquecimento do supereu, ou seja, uma diminuição da capacidade de internalização de normas sociais e morais durante o desenvolvimento psicológico dos sujeitos, criando dificuldades em controlar impulsos agressivos e hostis, o que acaba por contribuir com a propensão a agressões.

(4) Anti-intracção: esse traço se refere à disposição dos sujeitos de se oporem ao subjetivo, ao imaginativo e a um espírito compassivo, indicando dificuldade em lidar com a realidade e com aspectos emocionais e evidenciando incapacidade de se conectar com as suas próprias emoções ou de compreender e se relacionar de forma empática com os outros.

O indivíduo extremamente anti-intracção tem medo de pensar sobre os fenômenos humanos porque poderia, por assim dizer, pensar os pensamentos errados; ele tem medo de sentimentos genuínos porque suas emoções podem ficar fora de controle [...] Ele, é, portanto, contra a “intrusão”, contra a preocupação com o que as pessoas pensam e sentem, contra “conversas” desnecessárias; em vez disso, ele se manteria ocupado, dedicando-se a atividades práticas e, em vez de examinar um conflito interior, voltaria seus pensamentos para algo alegre (Adorno *et al*, 2019c, p.148).

A base desse traço se encontra no fetiche que valoriza a mercadoria e oculta a vida humana, as relações sociais, dando vida às coisas. Adorno (1995b) debate essa questão no livro *Educação e Emancipação*, ao discutir o indivíduo de caráter manipulador, que trata as pessoas como coisas e para quem as relações humanas são cada vez mais mediadas, em sua produção, por relações mercantis, pelo valor dos sujeitos determinado pelo mercado. Nesse contexto, os sujeitos não são tratados como autônomos e dignos de respeito, mas como objetos a serem manipulados e explorados.

A anti-intracção se desenvolve tanto no nível social quanto no psicológico. No social, além da tendência de tratar as pessoas como coisas, não se realiza reflexão sobre acontecimentos humanos. No psicológico, há dificuldade em confrontar sentimentos, o que contribui para a falta de empatia e a visão superficial das relações interpessoais.

(5) Superstição e Estereotipia: a superstição indica a necessidade de os sujeitos encontrarem explicações para o desconhecido, principalmente quando estão em situações que fogem ao seu controle, momento em que se apega a certos símbolos ou rituais na esperança de compreender aquilo que lhe foge à lógica. A estereotipia indica uma inclinação dos sujeitos de simplificar tudo a sua volta e a rotular situações ou pessoas de maneira preconcebida. Isso significa dizer que aquelas

forças mais profundas no interior da personalidade que o eu não pode integrar consigo provavelmente serão projetadas no mundo exterior; esta é uma fonte de ideias bizarras sobre o comportamento de outras pessoas e sobre as causas dos eventos na natureza.

A supersticiosidade indica uma tendência a transferir responsabilidades do interior do indivíduo para forças externas situadas para além de seu controle; indica que o eu já teria “desistido”, isto é, renunciado à ideia de que determinaria o destino através da superação de formas externas (Adorno *et al* 2019c, p. 150).

Adorno (2008a) argumenta que a superstição e a estereotipia estão intrinsecamente relacionadas a determinadas condições sociais e psicológicas resultantes da ausência de reflexão crítica. Dentro desse contexto, a superstição não apenas é um resquício de práticas mágicas antigas, mas também uma forma de racionalidade e de hiper-realismo na sociedade contemporânea.

A forma contemporânea de superstição e estereotipia é marcada por uma autoridade abstrata, referindo-se à influência e ao poder atribuídos a conceitos ou entidades não tangíveis. Um exemplo disso é observado na astrologia, quando os astros são considerados guias ou determinantes de eventos na vida das pessoas. Ademais, há uma disseminação generalizada de práticas supersticiosas e rituais através de diversos meios de comunicação e cultura de massa. Essa "produção em massa de fenômenos compulsivos" tende a resultar em aceitação e adesão em larga escala desses comportamentos (Adorno, 2008a).

A superstição funciona como uma forma de lidar com as incertezas, ansiedades e pressões da vida moderna, pois é capaz de oferecer aos sujeitos uma sensação de controle ou conforto diante de situações desconhecidas ou desafiadoras. Já a estereotipia desempenha um papel crucial nesse processo, pois fornece narrativas generalistas e padronizadas que reforçam e perpetuam crenças e comportamentos supersticiosos na sociedade (Adorno, 2008a).

(6) Poder e Dureza: preocupação com dimensões relacionadas à dominação, à submissão, a ideias de forte-fraco compõem essa variável que se “refere em primeiro lugar à ênfase excessiva nos atributos convencionalizados do eu” (Adorno *et al*, 2019c, p.151). Nessa lógica, “parece que ele quer conseguir o poder, tê-lo e não perdê-lo, ao mesmo tempo que tem medo de conquistá-lo e exercê-lo. Parece também admirar o poder nos outros e está inclinado a se submeter a ele, e ao mesmo tempo tem medo da fraqueza nisso implicada” (Adorno *et al*, 2019c, p.152). Os sujeitos que possuem esse traço esperam que, ao se submeterem ao poder, possam dele participar.

(7) Destrutividade e Cinismo: indivíduos que sofreram inúmeras restrições às satisfações de suas necessidades geralmente apresentam esse traço agressivo. “A presente variável refere-se à agressividade racionalizada, aceita pelo eu, não moralizada” (Adorno *et al*, 2019c, p. 155). Nesses sujeitos,

a hostilidade é tão generalizada, tão livre de direcionamento contra qualquer objeto particular, que o indivíduo não necessita se sentir responsável por ela [...] uma pessoa pode expressar agressividade mais livremente quando crê que todos estão fazendo o mesmo, e, portanto, se ela quer ser agressiva, dispõe-se a acreditar que todos estão fazendo o mesmo, por exemplo, que é da “natureza humana” explorar e fazer guerra contra seus vizinhos (Adorno *et al*, 2019c, p.155).

A destrutividade e o cinismo são agressividades mais veladas, que não ocasionam imediata violência física, embora cheguem ao sujeito como um todo e possam ser projetadas contra grupos de minorias ou contra qualquer outro grupo cuja perseguição seja politicamente vantajosa (Adorno, 2019c). Esses traços são reforçados em uma cultura de massa estandardizada de forma cínica, quando as pessoas são ensinadas a desconfiar dos valores autênticos e a aceitar informações superficiais e banalizadas como normas de vida, o que revela a degradação do sujeito à passividade, ou seja, à aceitação acrítica de informações superficiais e à conformidade com normas sociais (Adorno; Horkheimer, 1985c).

(8) Projetividade: esse traço é um mecanismo de defesa psicológico no qual características negativas previamente reprimidas de uma pessoa ou sociedade são externalizadas e atribuídas a "outro", que passa a ser considerado inimigo, contribuindo para a formação de estereótipos, preconceitos e atitudes discriminatórias.

A tendência de o sujeito projetar é utilizada na tentativa de obter acesso a algumas tendências mais profundas de sua personalidade. Se o indivíduo antidemocrático está disposto a ver no mundo exterior impulsos que são suprimidos nele próprio e se desejamos saber quais são estes impulsos, então pode-se aprender algo observando quais atributos ele mais prontamente, embora irrealisticamente, atribui ao mundo ao seu redor (Adorno *et al*. 2019c, p. 157).

A projeção se constitui como um dispositivo capaz de manter as pulsões do id alheias ao ego, o que evidencia um sinal de inadequação do superego no desempenho de sua função. Essa estratégia demonstra a inadequação do superego, que falha em controlar ou reprimir os impulsos adequadamente. Como resultado, o sujeito externaliza seus desejos inaceitáveis, percebendo-os como vindos de fora. Assim, “se um indivíduo insiste que alguém tem desígnios hostis sobre ele e não podemos encontrar nenhuma evidência de que isso seja verdade, temos uma boa razão para suspeitar que nosso sujeito tem intenções agressivas e está buscando justificá-las por meio de projeção” (Adorno *et al*, 2019c, p. 157). Os impulsos recalcados, mas não superados, evidenciam traços autoritários e tendem a ser projetados em outras pessoas, consideradas culpadas.

(9) Sexo: essa perspectiva envolve a preocupação excessiva com eventos sexuais. Esse tipo de sujeito possui uma forte tendência a punir aqueles considerados transgressores sexuais dentro

de um padrão de família tradicional, como homossexuais e criminosos sexuais. Ao mesmo tempo, sugere que toda essa oposição às diferenças pode indicar os próprios desejos sexuais reprimidos. Esse movimento revela a força das pulsões sexuais inconscientes do sujeito.

A conjunção dessas perspectivas revela traços de personalidade que contribuem para a identificação com grupos autoritários bem como para o desenvolvimento de uma personalidade autoritária potencialmente antidemocrática.

De maneira análoga, a personalidade ou o caráter fascista está convencido de que todos aqueles que pertencem a seu próprio clã ou grupo, seus amigos e parentes, são o tipo certo de gente, ao passo que tudo que é estranho é visto com suspeita e, moralisticamente, rejeitado. Assim, o compasso moral do agitador e seus potenciais seguidores têm dois gumes. Embora ambos exaltem os valores convencionais e, antes de mais nada, exijam total lealdade às pessoas do mesmo grupo, nenhum deles reconhece deveres morais para com os outros (Adorno, 1986, s/p).

Note-se que, sob a aparência de princípios democráticos, indivíduos com personalidade autoritária e inclinação ao autoritarismo frequentemente contribuem para o avanço de atos e manifestações não democráticas, ou seja, autoritárias.

Por não cumprir o que promete, consideram a democracia como uma fraude e estão prontos para trocá-la por um sistema que sacrifique todas as reivindicações à dignidade humana e à justiça, na qual eles esperavam vagamente alguma espécie de garantia de suas vidas por meio de um melhor planejamento e organização (Adorno, 2019a, p.386).

Para Adorno (2019a), o nazifascismo sempre recorria a pessoas de classe média frustradas, que tinham perdido a base econômica e não estavam prontas para admitir a própria ruína e o rebaixamento de classe, pessoas que não viam chances para sua vida e que decidiam, pela autoconservação, se juntar a movimentos que prometiam emprego e, em última instância, uma guerra bem-sucedida. Essas condições de frustração e insegurança nas camadas médias da sociedade não apenas as atraíram para o nazifascismo, mas também revelaram um padrão de personalidade mais inclinado ao autoritarismo.

A partir de entrevistas com sujeitos com alta e baixa tendência autoritária, Adorno (2019d) identificou tipos de indivíduos com maior e menor predisposição ao autoritarismo, destacando o tipo antropológico "manipulador"¹⁷ como quem possui tendência autoritária alta, a mais perigosa. Este tipo de indivíduo se distingue dos demais pela combinação de tendências sádicas e traços narcísicos e pela falta de riqueza espiritual, ou seja, ausência de profundidade

¹⁷ Importante ressaltar que o tipo antropológico manipulador foi classificado por Adorno *et al* (2019d) mediante aplicação de questionários, testes projetivos e principalmente pela realização de entrevistas, em que seria possível analisar tanto o comportamento quanto a justificativa do que estava sendo perguntado.

emocional, empatia e conexão com valores mais elevados ou significativos na vida. Ao não desenvolver vínculos, as pessoas desse tipo consideram a realidade como um mero objeto a ser manipulado. Esses sujeitos têm dificuldade de estabelecer relações afetivas ou amorosas com outros, são frios e meticulosos no trato social, e suas concepções são rígidas e imutáveis. Nesse sentido, organizam o mundo em campos formais, esquematizados, vazios e administrativos, enfatizando que as coisas sempre precisam ser feitas, não podendo parar de funcionar independentemente de suas implicações.

O potencialmente autoritário demonstra uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que exalta valores rígidos e convencionais, como obediência e respeito, exigindo lealdade às pessoas, não é capaz de praticar os mesmos preceitos com o outro, o diferente, que é considerado ameaçador e, portanto, inimigo. Nesse contexto, a personalidade autoritária é impulsiva, caracterizada por reações rápidas e agressivas diante de situações percebidas como desafiadoras. Além disso, é cruel, não possui empatia, mas disposição para impor sua vontade sobre os outros de forma opressiva. Ao mesmo tempo, esse sujeito se constitui como heroico, ligado à busca por uma identidade forte e dominante, à defesa de valores considerados tradicionais e à disposição para agir de forma enérgica em prol de uma causa ou ideologia específica (Adorno, 2019d).

O tipo autoritário, portanto, é marcado por essa contradição interna: exalta valores rígidos e pratica a opressão contra o outro, revelando um caráter impulsivo e agressivo. Embora o 'tipo manipulador' seja o emblema dessa personalidade, Adorno (2019d) indicou ainda mais cinco outros tipos de predisposição alta ao autoritarismo, cada qual com características distintas. São os que se seguem.

O “Ressentimento superficial”, que se refere a uma resposta emocional ambivalente em relação ao poder e ao privilégio. Isso significa que, embora os indivíduos aceitem conscientemente a estrutura de poder, nutrem um ressentimento que se manifesta de maneira superficial. Nesse contexto, podem criticar ou se opor a figuras de autoridade ou grupos, ao mesmo tempo que se sentem incapazes de confrontar diretamente a estrutura de poder que os oprime, perpetuando um ciclo de descontentamento e conformismo. Essa dinâmica resulta em aceitação, enquanto a insatisfação e a frustração são reprimidas (Adorno, 2019d).

Em se tratando da “Síndrome convencional”, os indivíduos tendem a se conformar rigidamente a crenças convencionais e normas estabelecidas, ou seja, ideias e valores que são amplamente aceitos e seguidos por um grupo social, como mecanismo de defesa contra a

ansiedade, o que limita a capacidade de pensamento crítico e reflexão da realidade (Adorno, 2019d).

A “Síndrome autoritária” se manifesta em indivíduos que evidenciam traços como submissão a figuras de autoridade, estabelecem aversão a ideias progressistas e mantêm preconceito e hostilidade em relação a grupos considerados diferentes. Nesse contexto, o ódio é uma ferramenta de racionalização para justificar a opressão e a discriminação, permitindo que os sujeitos projetem suas frustrações e inseguranças em minorias ou grupos marginalizados (Adorno, 2019d).

O “Rebelde e o Psicopata” tendem a realizar ações pseudorrevolucionárias contra os considerados fracos, expressando um ódio irracional e cego contra qualquer autoridade, ainda que possa se aliar ao poder que despreza. O psicopata tem dificuldades de desenvolver a consciência moral (superego). Esse tipo de indivíduo não apenas carrega um desejo de autopunição, mas também demonstra uma falta de identidade que facilita a adaptação a contextos autoritários (Adorno, 2019d).

O tipo “Alucinado” se refere a alguém que, incapaz de aceitar o princípio da realidade, ou seja, de reconhecer e lidar com as limitações e exigências do mundo real, passa a construir um mundo interior ilusório, isolando-se da realidade externa. Altamente projetivo e desconfiado, chegando à paranoia, tende a usar preconceitos como mecanismos para construir falsas realidades que lhe permitam canalizar sua agressividade sem necessariamente violar o princípio da realidade (Adorno, 2019d).

Adorno (2019d) também identificou indivíduos com menor predisposição ao autoritarismo. Em sua análise, apresenta uma progressão que começa com sujeitos que, apesar de possuírem uma tendência baixa, podem se identificar mais facilmente com o autoritarismo e avança para traços mais empáticos e críticos. Essa estrutura permite compreender a transição entre diferentes níveis de autoritarismo.

Dentro dessa classificação, encontra-se o “Baixo pontuador rígido”, que, embora seja um sujeito mais racional e empático do que os sujeitos com tendências autoritárias altas, ainda pode apresentar traços compulsivos. A rigidez dessas pessoas está relacionada à maneira como elas abordam as ideologias, muitas vezes aderindo a padrões gerais externos sem a integração mais profunda dessas ideias em suas personalidades (Adorno, 2019d).

Quanto ao “Baixo pontuador manifestante”, este tende a ser mais reflexivo e crítico em relação às normas sociais, sendo capaz de lutar por motivos morais, como a repressão social,

principalmente em relação a manifestações extremas, como o preconceito racial e as injustiças. Esse perfil se distingue dos outros por sua disposição para se engajar em ações sociais e políticas, refletindo uma consciência crítica que não apenas reconhece as injustiças, mas também se mobiliza para combatê-las (Adorno, 2019d).

O “Baixo pontuador impulsivo” tende a possuir dificuldades em controlar seus impulsos resultantes da falta de integração entre suas pulsões e a estrutura psíquica do ego e do superego, levando a comportamentos desestruturados e desorganizados, em que a impulsividade se manifesta como uma resposta instintiva e descontrolada, não direcionada por empatia consciente ou desejo de justiça social. Assim, em vez de agir de forma reflexiva, esse perfil pode agir reativamente sem considerar as consequências de suas ações, o que pode resultar em conflitos e dificuldades nas relações interpessoais (Adorno, 2019d).

Em se tratando do “Baixo pontuador tranquilo”, o tipo se revela reflexivo e menos reativo, adotando uma abordagem equilibrada nas interações sociais, mostrando-se aberto ao diálogo e à compreensão das perspectivas alheias. Sua tranquilidade em situações desafiadoras permite enfrentar questões conflituosas e complexas de forma ponderada, evitando reações instintivas e buscando soluções racionais (Adorno, 2019d).

O “Liberal genuíno” é um indivíduo com forte senso de autonomia e independência pessoal, com uma visão bem desenvolvida de si mesmo, sem se tornar narcisista. Sua abordagem é fundamentada em princípios éticos e racionais e tende a se opor a qualquer forma de opressão ou discriminação, defendendo a dignidade de todos, estando disposto a questionar normas e tradições e a considerar diferentes perspectivas, buscando promover mudanças sociais de maneira crítica, reconhecendo a importância da diversidade e da inclusão (Adorno, 2019d).

Mesmo os sujeitos com menor predisposição ao autoritarismo não estão totalmente imunes à influência das condições socioeconômicas. O estudo revela que, embora alguns demonstrem traços de autonomia, reflexão crítica e maior controle sobre os impulsos, em tempos de crise podem se ver pressionados pelas circunstâncias sociais e políticas, que enfraquecem suas defesas contra o autoritarismo e intensificam a sua conformidade com valores conservadores e reacionários.

Tais características se desenvolvem em bases socioeconômicas que, em tempos de crise, efetivam ainda mais o desamparo, o enfraquecimento do sujeito, a realização da reificação do medo, da ameaça, o flerte com atitudes não democráticas, a descrença da cultura/civilização, a e censura dos processos de reflexão. Isso significa que

A transformação do nosso sistema social de algo dinâmico em algo conservador, um status quo, que luta por sua perpetuação, é refletida pelas atitudes e opiniões de todos aqueles que, por conta de interesses estabelecidos ou de condição psicológica, identificam-se com a configuração existente. A fim de não minar seu próprio padrão de identificação, eles, inconscientemente, não querem saber demais e estão prontos para aceitar informações superficiais e distorcidas, desde que confirmem o mundo no qual querem continuar vivendo (Adorno, 2019a, p. 352).

É nesse contexto que os sujeitos quando em grupo tendem a direcionar o ataque para aqueles que não pertencem ao grupo, que são objeto de ressentimento. Assim, ao atuar como uma consciência alienada, não reconhece sua relação mediada com nada, limitando-se a se apegar a ideias predeterminadas. O que pode ocorrer é uma identificação incompleta em relação a figuras de autoridade, normas sociais ou valores impostos pela sociedade na qual o sujeito não se reconhece, tornando-se objeto da repressão de uma sociedade dominante. Nessa lógica,

[N]o fato de pertencer a uma massa organizada, o homem desce, portanto, vários degraus na escada da civilização. Isolado, talvez fosse um indivíduo instruído; na massa, ele é um ser instintivo e por consequência um bárbaro. Ele possui a espontaneidade, a violência, a selvageria e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos (Freud, 2020a, p.145).

Constata-se que manifestações ou atos autoritários se vangloriam pelo êxito de suas conquistas, o que atrai os sujeitos em compor com a vitória já proclamada. Os sujeitos incapazes de realizar a reflexão e de tolerar mais adiamentos de seus desejos são fáceis de aderir. Nessa lógica, percebe-se que “aqueles cujos desejos semiconscientes culminam nas ideias de abolição da democracia e de domínio dos fortes chamam de antidemocráticas as pessoas cuja única esperança reside na manutenção dos direitos democráticos” (Adorno, 2019b, p. 257), tornando-se potenciais fascistas.

Dialogando com Freud (2020), percebe-se que as pulsões dos sujeitos se estabelecem de modo reprimido, pois precisam se adaptar à realidade, renunciando à sua satisfação pulsional devido ao medo e à autoridade externa à qual são submetidos. Também, evidenciam-se neles impulsos narcísicos, em que o “objeto é tratado como o próprio eu, de modo que, no apaixonamento, uma grande quantidade de libido narcísica flui para o objeto” (Adorno, 2015a, p. 168-169 *apud* MPJA, p.124), servindo para substituir o próprio ideal do eu não alcançado.

Essa dialética influencia não apenas como os indivíduos interagem com a sociedade e suas normas, mas também como eles se percebem e se definem internamente (Adorno, 2015a), evidenciando que o autoritarismo e a própria adesão dos indivíduos a manifestações autoritárias não são do acaso, mas uma dimensão subjacente na própria cultura e uma presença estrutural da sociedade burguesa.

Cada vez mais, as pessoas são estimuladas a permanecerem em estágio de ignorância. Com isso, Adorno (2019b) demonstra que a ignorância e a confusão generalizada em relação a questões sociais tendem a resultar em um processo civilizatório no qual ocorre “uma alienação intelectual do indivíduo em relação à sociedade. Essa alienação é experienciada pelo indivíduo como desorientação, concomitante ao medo e à incerteza” (Adorno, 2019b, p. 266).

Adorno (2019a) reforça essa tese ao afirmar que as condições objetivas e subjetivas que constituem os sujeitos tendem a ser administradas por forças econômicas e sociais poderosas, que, de modo proposital ou mesmo automático, manipulam e mantêm as pessoas ignorantes, tornando-as propensas a se identificarem com o autoritarismo e a agirem de forma irracional e intolerante. Assim, evidencia-se que, quanto mais fortes forem os traços ou tipos que compõem indivíduos e grupos autoritários, mais facilmente ocorrerá o processo de identificação e mais notáveis serão as suas manifestações. Diante disso, é fundamental compreender os elementos que permeiam o autoritarismo tanto na constituição social quanto na individual.

1.3 Elementos que permeiam o autoritarismo na constituição social e individual

O autoritarismo, tanto na esfera social quanto na individual, é influenciado por diversos fatores que se entrelaçam à sociologia e à psicologia. É possível perceber que as estruturas de poder hierárquicas e autoritárias presentes em instituições, como o Estado, grupos religiosos, partidos políticos e redes sociais, contribuem para a constituição dos sujeitos e podem reforçar comportamentos ligados à submissão, obediência e aceitação passiva. Esses elementos acabam por limitar a autonomia e a capacidade crítica (Adorno, 2015b).

Adorno (2015a) afirma que fatores psicológicos – como identificação cega com figuras autoritárias, busca por segurança, necessidade de pertencimento, experiências traumáticas, não realização de experiências, medo e sentimento de desamparo – desempenham papel importante na internalização de padrões autoritários. Vale ressaltar que o autoritarismo, tanto no plano social quanto no individual, também está intimamente ligado à construção de identidades coletivas e à formação de ideologias que sustentam e justificam a concentração de poder bem como a imposição de normas sob perspectivas autoritárias.

Esse processo contribui para a legitimação do autoritarismo como forma aceitável de organização social. Assim, percebe-se que a manipulação de símbolos, discursos e narrativas por líderes autoritários e grupos dominantes exerce uma influência significativa sobre a percepção da realidade, incentivando crenças e valores autoritários nos indivíduos. Desse modo, a interrelação entre sociologia e psicologia revela que o autoritarismo não é apenas um

fenômeno social, mas também um processo relacionado à construção de subjetividades e relações interpessoais. A análise desses elementos permite compreender como as dinâmicas sociais e psicológicas se retroalimentam, perpetuando padrões autoritários que impactam tanto a estrutura da sociedade quanto os sujeitos.

1.3.1 Autoridade e autoritário na constituição da autonomia e da heteronomia

Para Horkheimer (1990), pensar o autoritarismo envolve compreender a dinâmica da autoridade em duas dimensões: de um lado, a autoridade é necessária para a constituição da sociedade. Ela se dá em uma base social e é permeada por relações sociais afetivas, senso de coletividade e experiências e, por isso, pode, potencialmente, resistir a formas políticas e sociais de dominação. Em outras palavras, a autoridade envolve modelos que se estabelecem por laços sociais e experiências compartilhadas capazes de fortalecer a coletividade e a capacidade de resistir à opressão; de outro lado, a autoridade que se exerce com autoritarismo, associada ao poder do capital, que promove interesses de exploração, subserviência, dominação e gera desigualdade social, promovendo violência e barbárie, dificultando a constituição de sujeitos autônomos.

A autoridade como dependência aceita pode significar tanto condições progressistas, favoráveis ao desenvolvimento das forças humanas, correspondentes ao interesse dos participantes, quanto um conjunto de relações e ideias sociais sustentadas artificialmente e as muito falseadas que contrariam os interesses reais da comunidade. Baseia-se na autoridade tanto a submissão cega e servil, que subjetivamente resulta de indolência psíquica e incapacidade de tomar uma decisão própria e objetivamente contribui para a continuação de condições limitadoras e indignas, quanto a disciplina consciente de trabalho em uma sociedade em ascensão (Horkheimer, 1990, p.193).

A autoridade exercida de forma coercitiva, ignorando as vontades e opiniões dos indivíduos, não auxilia o processo de formação humana. Note-se que a ênfase na imposição sem diálogo ou consentimento entendido e refletido resulta em desequilíbrio no que se refere à liberdade e à participação ativa dos sujeitos, vez que elas são restringidas em prol do controle autoritário (Adorno; Horkheimer, 1985b).

Quando a autoridade é exercida de maneira opressiva e autoritária, as pessoas têm sua liberdade de expressão, de escolha e de ação limitada. Nesse contexto, o controle autoritário tende a cercear a liberdade individual, impondo normas, regras e restrições de forma arbitrária e inflexível. Isso pode levar à alienação, à passividade e à submissão dos sujeitos, que se veem impedidos de exercer a autonomia, de tomar decisões e de participar ativamente de seu processo formativo (Roure, 2006).

Na esteira desse debate, Horkheimer (1990) oferece elementos para a reflexão sobre como as instituições e as estruturas sociais necessárias à constituição da civilização podem ser também mecanismos de controle e repressão individual e social. Na lógica psicossocial em que prevalece o procedimento de razão irracional, a relação entre indivíduo e sociedade se funda sob as bases da exploração de uma classe e da dominação de um sobre o outro, dificultando o processo de emancipação. Nesse contexto, as ideias e ações que se opõem às ideologias¹⁸ que perpetuam o autoritarismo são perseguidas como inimigas e combatidas – o inimigo é certo e deve ser destruído.

Destarte, a ampliação de ressentimentos acaba por levar as pessoas a se rebelarem contra aqueles que consideram inimigos e partem para a agressividade e a violência nas relações sociais, podendo atingir a barbárie. Isso indica que o ressentimento pode contribuir para que manifestações ou atos autoritários ganhem força em diferentes contextos (Roure, 2006).

Ademais, na dinâmica psíquica e social, traços autoritários também podem vir dos denominados perseguidos, ou seja, dos que foram vítimas, que podem assumir o papel de agressores assim que a racionalidade desse comportamento se torne normativo e eles se percebam potencialmente aptos para tal. Nesse caso, a razão reflexiva não será mais objeto de discussão em grupo e a sociedade canalizará a energia agressiva e imediata como recurso normatizado na cultura. No movimento de vítima/agressor, as vítimas podem alimentar sentimentos de ressentimento, desejo de vingança contra aqueles que as prejudicaram, o que pode levá-las a adotar comportamentos agressivos e autoritários como uma forma de revidar ou de se proteger. Isso significa dizer que

[...] as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal [...] Estes, porém, que não se satisfazem nem econômica nem sexualmente, têm um ódio sem fim; não admitem nenhum relaxamento, porque não conhecem nenhuma satisfação [...] A ilha racional é inundada e os desesperados aparecem agora unicamente como os defensores da verdade, os renovadores da terra, que têm que reformar até o seu último recanto (Adorno; Horkheimer, 1985b, p. 142).

Assim, o processo de internalização do sujeito, em algumas circunstâncias, resulta em reações de defesa que se manifestam sob a forma de agressividade, pois “na medida em que

¹⁸Para Horkheimer e Adorno (1973a), a sociedade está tão opressora e tanto se eleva sobre o sujeito que o primado da própria realidade se ocultar já é uma constante, não precisando mais de tantos subterfúgios, de promessas ou ideias. O sujeito não quer mais saber e se contenta com o que vê a olhos nus, em um movimento de submissão e conformismo. Adorno e Horkheimer (1985c) ressaltam que esse movimento é potencializado pela indústria cultural com o hiper-realismo, que mostra os acontecimentos de forma nua e crua, podendo dizer em três dimensões e quando acontecem, além da espetacularização do real, que contribui para a constituição de um sujeito espectador.

agridem cegamente e cegamente se defendem, perseguidores e vítimas pertencem ao mesmo circuito funesto” (Adorno; Horkheimer, 1985b. p.141). Isso se justifica também pela dominação mediada por mecanismos autoritários que subjuga uma classe, um grupo, um indivíduo a outro, como acontece na sociedade burguesa desigual e competitiva.

1.3.2 O processo de identificação dos sujeitos com grupos e líderes: entrelaçamentos com narcisismo e projeção

A identificação, segundo Freud (2020), é a ligação mais antiga de afeto com outra pessoa. Em seu estudo intitulado *Psicologia das massas e análise do ego*, evidencia que existem diferentes formas de identificação. A primeira se manifesta a partir do desejo de se parecer com um dos pais. Essa identificação ocorre antes mesmo da escolha de qualquer objeto e antecede o desejo de designar um dos pais como alvo de afeto. Nessa dimensão, o pai seria aquilo que a criança deseja ter.

Outra forma de identificação está relacionada à imitação de características de um objeto de amor que se deseja ser. O sujeito busca se identificar com uma pessoa específica por meio da reprodução de atributos que considera valiosos ou desejáveis. Segundo Freud (2020), essa forma de identificação é frequentemente influenciada por impulsos sexuais e amorosos. O indivíduo, ao sentir atração ou amor por alguém, pode buscar incorporar em si mesmo características percebidas como atraentes no objeto amado. Esse processo ocorre durante o desenvolvimento psicosssexual e é decisivo para a formação da personalidade. Não se restringe apenas ao desejo sexual ou amoroso, mas envolve outros tipos de admiração.

Enquanto a segunda forma de identificação se baseia na imitação de características de um objeto de amor desejado, a terceira forma ultrapassa essa dinâmica. Em vez disso, ela está ligada ao compartilhamento de uma qualidade emocional comum entre os indivíduos. Desse modo, enquanto as identificações anteriores se baseiam em relações com objetos específicos ou na imitação de características pessoais, essa forma de identificação ultrapassa tais limitações. Aqui, a conexão se desenvolve a partir de uma identificação emocional que pode ocorrer independentemente da relação direta com o objeto da identificação (Freud, 2020).

Essa identificação pode ser percebida em momentos em que indivíduos compartilham emoções, sentimentos ou características semelhantes de personalidade. Um exemplo disso é quando uma jovem em um pensionato sente ciúme ao ler uma carta de amor de seu amado, expressão que é comungada com as amigas, revelando uma reação coletiva de histeria. Essa dinâmica que une a jovem e suas amigas está relacionada à identificação, baseada na habilidade ou no desejo de se colocar na mesma situação. Observe-se que essa qualidade emocional pode

se expressar como um sintoma, estando ligada ao amor, ao sofrimento ou a outras vivências afetivas (Freud, 2020). Essa identificação indica

que ela pode surgir a cada vez que é percebido um novo elemento em comum com a pessoa que é objeto das pulsões sexuais. Quanto mais importante for esse elemento em comum, tanto mais bem-sucedida deverá ser esta identificação parcial e, assim, corresponder ao início de uma nova ligação (Freud, 2020, p. 181).

A identificação serve como mecanismo psicológico na formação e consolidação de ligações emocionais, inclusive com grupos ou manifestações autoritárias, pois os sujeitos tendem a buscar conexões significativas que deem segurança, manutenção da vida e daquilo em que acreditam, bem como a sensação de pertencimento social. Freud (2020) afirma que o processo de identificação é um mecanismo capaz de estabelecer vínculos entre indivíduos, líderes e grupos sociais, sendo uma força motivadora por trás da ampla gama de comportamentos, emoções, impulsos, que pode variar de intensidade e ser direcionada de diferentes maneiras. Embora não seja capaz de ser medida diretamente, orienta as relações interpessoais quanto aos desejos individuais, sendo um elemento essencial para a identificação de indivíduos com grupos sociais.

O processo de identificação nos grupos acontece na relação entre os indivíduos e o líder e entre os membros do grupo. Para Freud (2020), na igreja existe a congregação de fiéis e uma conexão individual de cada um com o líder, que é Cristo. No exército, cada subordinado está conectado ao comandante-chefe e, ao mesmo tempo, vinculado aos demais membros do grupo. Em comum, em ambos os grupos,

[...] a mesma ilusão de que está presente um superior – na Igreja Católica, Cristo; num exército, o general – que ama a todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende desta ilusão; se a deixássemos cair por terra, desintegrar-se-iam imediatamente tanto a Igreja quanto o Exército, na medida em que a coerção externa permitisse (Freud, 2020, p. 166).

Tanto na igreja quanto no exército, o vínculo entre um indivíduo e o líder bem como entre os membros do grupo é fundamentado no amor. Na Igreja, o amor se apresenta como um elemento democrático, evidenciado pelo fato de que todos são considerados iguais perante Deus, o pai substituto, e desfrutam de uma parcela justa de seu amor. Essa dinâmica também se reflete no Exército, onde o general, atuando como uma figura paterna, ama todos de maneira igual, resultando em uma consideração mútua entre os soldados. Em ambos os casos, os laços libidinais desempenham um papel importante, servindo como elo tanto entre o indivíduo e o líder quanto entre os demais membros do grupo (Freud, 2020).

Corroborando Freud (2020), Adorno (2019c) argumenta que o indivíduo, ao adotar o líder como seu ideal, experimenta uma espécie de amor por si mesmo, mas de uma maneira desvinculada das imperfeições e frustrações associadas ao seu eu em sua totalidade. O líder, ao se promover como uma figura idealizada, oferece uma narrativa alternativa e atraente para que ocorra a identificação cega do indivíduo, proporcionando uma sensação de pertencimento, significado e superioridade.

A manipulação psicológica promovida pelo líder visa a criar uma atmosfera em que os membros do grupo se vejam não apenas como seguidores, mas como participantes de um projeto grandioso e mesmo superior. No fascismo, o projeto de construção da nação, da pátria, assume esse lugar. A idealização do líder serve também como mecanismo de defesa psicológica, permitindo que o indivíduo escape das frustrações de sua própria existência, o que revela que os laços emocionais, especialmente os relacionados à libido, desempenhem um papel fundamental na identificação, constituição e funcionamento do grupo (Freud, 2020).

Ao mesmo tempo, a partir de Freud (2020), pode-se perceber que, nas relações sociais, existem traços de aversão e hostilidade nos sujeitos. Isso sugere que, mesmo nas interações interpessoais mais afetivas e duradouras, como casamentos, amizades e relações familiares, há uma camada de emoções conflitantes. Esses sentimentos podem se manifestar de maneira sutil, muitas vezes passando despercebidos, porém acabam por contribuir ou mesmo afetar a forma como as pessoas se relacionam.

Entretanto, apesar de fazer parte da dinâmica de constituição dos sujeitos e das relações humanas, essa hostilidade também pode ser expressa como forma de ataque entre grupos, como já visto no nazifascista, por meio do desprezo e extermínio contra judeus e outras minorias (Adorno, 2019b). A partir dos estudos de Freud (2020), pode-se inferir que a hostilidade constitui o indivíduo e, no nazifascismo, ela é despertada mais intensamente.

No contexto do nazifascismo, há o enamoramento do sujeito pelo objeto com o qual se identifica. Segundo Freud (2020), a transferência da libido narcísica¹⁹ no enamoramento é evidenciada pela forma como o objeto é tratado – como se fosse uma extensão do eu. O objeto

¹⁹ Freud (2020) desenvolve duas formas principais de narcisismo: o primário e o secundário. O narcisismo primário refere-se a um estágio inicial do desenvolvimento psicosssexual, no qual o bebê investe sua libido no próprio eu, antes de direcioná-la para objetos externos. O narcisismo secundário envolve a valorização excessiva do eu na vida adulta, levando a uma busca constante por admiração, poder e sucesso. Neste estudo, a análise realizada se desenvolve mediante o narcisismo secundário.

passa a ser amado não apenas por suas qualidades intrínsecas, mas também porque encarna as perfeições desejadas para o próprio eu. Assim, o enamoramento cria uma fusão emocional intensa entre o eu e o objeto amado, desempenhando um papel central na formação e na adesão a grupos, inclusive aos autoritários. Adorno (1986) mostra que, nesse caso, a liderança carismática pode desencadear esse tipo de ligação libidinal, consolidando o vínculo emocional por meio da idealização.

Nessa perspectiva, tanto a identificação quanto a idealização são cegas e podem ser estimuladas pela indústria cultural a partir da propaganda fascista, em que o indivíduo aceita e adota crenças e ideias independentemente da veracidade dos fatos. A indústria mostra que o "como fazer" é mais importante do que o conteúdo em si, não se preocupando em revelar as determinações dos acontecimentos, mas em manipular as percepções para alcançar a adesão (Adorno, 2015a). Por esse motivo, quanto mais indivíduos acreditarem em algo, mais fácil será aderirem a ele e o idealizarem, independentemente de os fatos serem verdadeiros ou não.

[...] A eficácia de tal procedimento advém do fato de ele dispensar os ouvintes do esforço de pensar, ao apresentar-lhes o chavão já conhecidos como admiráveis conclusões do pensamento. Na verdade, o fiel da balança está em outro nível: no nível inconsciente. A emocionalidade expressiva do orador fascista, a pompa de sua cerimônia, a ênfase desmedida em fatos secundários ou em julgamentos morais, tudo isso tem o intuito de fisgar o ouvinte pelas costas, pelos seus mecanismos inconscientes. Daí o caráter personalizado de tal propaganda: é preciso que haja identificação entre a massa e o líder para que a manipulação se efetue, e é o meio de tal propaganda, mais do que seu conteúdo, que funciona como veículo da identificação (Masaro, 2018, p. 166).

O que se percebe é que a hostilidade e o desprezo nazista contra os judeus demonstram um grau extremo de aversão que ultrapassa as fronteiras da razão e da humanidade. Nesse caso, a aversão manifestada em diferentes grupos é analisada sob a ótica do narcisismo, que indica no sujeito uma base excessiva de valorização do seu eu, levando-o a estar mais preocupado consigo mesmo do que com os outros. Essa característica do narcisismo pode contribuir para possíveis identificações vantajosas, vez que se tem como foco excessivo a busca por satisfação pessoal, resultando disso a falta de empatia e o não reconhecimento do outro diferente (Freud, 2020).

A análise de contextos de manifestações e regimes autoritários pode afirmar que a identificação com grupos proporciona aos narcisistas uma sensação de poder, controle e superioridade, que são aspectos que podem alimentar o seu ego e reforçar a sua autoimagem. Naqueles que se identificam com grupos, existe uma tendência a oferecer uma sensação de proteção, aceitação e validação, preenchendo uma lacuna emocional que o narcisista pode sentir

em relação à sua própria identidade (Freud, 2020). Essa lacuna emocional cede também ao grupo ou ao líder a capacidade de controlar as hostilidades entre seus integrantes, mesmo quando, inicialmente, são estranhos uns aos outros.

Essa dinâmica demonstra que, no grupo, há uma dissolução temporária ou até completa do ódio entre os seus participantes. Isso sugere que os integrantes não são guiados por sentimentos de aversão ou intolerância uns pelos outros. Ao contrário, o que se destaca é a presença da uniformidade e da aceitação das peculiaridades individuais dos demais membros e um senso de igualdade. Por outro lado, aqueles que não pertencem ao grupo são vistos como ameaça constante à sua suposta pureza e superioridade, e qualquer forma de interação é interpretada como uma perda narcísica. Nesse sentido, críticas e reflexões, mesmo que construtivas, são percebidas como ameaças ao ego coletivo, desencadeando reações agressivas e hostis da parte de seguidores fascistas (Freud, 2020).

Percebe-se que o medo da perda narcísica leva à rigidez ideológica e à recusa em considerar diferentes perspectivas e pontos de vista, perpetuando a intolerância ao outro diferente. Nesse cenário, a aceitação das peculiaridades individuais dos membros do grupo pode ser interpretada como uma forma de controle social, onde a diferenciação é permitida apenas dentro dos limites estabelecidos pela autoridade. O senso de igualdade pode ser uma ilusão de imparcialidade promovida pelo sistema autoritário, que busca manter a estabilidade e a ordem através da supressão de conflitos e da promoção de uma falsa sensação de harmonia (Adorno, 2015a).

Por conseguinte, a hierarquização imposta por grupos se desenvolve mediante uma dinâmica de poder na qual a liderança autoritária é inquestionável, e qualquer desvio dessa norma é punido com violência (Adorno 1986). Logo, a criação do inimigo, muitas vezes associada a características como raça ou nacionalidade, serve como instrumento para consolidar a identificação com o autoritarismo por meio de uma falsa projeção²⁰, inclusive desviando a atenção dos problemas reais sejam eles sociais ou econômicos.

²⁰ É importante ressaltar que, na projeção genuína, conforme discutido por Freud (2020), ocorre uma verdadeira mimese: o indivíduo se relaciona com os aspectos do ambiente de forma mais autêntica e realista, sem distorcer a realidade externa ou projetar suas próprias falhas nos outros. Em contraste, a falsa projeção é um conceito desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1985b) que tenta desvelar como o contexto social e ideológico influencia profundamente a formação de certas projeções, a criação de inimigos externos. Essa distorção da realidade é entendida como um fenômeno em que o indivíduo alienado, em vez de se adaptar ao mundo ao seu redor, projeta suas características negativas sobre os outros, que se tornam alvo de sua hostilidade (como no caso dos judeus). O termo é utilizado para ressaltar como essas projeções são moldadas por forças externas e ideologias dominantes, resultando na percepção distorcida da realidade.

A falsa projeção está vinculada à manipulação da consciência, resultando em uma compreensão enganosa da realidade. Adorno e Horkheimer (1985b) argumentam que a falsa projeção entre os indivíduos que aderem ao autoritarismo se desenvolve como algo familiar e hostil. Por este motivo, os impulsos que o sujeito não admite como seus passam a ser atribuídos a um objeto que pode se tornar uma vítima em potencial, como no caso dos judeus.

Adorno e Horkheimer (1985b) debatem como esse tipo de mentalidade que se identifica com o autoritarismo reifica o indivíduo, tornando-o um objeto que aparenta não precisar de ninguém ao mesmo tempo que exige que todos estejam a seu serviço. Nessa dimensão,

Para ele, todas as palavras convertem-se num sistema alucinatório, na tentativa de tomar posse pelo espírito de tudo aquilo que sua experiência não alcança, de dar arbitrariamente um sentido ao mundo que torna o homem sem sentido, mas ao mesmo tempo se transformam também na tentativa de difamar o espírito e a experiência de que está excluído e de imputar-lhes a culpa, que na verdade, é da sociedade que exclui do espírito e da experiência (Adorno; Horkheimer, 1985b, p. 161).

A falsa projeção contribui para a alienação e a desumanização do sujeito ao criar uma lacuna entre a experiência autêntica e as representações culturais padronizadas. Isso porque as pessoas se encontram incapazes de expressar ou compreender suas experiências de maneira genuína, pois são constantemente bombardeadas por estereótipos principalmente permeados pela indústria cultural (Adorno; Horkheimer, 1985b). Esse fenômeno contribui bastante com a produção de ressentimento, aspecto que também coopera para a adesão dos sujeitos a manifestações autoritárias. Importante ressaltar que

O patológico no antissemitismo não é o comportamento projetivo enquanto tal, mas a ausência da reflexão que o caracteriza. Não conseguindo mais devolver ao objeto o que dele recebeu, o sujeito não se torna mais rico, porém mais pobre. Ele perde a reflexão nas duas direções: como não reflete mais o objeto, ele não reflete mais sobre si e perde assim a capacidade de diferenciar (Adorno; Horkheimer, 1985b, p.156).

Adorno e Horkheimer (1985b) e Adorno (2008b) afirmam que o ressentimento dos sujeitos se desenvolve mediante os processos de alienação e frustração próprios da falta de autonomia e controle sobre suas próprias vidas, levando os indivíduos a reações distorcidas diante de injustiças percebidas. Destacam que o ressentimento transcende o âmbito meramente individual, emergindo como uma manifestação sintomática de tensões sociais e da incapacidade do indivíduo de exercer autonomia diante de estruturas opressivas da sociedade moderna.

Asseveram Adorno e Horkheimer (1985b) que, em contexto de regimes autoritários, como no nazifascismo, o ressentimento é considerado um elemento psicossocial focado no antissemitismo, permitindo a falsa projeção de frustrações individuais em um "outro", sejam

indivíduos ou grupos. Assim, ao atribuir o ressentimento a determinados grupos, os sujeitos podem direcionar as suas emoções negativas para um alvo específico, criando um "inimigo" que, na visão autoritária, justifica medidas repressivas e violentas.

Importante ressaltar que o autoritarismo não apenas se baseia na distinção entre grupos, mas também na necessidade de criar e manter um inimigo, ou seja, a criação do inimigo, no contexto do autoritarismo, é uma estratégia para manter a harmonia interna e fortalecer a identidade do grupo. Isso porque, ao destacar a superioridade do *in-group*, simultaneamente se demoniza e desumaniza o *out-group*, alimentando o ódio e justificando a agressão (Adorno, 2019b). Essa dinâmica, segundo Adorno (1995a), é alimentada pelo narcisismo coletivo²¹, no qual a autoimagem do grupo é constantemente reforçada pela degradação do outro.

Percebemos que, em sociedades ditas democráticas, os indivíduos, ao aderirem a ideias de grupos ou a líderes em geral, conduzem relações políticas e sociais a partir da perspectiva de amigo/inimigo, com a lealdade vinculada a essa lógica. A lealdade surge como resultado da identificação completa e incondicional dos sujeitos com os grupos aos quais pertencem. Espera-se que eles se entreguem totalmente à sua “unidade abdicando de todas as características individuais em benefício do bem comum” (Adorno, 2019c, p. 568).

Essa dinâmica fortalece o apego emocional dos membros com relação ao grupo e ao líder, em ambos acontecendo a projeção das próprias necessidades e desejos. O líder, ao se tornar o objeto perdido, torna-se um ponto focal para a identificação coletiva e, nessa direção, a manipulação psicológica visa a não apenas controlar os seguidores, mas a moldar uma percepção da realidade que reforce a coesão do grupo e a dedicação inabalável aos princípios autoritários promovidos pelo líder (Adorno, 2015c).

Quando levada ao extremo, essa perspectiva se torna um instrumento poderoso nas mãos de líderes autoritários, que exploram a devoção cega dos seguidores tanto para consolidar o próprio poder quanto para suprimir eventuais discordâncias. Essa estratégia, como salienta Adorno (1995a), perpetua a intolerância e a violência, tornando-se uma ameaça tanto para os indivíduos quanto para a sociedade.

Segundo Freud (2020), esse comportamento pode ser atribuído à necessidade intrínseca de controle dentro do grupo. Isso indica que, em ambiente coletivo, os indivíduos tendem a se comportar de forma homogênea, tolerando a singularidade do outro, equiparando-se a ele sem

²¹ O narcisismo coletivo em Adorno (1995a) representa a preocupação com a perda da individualidade e a absorção acrítica de normas e valores culturais impostos pela sociedade industrializada e pela cultura de massa.

experimental repulsa. O autor argumenta que, em algumas formas de escolha amorosa, o objeto, que pode ser representado por uma figura externa ou mesmo uma ideologia, pode servir para substituir um ideal do eu próprio idealizado, mas não alcançável. Esse processo é influenciado por desejos inconscientes, necessidades emocionais não atendidas, fantasias, entre outros fatores psicológicos. Nesse sentido, o objeto é amado pelas perfeições que o indivíduo almeja para si mesmo, canalizando o narcisismo para a satisfação através do outro. Esse estado de idealização representa o tipo de vínculo que define a relação do indivíduo com o líder ou com o grupo. Aliás,

É interessante ver que justamente os anseios sexuais inibidos quanto à meta conseguem ligações tão duradouras entre os humanos. Mas isso é fácil de entender através do fato de que eles não são capazes de uma satisfação plena, ao passo que anseios sexuais inibidos experimentam, através da descarga [*Abfuhr*] que ocorre a cada vez que a meta sexual é atingida, uma redução extraordinária. O amor sensual é destinado a se extinguir na satisfação; para que ele possa durar, é preciso, desde o início, que ele esteja deslocado para componentes puramente ternos, isto é, inibidos quanto à meta, ou que sofra uma transposição como essa (Freud, 2020, p. 190-191).

Desse modo, a aceitação passiva e a conformidade cega a ideias de grupo, muitas vezes caracterizadas por uma rigidez extremista, privam ainda mais os indivíduos da capacidade de discernimento e de autonomia, caracterizando-os como pseudoformados (Adorno, 1996). Tanto Freud (2020) quanto Adorno e Horkheimer (1985b) reconhecem a perigosa dinâmica que a ausência de pensamento crítico cria na produção de indivíduos suscetíveis à manipulação, facilmente conduzidos por líderes autoritários ou ideologias que oferecem uma falsa sensação de ordem e segurança. Por sua vez, a hostilidade inconsciente manifestada por esses indivíduos sugere uma negação interna, na qual a própria falta de reflexão crítica leva a atitudes hostis em relação àquilo que é percebido como diferente ou desafiador.

Nessa dinâmica, as relações sociais dos indivíduos têm como fim a produtividade e o consumo, que justifica o que precisa ser esquecido e, quando se deparam com resistências e embates sociais com outros, como não conseguem mediar e exercem um pensamento instrumentalizado, acabam atribuindo a si mesmos e/ou aos outros a culpa. Ao não exercerem a capacidade crítica, tornam-se suscetíveis à influência de discursos que apelam para impulsos emocionais e desejos irracionais.

Segundo Adorno (2019a), essa propensão à ignorância, aliada à manipulação de forças econômicas e sociais, cria o campo adequado para a constituição de sociedades passíveis a ideologias autoritárias. Esse fenômeno não se limita à manipulação de pessoas ou grupos específicos sem instrução; ao contrário, está presente em todos, independentemente de seu nível de instrução, podendo se desenvolver de acordo com a constituição da personalidade.

1.3.3 A razão irracional e o conservadorismo

A razão irracional que está na estrutura do modo de produção capitalista é indissociável da forma como a subjetividade e o sujeito se exercem nas relações (Resende, 2015). Se o processo de individualização está na estrutura da sociedade capitalista, essa dinâmica se reproduz no indivíduo, na razão e em outros aspectos, como no exercício da liberdade, aspectos que podem também se enviesar para o individualismo. Nesse sentido, perde-se a gênese social e o outro, acontecendo a redução do movimento do sujeito a buscas individualizadas, que, embora interiorizadas do social, não são reconhecidas como tal, e que, em tempos de crise do modo de produção social, é uma dinâmica que se acentua, já que a autoconservação se vê ameaçada e impõe o primado do medo (Adorno; Horkheimer, 1985a).

Nessa perspectiva, uma sociedade pautada na industrialização e na técnica demanda por uma racionalidade instrumental que se estabelece como um meio para um resultado apropriado às exigências sociais (Adorno; Horkheimer, 1985a). Esse procedimento é irracional, pois reduz a potencialidade do pensamento a se exercer como meio, sem reflexão sobre os fins. Essa perspectiva da razão está próxima do mecanismo do mito, pois não se coloca como lugar de reflexão, efetivando um entendimento conformista.

A irracionalidade da adaptação dócil e aplicada à realidade torna-se, para o indivíduo, mais racional do que a razão. Se, outrora, os burgueses introjetavam a coação em si mesmos e nos trabalhadores como um dever de consciência, agora o homem inteiro tornou-se o sujeito objeto da repressão. O progresso da sociedade industrial, que devia ter eliminado como que por encanto a lei da pauperização que ela própria produzira, acaba por destruir a ideia pela qual o todo se justificava: o homem enquanto pessoa, enquanto portador da razão. A dialética do esclarecimento transforma-se objetivamente na loucura (Adorno; Horkheimer, 1985b, p. 168).

Neste sentido, ações e decisões são orientadas com o intuito de contemplar tarefas predeterminadas pela sociedade, realizando os “ajustes” necessários à manutenção da realidade administrada pela lógica do capital. Esse esvaecimento do exercício de refletir sobre o que está posto, como mostra Horkheimer (2002a), traz sérios impedimentos ao sujeito crítico, pois está associado à convicção de que os objetivos, independentemente de quais forem, devem ser alcançados sem questionamentos.

Assevera Resende (2001) que os indivíduos exercem uma subjetividade reificada permeada por uma razão irracional que recebe força por ser uma manifestação generalizada da maioria das pessoas, que possui um procedimento lógico de pensar em hipóteses que cheguem ao resultado exigido, ou seja, que sejam funcionais. Esse mecanismo pode se assemelhar, inclusive, a crenças místicas ou a ideias de uma "saída divina", em que a busca por respostas

ou soluções é orientada por elementos divinos e sobrenaturais no lugar de uma análise racional e fundamentada em evidências. Isso sugere o que Resende (2001) denomina de desrazão, ou seja, uma forma de irracionalidade que representa uma desconexão entre a realidade objetiva e a percepção subjetiva.

Nesse sentido, Horkheimer (2020a) assegura que não há reconciliação nem com a potencialidade da razão como objeto de análise de si própria e com o que seria racional para a vida humana nem interrogação sobre o seu *modus operandi* já que ele é generalizado, atende e é adequado à sociedade existente. Assim, não há reconciliação com a natureza da possibilidade da razão e nem consciência do seu próprio limite. Nesse contexto,

Sua ambição é ser nada mais que uma atividade prática, distinta da compreensão teórica, que, segundo os ensinamentos pragmatistas, ou é apenas um nome para acontecimentos físicos ou algo sem sentido. Mas uma doutrina que tenta seriamente dissolver as categorias intelectuais, tais como verdade, significado ou concepções em atitudes práticas não pode ser entendida, no sentido intelectual da palavra; pode apenas tentar funcionar como um mecanismo para desencadear certas séries de acontecimentos (Horkheimer, 2002a, p.52 - 53).

Nessa direção, Duarte (2008) afirma que o sujeito, ao se identificar com um procedimento irracional de razão, acaba por desenvolver traços sadomasoquistas. Isso significa que adota comportamentos caracterizados por uma relação de dominação e submissão, evidenciando a falta de reflexão crítica sobre aquilo que lhe é imposto. Por conseguinte, o sujeito se torna presa perfeita para grupos, instituições políticas e mídias, vez que essa falta de reflexão crítica o torna vulnerável à manipulação e controle e, em determinadas situações, quando há oposição às suas ideias, passa a reagir de modo agressivo.

Ou seja, quando adota certos padrões que são questionados, pode atacar aqueles que realizam qualquer tipo de crítica ou de questionamento. Esses elementos demonstram que os indivíduos tendem a defender a pseudoformação, aderindo cegamente às normas estabelecidas, e atacam o diferente, vendo qualquer desvio como uma ameaça à sua conformidade. Dessa forma, a autoconservação de cada pessoa é preservada num contexto social que oferece pouco em troca e que permanece carregado de ameaças, levando cada um a agir em prol de sua própria sobrevivência. Desse ponto de vista, a necessidade de funcionalidade do indivíduo dentro da sociedade estabelece uma expectativa de que a razão deve se moldar ao padrão e, por isso, o sujeito acaba por se adaptar. Essa lógica constitui o sujeito heterônomo²² ou aquele que

²² Condição de um indivíduo ou de um grupo social que recebe de fora, de um outro, a qual lei obedecer. Em Kant (2001), por oposição à autonomia da vontade, a heteronomia compreende todos os princípios da moralidade aos quais o sujeito deve se submeter.

[...] tende a tornar-se um ego encolhido, cativo do presente evanescente, esquecendo o uso das funções intelectuais pelas quais outrora era capaz de transcender a sua realidade. Essas suas funções são hoje assumidas pelas grandes forças sociais e econômicas da época. O futuro do indivíduo depende cada vez menos da sua própria prudência e cada vez mais das disputas nacionais e internacionais entre os colossos do poder (Horkheimer, 2002b, p. 145).

Adorno e Horkheimer (1985a) destacam a indissociabilidade entre a racionalização da vida social e a instrumentalização da razão. A busca por se estabelecer no mundo por eficiência resulta em um processo de uniformização que reduz a diversidade e sufoca o processo de individuação, que seria a capacidade de autonomia e capacidade crítica do sujeito. A indústria cultural é uma das mais emblemáticas expressões dessa racionalização, pois se apropria da cultura com os interesses do capital.

Na sociedade capitalista, a razão instrumental se expressa como uma atividade em que a organização dos objetos é mais visível e concreta do que a capacidade de entender a sua essência, ou seja, são os diferentes modos de controle da vida do sujeito que prevalecem, sendo submetidos ao poder de dominação e de padronização das formas e conteúdo da produção da vida em sociedade (Adorno; Horkheimer, 1985a). Somos provocados a reconhecer que a dominação

confere maior consistência e força ao todo social no qual se estabelece. A divisão do trabalho, em que culmina o processo social da dominação, serve à autoconservação do todo dominado. Dessa maneira, porém, o todo enquanto todo, a ativação da razão a ele imanente, converte-se necessariamente na execução do particular (Adorno; Horkheimer, 1985a, p. 34).

A prevalência desse procedimento de razão se relaciona, essencialmente, a meios e fins determinados, autoexplicativos, capazes de levar as pessoas a recusarem tudo que não se enquadra no funcional. Assim, a fragmentação do processo de produção atinge todas as esferas da vida dos indivíduos e, nesses termos, “se a própria razão é instrumentalizada, tudo isso conduz a uma espécie de materialidade e cegueira, torna-se fetiche²³, uma entidade mágica que é aceita ao invés de ser intelectualmente aprendida” (Horkheimer, 2002a, p.28). Esse processo não se dá sem que haja o empobrecimento e a acentuada retração da possibilidade de realização

²³ No contexto de uma sociedade autoritária, o fetiche está muitas vezes associado a um procedimento de razão irracional em torno do poder e das estruturas autoritárias, contribuindo para a aceitação acrítica e a perpetuação desses sistemas. Essa dinâmica pode obscurecer a realidade, desencorajando a análise crítica e a resistência contra práticas autoritárias. Nessa lógica, o modo de produção material passa a determinar tanto o processo de vida social quanto individual (Adorno; Horkheimer, 1985a). Sob essa determinação, “o homem acaba por se submeter a uma realidade fragmentada e aos seus sistemas abstratos, de modo que, tanto no nível do pensamento quanto no da realidade, vai perdendo sua referência de totalidade” (Resende, 2001, p.52), o que acaba por atingir toda a sua consciência.

da condição humana ou mesmo da sua aceitação, embora o desconforto com a mera existência não deixe de estar presente ao mesmo tempo.

Nessa perspectiva, o procedimento de razão que se estabelece é irracional em que o sujeito se prende ao imediato, aos resultados e à superficialidade da vida. O que se coloca são a vida irrefletida, a adesão ao objeto, o riso cínico e a assimilação de novas necessidades no compasso do processo de produção mercantil. Em razão disso, quando o sujeito não consegue desenvolver a capacidade de autorreflexão, torna-se cada vez mais submisso à sociedade administrada pela lógica capitalista (Resende, 2016).

Esse contexto evidencia um procedimento de razão funcional. Resende (2015) afirma que, embora a razão funcional seja uma abordagem que busca entender as relações entre subjetividade e objetividade, se esse entendimento não levar em conta as dinâmicas sociais que moldam a subjetividade, ele tende a se tornar um instrumento que perpetua a irracionalidade. Assim pode perpetuar práticas autoritárias ao ignorar as condições que favorecem a opressão e a submissão.

Resende *et al* (2007, p.1522) salienta que “a irracionalidade objetiva que se impõe tão radicalmente aos indivíduos não somente extingue qualquer resistência como nem mais sobrevive a consciência da possibilidade do reconhecimento de que haveria algo contra o que resistir”. Assim, incapaz de ter consciência, o indivíduo passa a se identificar a formas sociais predominantes na vida, tornando-se individualista, imediatista, alterando formas de socialização e encorajando padrões narcisistas do eu.

Esse fato ocasiona a perda da essência da razão humana e leva o sujeito a uma profunda individualização. Desse modo, evidencia-se que os processos de identificação do sujeito com o autoritarismo, seja no nível individual ou no social, emergem quando a razão é apropriada para servir aos interesses de dominação, resultando em estruturas sociais que geram angústia e sofrimento para aqueles que estão submetidos a tais mecanismos. Essa contradição revela uma dinâmica na qual a autonomia aparente é, na verdade, uma forma de controle sutil exercida sobre os outros, criando uma atmosfera em que tudo deve estar alinhado aos seus preceitos. Adorno e Horkheimer (1985b) aprofundam essa análise ao revelarem como esse tipo de mentalidade que se identifica com o autoritarismo transforma o sujeito em objeto.

A autoconservação visa a preservar a si mesmo, seus valores e costumes ao tempo em que está relacionada à conservação de um poder econômico ou classe. A autoconservação, nesse cenário, refere-se não apenas à preservação física do indivíduo, mas também à manutenção de estruturas sociais, valores, normas e formas de pensar que sustentam a ordem estabelecida. No

contexto do fascismo, a autoconservação é intensificada e distorcida, levando a uma busca desenfreada pelo poder, pela dominação e pela preservação de uma suposta identidade nacional ou étnica (Adorno; Horkheimer, 1985b).

O contexto, então, se transforma em um mecanismo de controle totalitário, onde a violência, a opressão e a eliminação daqueles considerados diferentes são justificadas em nome da segurança ou da pureza de uma raça (Adorno; Horkheimer, 1985b). Isso significa que, “para os dirigentes, a forma astuciosa da autoconservação é a luta pelo poder fascista e, para os indivíduos, é a adaptação a qualquer preço à injustiça” (Adorno; Horkheimer, 1985d, p. 78).

Assim se percebe que a gênese de uma sociedade autoritária se constitui tanto no tecido social quanto no individual. A relação intrínseca entre racionalidade e dominação ocasiona consequências inevitáveis de sofrimento e desumanização do humano manifestadas de diversas maneiras, o que acaba por mutilar o indivíduo a ponto de levá-lo a concordar e a apoiar o horror das guerras, o ataque a indivíduos e grupos²⁴ considerados inimigos, a fome, a miséria e a exploração.

Ademais, não é por acaso que, em tempos de crise, tanto sujeitos quanto estados democráticos, como o liberal, tendam a se inclinar para regimes autoritários, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. No estado neoliberal, em que manifestações autoritárias se tornam mais evidentes, essa tendência se acentua, pois sua condição de forma mais elaborada de afirmação da era totalitária tem como base um procedimento de razão relacionado à organização da vida social na qual o “esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens” (Adorno; Horkheimer, 1985a, p.21). Uma realidade que também pode ser encontrada no Brasil ao longo de sua história.

2. O PASSADO QUE NÃO PASSOU: MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS NO BRASIL

²⁴Segundo Horkheimer e Adorno (1973b), nos processos de socialização, o indivíduo tende a não se inserir de forma imediata na totalidade social, mas através de instâncias intermediárias. Importante ressaltar que essas instâncias não têm hierarquia de primária, secundária e terciária, pois há um entrelaçamento entre as instâncias sociais. Os grupos são espaços nos quais os processos de socialização acontecem por meio da identificação entre os membros e com o próprio grupo e em que todos possuem interesses comuns e podem ser uma aglomeração casual ou não, permanentes, efêmeros, psicológicos e institucionais. E, como a lógica capitalista se apresenta unidimensional, mesmo que existam instâncias intermediárias de socialização, é predominante essa mesma lógica, a mesma racionalidade do capital nas mais variadas dimensões já que, cada vez mais, o seu modo de produção se alastra em diversas dimensões sociais.

É possível perceber que as tendências autoritárias no Brasil - assim como as já discutidas em âmbito global - envolvem contradições que se manifestam na relação entre aspectos objetivos e subjetivos que se entrelaçam na sociedade e na subjetividade dos sujeitos que aderem a ideias e a atos autoritários tanto em sociedades de democracia formal como em regimes ditatoriais. Porque o autoritarismo não envolve apenas estruturas políticas e econômicas, mas também disposições psicológicas. A continuidade dessas tendências está assentada no lastro estrutural do modo de produção capitalista, em condições determinantes que continuam existindo e que, em determinados contextos, tornam-se mais intensas.

Ao conhecermos a história do Brasil, entendemos que o autoritarismo teve expressão significativa desde os tempos coloniais, influenciando as interações entre colonizadores e colonizados. No país, os europeus consolidaram seu domínio com base na exploração e por meio da criação de estruturas hierárquicas e de um sistema legal que favorecia a elite colonial. A dominação se manifestou na subjugação violenta das populações indígenas e dos africanos trazidos como escravos, além da exploração intensa dos recursos naturais e da criação de grandes propriedades rurais. Tais práticas resultaram na concentração do poder e da riqueza nas mãos dos colonizadores, que perpetuavam essa condição por meio de políticas e leis que promoviam a exclusão social dos pobres e a marginalização de grupos étnicos, deixando um impacto profundo na sociedade (Fernandes, 2015). O Brasil colonial foi marcado por um regime político opressor e autoritário.

Outros arranjos atravessados pelo autoritarismo se deram em regimes ditatoriais e em governos eleitos, por meio das forças militares, policiais e com o apoio de grupos políticos conservadores, na justificativa de proteger a nação contra inimigos internos e externos e com investidas contra as instituições democráticas. Na contemporaneidade, a ascensão de líderes e de grupos conservadores, que se utilizam de manifestações, atos e comportamentos autoritários para consolidar o próprio poder, muitas vezes sob a retórica do combate à corrupção ou pela ameaça a grupos minoritários, demonstra como o autoritarismo pode se adaptar e persistir em diferentes contextos políticos e sociais.

É nesse contexto que este capítulo tenta revelar o passado que não passou no que diz respeito às determinações do autoritarismo, pois elaborar o passado/presente é um ato de resistência fundamental para a transformação dos elementos que dão força à sua continuidade no presente e como tendência para o futuro. O esquecimento de períodos sombrios contribui para a sua repetição e para a ignorância que perpetua as estruturas de opressão que devem ser

combatidas. Quando o passado é negligenciado, há grande tendência à naturalização e ao conformismo, mesmo que a realidade esteja marcada por injustiças e autoritarismos.

A conformidade gera um ambiente propício e um psiquismo que faz aderir ao potencial autoritário, onde a insatisfação, o medo, o ressentimento, o ódio, a indiferença e os procedimentos de uma razão formalizada que culminam na pseudoformação são alicerces poderosos para a manutenção e a eclosão de “estados” autoritários (Adorno, 1995a). Assim, elegemos recortes históricos em que tendências e regimes autoritários foram expressivos, tais como o Integralismo e o Estado Novo na era Vargas, a ditadura militar e as manifestações autoritárias da contemporaneidade. Cada um desses momentos revela o entrelaçamento entre a totalidade e a particularidade dessas tendências e se estabelecem na dialética entre indivíduo e sociedade.

2.1 Integralismo e Era Vargas: autoritarismo nas décadas de 1930 e 1940

O Integralismo, que ganhou destaque entre 1932 e 1937, emergiu como um movimento político durante a Era Vargas (1930-1945), um período marcado pela crise econômica e social do final da República Velha²⁵. Nesse período, a partir da Constituição de 1891, o Brasil instaurou um modelo liberal na economia, com pouca intervenção estatal, sendo governado por uma elite agrária que dominava o cenário político e econômico, principalmente através da política do ‘café com leite’. Esse modelo favorecia os interesses dos grandes fazendeiros e empresários, deixando à margem as classes urbanas emergentes e outros setores sociais, como a classe média e as oligarquias de outros estados, que se sentiam excluídos do processo político e econômico (Chauí, 2017).

Como a economia brasileira da época era dependente da exportação de café, o país foi duramente afetado pela Grande Depressão de 1929. Essa crise global resultou em uma queda acentuada do preço desse produto no mercado internacional, o que levou à falência de diversas empresas. Com a diminuição das exportações, as desigualdades sociais se tornaram ainda mais evidentes e a insatisfação popular e o medo do desemprego criaram um clima de descontentamento com o governo Vargas, marcado, além do que, por alta inflação. Nessa condição, as elites tradicionais, especialmente os fazendeiros, começaram a ver seu poder e influência diminuírem, passando a enfrentar uma crescente oposição de setores urbanos, que já

²⁵ A República Velha foi um período da história brasileira que avançou de 1889, com a Proclamação da República, até 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder. Embora o liberalismo econômico e político tenha se consolidado com a Constituição de 1891, os anos iniciais foram marcados por um governo provisório, que estruturou a transição do modelo monárquico para a república liberal (Christofolletti, 2021).

formavam uma burguesia em ascensão. Nesse meio, os trabalhadores eram os principais afetados (Chauí, 2017).

O modelo econômico liberal, em que o mercado deve funcionar sem grandes interferências do Estado, passou a ser cada vez mais questionado por sua incapacidade de lidar com as crises econômicas. A intervenção do Estado passou a ser vista como necessária para controlar setores estratégicos, como infraestrutura e economia, de modo a garantir a estabilidade e a ordem ao país. Daí que grupos conservadores e de extrema direita²⁶, como os integralistas, ganharam força ao oferecerem uma alternativa autoritária e centralizadora. Apoiado por empresários, setores conservadores da igreja católica e militares, o integralismo defendia a centralização do poder e a rejeição de um tipo de liberalismo, propondo a intervenção estatal como solução para os problemas econômicos e sociais. Consideravam o Estado que existia “o grande inimigo da liberdade e da democracia, uma vez que seu sistema de representação democrática ludibriava a população com seduções inconsistentes e falsas promessas impraticáveis” (Christofolletti, 2021, p. 185 *apud* Salgado, 1957, p. 209). O apelo do movimento tentava capitalizar o medo e a insegurança do apoio popular para o acirramento de uma ordem centralizada e conservadora de viés antidemocrático.

Segundo Lins (2019), os integralistas se posicionavam também contra o comunismo, considerando-o uma ameaça que não apenas desestabilizava a ordem social, mas colocava em risco os valores tradicionais da família, da pátria e da fé cristã, apresentando-se como a única força capaz de proteger a sociedade brasileira dessas influências consideradas danosas. Para os integralistas,

o comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho, falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui a 200 anos no mínimo (Christofolletti, 2021, p. 175 *apud* Manifesto de Outubro de 1932, p. 11).

²⁶ No Brasil, partidos de extrema direita estão ligados a um conservadorismo reacionário, com ideologias repressivas ligadas a setores religiosos, defesa de violência policial, de pena de morte, de intolerância com minorias sexuais e com a crença de que os militares cumprirão o desejo de intervenção militar (Lowy, 2015b).

Foi nesse ambiente que, durante o Governo Provisório (1930-1934)²⁷ e o Governo Constitucional (1934-1937)²⁸ de Vargas, os integralistas promoveram a ideologia de um Estado forte que unisse a nação em torno de valores conservadores: 'Deus, Pátria e Família'. Afirmavam que Deus era a base moral e espiritual da sociedade, a 'Pátria' não era apenas um território físico, mas uma entidade espiritual, uma nação unida com 'civilização genuinamente nacional', que se opunha a influências estrangeiras, que devia ser vista com respeito e veneração e que a família era a base da educação e da manutenção dos valores morais, precisando estar sempre unida e forte, de modo a permanecer como um modelo de virtude e moralidade (Christofoletti, 2021).

A ideologia integralista apresenta traços irracionais e traços de misticismo na medida em que eleva concepções como pátria e família a uma dimensão espiritual, transcendendo o plano racional ligado a questões concretas. Além disso, ao centralizar a responsabilidade pela educação e manutenção de valores a familiares, mina as instituições educacionais, que são vistas como insuficientes ou ineficazes.

Os integralistas acreditavam que a reorganização da educação era essencial para a criação de uma nova sociedade, pois, por meio dela, seria possível aprender os valores da hierarquia, disciplina e lealdade ao Estado. Por isso, pregavam o cuidado com o corpo, valorizando os exercícios físicos, a força e a saúde para a construção de uma nação forte, unida e centralizada, repetindo ideias fascistas (Gava, 2015). Também primavam pela organização do trabalho e da promoção de associações corporativas que representassem tanto os interesses de grupos quanto a união popular, buscando resolver, na aparência, os conflitos sociais (Christofoletti, 2021), numa estratégia que, se sabe, contribui com a ascensão de grupos autoritários ao criar uma falsa sensação de harmonia e controle social, eliminando o espaço de conflitos, divergências e possíveis reflexões.

Percebe-se, então, que o conservadorismo foi um elemento-chave na estrutura ideológica do movimento integralista. Isso porque, ao buscar manter a ordem estabelecida, resistiu às mudanças sociais que persistiam em desestabilizar a estrutura econômica vigente.

²⁷O Governo Provisório (1930-1934) caracterizou-se pela centralização do poder e pela implementação de reformas políticas e sociais, visando à modernização do Estado. Durante esse período, Vargas enfrentou desafios políticos e buscou estabilizar o país, culminando na convocação de uma Assembleia Constituinte que resultou na Constituição de 1934 (Lins, 2019).

²⁸O Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) foi marcado pela promulgação da Constituição de 1934 e pela implementação de reformas sociais e econômicas, como a criação da Justiça do Trabalho. Apesar dos avanços, o período enfrentou tensões políticas e a crescente repressão a opositores, culminando no golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, um regime ditatorial (Lins, 2019).

Essa estratégia, em vez de enfrentar as desigualdades que afetavam a sociedade, servia para ocultar as falhas estruturais do modo de se produzir a sociedade, como a concentração de riqueza e a exclusão social, e deslocar a responsabilidade para uma ameaça externa, como o comunismo, que podia romper com as tradições (Simões, 2012a).

Para fortalecer essa ideologia e consolidar o apoio popular, os integralistas desenvolveram uma rede de comunicação que incluía as mídias do tempo, como jornais, revistas e rádio, e criaram símbolos, rituais, hino e saudações bem como a imagem de um líder carismático, o que fortalecia e mediava a identidade do movimento, a identificação e a lealdade das pessoas (Simões, 2012a). O uso estratégico da comunicação refletia uma prática comum em regimes autoritários e movimentos de inspiração fascista, que buscavam/buscam consolidar e disseminar suas ideologias através da indústria da cultura.

Os integralistas pregavam a centralização do poder, a repressão aos dissidentes, a limitação da participação democrática, a censura e o controle das liberdades individuais em nome de uma moralidade superior, com o intuito de moldar a política, a cultura e a vida cotidiana dos indivíduos (Gava, 2015). Nesse contexto,

A centralização do poder em torno de um líder forte, o corporativismo entre os grupos naturais para disciplinar as classes e a mobilização de massas revolucionárias, em prol do valor supremo da nação, constituíram a luta em comum desses movimentos nacionalistas, que se autointitulavam pertencentes ao universo fascista. Entretanto, no caso do Nazismo e do integralismo, a intolerância racial surgiu como o fator de conflito, usado pelas lideranças da AIB como ponto de diferença entre os dois movimentos (Gava, 2015, p. 11 *apud* Cruz, 2004, p. 69-133).

Havia certa concordância com a miscigenação, uma suposta harmonia entre diferentes grupos étnicos e raciais, como indígenas e negros, como uma forma de oferecer elementos para identificação desses segmentos. No entanto, a participação de negros e outras etnias era limitada e a ideia de ‘cidadão integral’ escondia uma forma de eugenismo, que, na verdade, privilegiava o grupo racial branco. Nesse sentido, a retórica sobre a cultura negra era apenas uma estratégia para contrabalançar as acusações de racismo que o movimento enfrentava (Gava, 2015).

Outro, no entanto, era o papel da mulher. Embora o movimento pregasse um papel tradicional para as mulheres, subordinado ao homem e focado na família, houve alguns esforços para incluir a mulher de forma restrita nos debates políticos. A Liga das Senhoras Integralistas foi criada para organizar a participação feminina dentro dos limites conservadores, permitindo que as mulheres atuassem em questões de moralidade pública e educação (Christofolletti, 2021). Embora afirmassem que lutavam por uma educação para formar cidadãos éticos, politicamente

comprometidos, suas ações não eram inclusivas e mantinham estruturas de poder que marginalizavam grupos considerados diferentes ou ‘não integrais’ e não refletiam sobre a desigualdade.

Com a ascensão do Estado Novo (1937-1945), advindo de um golpe orquestrado por Getúlio Vargas com o apoio dos militares, a repressão foi instalada e dirigida especialmente aos comunistas. Esse governo se consolidou como um regime por meio da centralização e do estabelecimento de uma burocracia estatal em que as decisões eram concentradas, havendo o controle das instituições. A Constituição de 1937 aboliu a de 1934, instaurando um regime de exceção que facilitava governar sem a necessidade da aprovação legislativa (Prestes, 2011) e silenciando a posição política.

Nessa época, acirrou-se a censura sobre os meios de comunicação, limitando a liberdade de expressão e controlando as narrativas públicas. As instituições políticas, principalmente o judiciário, foram reestruturadas para garantir que estivessem alinhadas aos interesses do Estado, tentando eliminar qualquer possibilidade de contestação. A criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, refletiam um desenvolvimentismo autoritário, que buscava crescimento econômico (Prestes, 2011).

Ao tempo, criou-se uma agência de segurança pública com o objetivo de investigar e reprimir as ações consideradas subversivas do movimento integralista e de outros grupos, especialmente os considerados comunistas e socialistas. O Levante Integralista de 1938 marcou a última tentativa desse grupo de tomar o poder, após perder relevância e influência política no país. Em 11 de maio desse mesmo ano, o movimento tentou um golpe armado, invadindo o Palácio Guanabara, residência oficial de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (Motta, 2006). A ação, contudo, foi prontamente contida pelas forças governamentais, levando à prisão e ao exílio os seus participantes.

Assim, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) tornou-se a principal ferramenta para perseguir, silenciar e exercer práticas de violência estatal contra os opositores, como prisão arbitrária, tortura e assassinatos. A violência era justificada na defesa da ordem e da segurança nacional, o que terminava por convencer algumas pessoas e assegurava a impunidade e a sustentação de um ambiente de terror e intimidação (Motta, 2006). Essa estratégia repressiva, desenvolvida durante o integralismo e o Estado Novo, revelou-se um marco duradouro no modo como o poder estatal lida com a dissidência e a oposição políticas.

No mais, esse momento histórico representou mais do que um episódio isolado de autoritarismo. Hoje, faz parte do processo contínuo de reprodução dessas tendências que recrudesçam em diferentes momentos da trajetória política do país, como durante a ditadura militar de 1964 a 1985 e na atualidade.

2.2 A Ditadura Militar entre as décadas de 1960 e 1980

O estabelecimento do regime militar no Brasil em 1964, instaurado por meio de um golpe articulado pelo exército, revela um capítulo complexo do autoritarismo no país. A crise econômica, caracterizada pelo aumento da inflação e pela instabilidade financeira, causou preocupação na elite que desejava preservar e manter o seu poder econômico. Aqueles que apoiavam o regime militar, principalmente empresários, tecno-empresários e intelectuais conservadores, viam a ditadura como uma oportunidade para implementar políticas econômicas que priorizassem a redução dos gastos governamentais e o crescimento econômico, mesmo que isso significasse aumentar impostos (Rezende, 2013).

O objetivo era eliminar as reformas econômicas e sociais propostas pelo então presidente João Goulart, como os direitos dos trabalhadores, e evitar as possíveis reformas agrária, urbana e tributária. Essas reformas eram interpretadas pelos opositores como uma ameaça comunista que desestabilizaria a ordem social e econômica vigente, pois visavam a redistribuir a riqueza e o poder, reduzindo as desigualdades sociais, o que afetava os interesses da classe alta (Rezende, 2013).

Essa retórica de associar movimentos progressistas ao comunismo era alimentada pela Guerra Fria, que instigava também a campanha contra a revolução cubana²⁹. Foi nesse contexto que o golpe e a instauração da ditadura militar implementaram uma política econômica conservadora, que primava pelo crescimento do mercado em detrimento das reformas sociais que buscavam um pouco de reparação social e econômica (Macarini, 2000). O apoio da classe média ao golpe também deve ser considerado, uma vez que, influenciada pelo medo do comunismo e pelas promessas de estabilidade econômica, temia a perda de *status*, tornando-se suscetível ao regime militar, que exaltava a ordem e a segurança.

Segundo Rezende (2013), a legitimidade do regime era justificada na necessidade de um tipo de democracia. Entretanto, o que existia era uma ‘democracia autoritária’, que, apesar de manter estruturas formais, como eleições e instituições governamentais, limitava e/ou

²⁹ A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, Che Guevara e outros revolucionários, ocorreu entre 1953 e 1959 e derrubou o regime ditatorial de Fulgencio Batista, criando um estado com preceitos socialistas (Queiroz, 2023).

eliminava, severamente, as liberdades civis e políticas. Havia concentração de poder nas mãos dos militares, com decisões tomadas sem a participação efetiva da população e uma grande repressão à oposição política.

O regime militar também utilizou discursos nacionalistas como forma de legitimar suas ações, posicionando-se como defensores da pátria. Sua abordagem enfatizava a importância da unidade nacional, especialmente em períodos de crise. Os militares promoviam a ideia de que a sociedade deveria se unir em torno de um projeto comum voltado para o desenvolvimento e a modernização. Qualquer discordância era vista como ameaça à estabilidade social. Além disso, houve um esforço significativo para conquistar o apoio de indivíduos, grupos e instituições, visando à construção de uma nação unificada (Rezende, 2013).

Ressalte-se que a noção de nação foi central para o regime militar, que se apresentava como o responsável pela manutenção da sua ordem e da sua segurança, além de proteger o país contra ameaças internas e externas. Para os militares, era fundamental estabelecer uma identidade nacional forte, unida em torno dos ideais comuns de progresso e modernização (Napolitano, 2014), mas não problematizavam as causas que davam base ao atraso, à desigualdade social e a outras questões sociais.

Sob esta perspectiva, justificavam a urgência de fortalecer o poder executivo para proteger a nação contra ameaças de subversão, corrupção e inimigos. Para eles, a prioridade eram a segurança e a integridade nacional (Rezende, 2013), ou seja, a noção de que existiam inimigos servia para disseminar uma ideologia que sustentava o autoritarismo, dado que promovia um clima de medo e insegurança, assim justificando a centralização do poder e a ampliação das ações de controle da sociedade.

Ao mesmo tempo, é possível constatar que a retórica nacionalista, aliada à ideia de progresso e modernização, gerava a identificação de diversos indivíduos e setores da sociedade com o regime, especialmente entre os empresários e a classe média, que passaram a ver os militares como os responsáveis pela manutenção da ordem e da economia (Napolitano, 2014). Essa identificação, baseada no medo de uma ameaça interna, foi fundamental para a consolidação do regime.

De maneira que cultivar o pensamento homogêneo, consensual e o exercício de uma razão que não se pensa, que é submissa, é uma constância dessas tendências autoritárias. Isso porque as determinações mais determinantes das crises também não são problematizadas, sendo

enaltecida a aparência do real, ou seja, a busca pela ordem mesmo que através da violência, revelando uma lógica de controle que se impõe sobre os indivíduos e sobre a coletividade.

O lastro da emergência dessas tendências está vinculado à conservação do poder econômico de uma elite, sendo estabelecidas medidas de incentivo de liberação do capital e de restrição de políticas relacionadas à melhoria de salários, sobre o pretexto de diminuir gastos. Há também a proibição de greves e protestos, como aconteceu no governo Castelo Branco (1964-1967), cuja estratégia se justificava na necessidade de controle da economia e na garantia da estabilidade das elites dominantes, mantendo a concentração de renda e poder (Napolitano, 2014).

De outro lado, seguindo os passos da ditadura, a base de sustentação do seu autoritarismo envolvia o estabelecimento de uma legislação com atos institucionais que legitimassem e consolidassem a repressão de direitos civis. Dessa sorte, o Ato Institucional AI-1 proclamou a intervenção nos estados e municípios, permitindo a revogação de mandatos políticos e a interrupção dos direitos dos cidadãos considerados subversivos; o AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes, instaurando o bipartidarismo através da criação de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além de ampliar a autoridade dos militares; o AI-3 estabeleceu eleições indiretas para governadores e prefeitos das capitais; e o AI-4 convocou o Congresso Nacional para aprovar a nova Constituição de 1967, consolidando ainda mais o regime autoritário da ditadura (Napolitano, 2014).

A abordagem autoritária estabelecida pelo regime militar se tornou ainda mais rígida no governo de Costa e Silva (1967-1969), diante da ampliação de grupos de resistência, como sindicatos de trabalhadores, professores, movimentos estudantis, artistas e outros setores da sociedade civil, que desafiavam o regime e lutavam por direitos sociais e políticos (Napolitano, 1964).

[...] entre 1964 e 1968, [Costa e Silva] combinou medidas de repressão às organizações estudantis com medidas de reforma nas estruturas administrativa, profissional e curricular das universidades, visando adequá-las às demandas por desenvolvimento econômico, despolitizar as atividades acadêmicas e desafogar a pressão por mais vagas. Para o governo, conforme o Relatório Meira Matos, o movimento estudantil brasileiro era um foco de agitação revolucionária alimentado pela estrutura considerada arcaica do ensino superior (Napolitano, 2014, p. 23).

É nesse contexto que ocorre a promulgação do Ato Institucional n.5, que conferiu ao regime poderes ilimitados, instaurando a suspensão dos direitos civis, o fechamento do

congresso nacional e das assembleias legislativas estaduais (Rezende, 2013). Após a promulgação do decreto, vários docentes foram afastados de suas funções, pesquisas científicas foram interrompidas, resultando na migração de muitos professores para outros países e levando outros a optarem por fundar grupos de pesquisa de forma independente (Germano, 2011).

Além disso, o AI-5 teve impactos significativos no currículo e na orientação ideológica das instituições de ensino, vez que foram eliminadas algumas disciplinas consideradas subversivas e adaptadas outras para se adequarem à narrativa oficial do regime (Germano, 2011). Isso resultou em uma atmosfera educacional marcada pela censura, autocontrole e temor, inibindo o pensamento crítico e a liberdade de expressão nas salas de aula, o que contribuiu tanto para ampliação da opressão quanto para os processos de alienação.

O afastamento de docentes de suas funções e a interrupção obrigatória de pesquisas científicas durante o período do AI-5 incluíram a rejeição e a negação da ciência e a promoção de uma cultura que estimulava a conformidade e dificultava a possibilidade da reflexão crítica, instaurando um anti-intelectualismo (Germano, 2011). Esse processo ofereceu lastro para a constituição de indivíduos adaptados e conformados, incapazes de questionar a ordem estabelecida, reforçando a hegemonia cultural do regime e inibindo qualquer forma de contestação e de pensamento autônomo.

Nesse entremeio, havia também a defesa da família como o núcleo básico da sociedade, responsável pela transmissão de valores morais conservadores alinhados ao regime, com o homem tido como provedor e a mulher direcionada para o papel de dona de casa e mãe. O regime militar, alinhado a valores cristãos, principalmente católicos, promoveu uma visão moralista e patriarcal da sociedade. Qualquer movimento que desafiasse a estrutura familiar, como o feminismo ou os movimentos LGBTQIA+, era perseguido, pois representava uma ameaça à moral e aos bons costumes que o regime pretendia preservar (Rezende, 2013). Tais valores foram promovidos a fundamentais para a manutenção da ordem social. O que se buscava era

Uma atitude coletiva e/ou de uma opinião pública favorável a uma denominada democracia associada ao desenvolvimento. As instituições da sociedade civil deveriam ser estáveis (nos moldes da ditadura) para apoiar o controle do executivo sobre instituições políticas, como o Congresso, que deveria ter mais funções auditoriais e menos legislativas (Rezende, 2013, p. 117).

A busca por estabilidade e controle resultou num período de repressão ainda mais severa durante o governo de Médici (1969-1974), em que ocorreram torturas, prisões, assassinatos, exílio e censura aos meios de comunicação. A censura atingiu diretamente obras de arte, filmes,

músicas, livros e peças de teatro, proibidas ou submetidas a modificações para se moldarem ao que era aceito como moral e apropriado, o que tornou mais visíveis os atos autoritários, gerando insatisfação com relação à violação dos direitos humanos e civis (Rezende, 2013).

Nesse cenário, movimentos como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) contestavam as arbitrariedades do regime, a repressão, a censura e as violações dos direitos humanos. Esses grupos de resistência organizaram ações clandestinas com o objetivo de desestabilizar o regime e lutar pela restauração da democracia. No entanto, à medida que a oposição se tornava mais ativa, intensificaram-se a tortura, as execuções sumárias e as operações militares destinadas a aniquilar as células de resistência. O endurecimento das medidas de repressão sob o AI-5 tornou a vida dos grupos de oposição quase insustentável, mas também expôs as falhas morais e éticas do regime, fortalecendo a própria narrativa de resistência entre setores da sociedade civil (Rezende, 2013).

Ao mesmo tempo, a burguesia e a classe dominante se sentiam satisfeitos com o que ficou conhecido como o 'milagre econômico', ocorrido entre 1969 e 1974. Esse período foi marcado pela chegada ao país de empresas multinacionais atraídas por incentivos do governo, como financiamento para indústria e agricultura, além da redução de impostos (Fausto, 1995). No entanto, essa prosperidade aparente escondia contradições profundas, isto é, o 'milagre' foi sustentado por meio da repressão política severa, do controle sobre os sindicatos e do aumento da concentração de renda, de que resultou acentuada desigualdade social. Enquanto a elite e os empresários se beneficiavam desse crescimento, a maioria da população enfrentava a dura realidade de salários baixos, condições de trabalho precárias e limitações às suas liberdades civis.

O regime autoritário desviava a atenção das massas e realizava o ocultamento das atrocidades, forjando um clima de bem-estar e unidade nacional pelo incentivo à euforia da Copa de 1970 – um nacionalismo/patriotismo, que vinha acompanhado da marchinha 'Pra Frente Brasil' e outros slogans, como 'Ninguém mais segura esse país' e 'Brasil, ame-o ou deixe-o', ligados à obediência civil (Fausto, 1995). Essa euforia, longe de estimular o riso genuíno ou libertador, atuava como forma de mascarar a opressão e a repressão da vida cotidiana. Isso significa dizer que era um humor que não reconciliava, mas apenas servia para distrair e conformar as massas, impedindo que o tempo livre fosse utilizado para a crítica e a reflexão, um mecanismo de controle social que buscava eliminar a resistência e reforçar a alienação.

Essa pujança da classe social alta logo se transformou em período de recessão no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Em meio à escassez da maioria dos brasileiros, das práticas de tortura e assassinatos e das denúncias, a relação entre regime e sociedade civil se desgastou. Nesse momento, a Igreja Católica emergiu como uma importante voz de resistência aos abusos estatais, especialmente às práticas de tortura. Com um cenário de pressão, a junta militar passou a combinar medidas liberalizantes com repressivas. De acordo com Macarini (2008), houve a revogação do AI-5, a introdução de eleições diretas para determinados cargos políticos e a suspensão da censura do jornal *O Estado de São Paulo* como caminho para acalmar integrantes da corporação militar, ao mesmo tempo que se proclamava a repressão intensa contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), acusando-o de influenciar a vitória eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Nos anos finais do regime militar no Brasil, entre 1979-1985, a política econômica mostrava sinais de esgotamento com o aumento da dívida externa e o desequilíbrio fiscal. A inflação, que já era um problema desde o início da ditadura, se agravou, levando a pressões sociais ligadas ao desejo de mudanças políticas (Fausto, 1995). Nesse contexto, ocorrem a libertação de presos políticos, a permissão para eleições diretas para governadores e a possibilidade de criação de novos partidos, preparando o terreno para a redemocratização do país (Macarini, 2000).

A mobilização popular, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os sindicatos, movimentos liderados por mulheres, estudantes, advogados, classe artística, familiares de presos exilados e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) passaram a pleitear o fim das punições aos prisioneiros do regime e a anistia. A Lei da Anistia de 1979, promulgada durante o processo de abertura gradual do regime militar, foi amplamente criticada por permitir que tanto os presos políticos quanto os agentes do Estado envolvidos em tortura, assassinatos e violações de direitos humanos fossem perdoados (Macarini, 2000).

Embora apresentada como um passo rumo à reconciliação nacional, a lei gerou indignação entre os setores que exigiam justiça para as vítimas do regime. Ao garantir a impunidade dos responsáveis pelos crimes do Estado, a anistia dificultou a implementação de uma verdadeira justiça de transição no Brasil ou de um processo que visasse não só à punição dos culpados, mas à construção de uma memória coletiva que reconhecesse e reparasse os traumas do passado autoritário (Macarini, 2000). Além de perpetuar a impunidade e impedir o processo de justiça e reconciliação, que deveria ter passado pelo enfrentamento crítico e honesto do passado, essa situação impediu a possibilidade de uma reconciliação genuína.

Numa reconciliação, não se trata de apagar ou esquecer os traumas, mas de reconhecê-los coletivamente, permitindo que a sociedade enfrente suas falhas e responsabilidades históricas. Somente com o reconhecimento e a reparação é possível construir um futuro em que o luto das vítimas e de seus descendentes seja devidamente elaborado. Sem isso, qualquer tentativa de reconciliação permanece superficial e incompleta (Gagnebin, 2015).

Segundo Gagnebin (2015), o esquecimento dos traumas históricos facilita a perpetuação do autoritarismo e da violência, ao impedir a reflexão crítica necessária para transformar as estruturas opressivas. As experiências traumáticas de regimes autoritários não devem ser vistas apenas como memórias do passado, mas como legados que moldam comportamentos e atitudes nas gerações subsequentes. Quando os indivíduos internalizam essas experiências, eles não apenas se tornam cúmplices de sua própria opressão, mas também reproduzem as estruturas de poder que os subjugavam. Essa repetição do passado se manifesta na desumanização do outro, e a identificação com o autoritarismo leva à normalização da violência e à aceitação da opressão como parte da vida cotidiana.

No Brasil, essa dinâmica se manifesta na tolerância a práticas autoritárias, tanto no âmbito social quanto institucional, que reforçam desigualdades e injustiças. A violência, como sintoma social grave permanece normalizada e as práticas repressivas são, frequentemente, vistas como aceitáveis, perpetuando um ciclo difícil de ser rompido. Sem uma memória crítica coletiva, as estruturas opressivas continuam a ser reproduzidas na sociedade e podem ser identificadas.

2.3 E a história continua porque as determinações continuam...

A continuidade das manifestações autoritárias no Brasil permanece evidente, mesmo após a transição do regime militar para a ‘democracia’. Essas manifestações se desenvolvem e encontram respaldo em tempo de crise do modo de produção capitalista cujo modelo econômico é o neoliberal. A inserção do país no neoliberalismo com o objetivo de estabilizar a economia, controlar a inflação e integrá-lo ao mercado global resultou em políticas de privatização de empresas estatais, abertura econômica ao capital estrangeiro e desregulamentação dos mercados. Essas medidas acirraram as desigualdades, a precarização do trabalho e foram desenvolvidas principalmente no interior da crise econômica de 2008³⁰, mais acentuadamente a partir de 2014 (Mollo, Saad-filho, 2006).

³⁰A crise financeira global de 2008, chamada de Grande Recessão, iniciou-se nos Estados Unidos devido ao colapso econômico do setor imobiliário e de instituições financeiras, impactando rapidamente economias em todo o mundo devido à natureza interconectada do sistema financeiro global (Mollo; Saad-Filho, 2006).

A partir de 2014, o país enfrentou uma recessão econômica profunda, caracterizada pela queda do produto interno bruto (PIB), aumento acentuado do desemprego e crescimento do déficit e da dívida pública, ou seja, crise, e, mais uma vez, foram implantadas medidas de austeridade, reduzindo gastos sociais e investimentos públicos. Em meio a essa conjuntura adversa, setores da sociedade, empresários e partidos políticos ratificaram valores tradicionais que se distanciam da democracia formal, afirmando que a única saída para a crise será/seria uma sociedade conservadora. A repressão à diversidade e o consequente racismo, homofobia, machismo passaram a ser exercidos naturalmente, com a justificativa de preservar valores associados a Deus, pátria e família (Mollo; Saad-Filho, 2006).

Essa tendência ao autoritarismo pode ser identificada no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, num processo que, passando por questões legais, refletiu uma intensa luta de poder. Fundamentado em alegações de pedaladas fiscais, o *impeachment* deslegitimou um governo democraticamente eleito, sendo respaldado pelas instituições. A mobilização de setores conservadores, que amplificaram a retórica da corrupção, resultou em um afastamento que não apenas destituiu Dilma, mas também sinalizou para um retrocesso nos direitos sociais e civis. Essa dinâmica revelou um desrespeito à vontade popular em que a busca pelo poder prevaleceu sobre o diálogo e a construção de consensos (Boito Jr., 2021b). O ambiente resultante favoreceu práticas autoritárias já vistas em regimes passados, como a repressão a opositores políticos, a limitação de liberdades civis, a criminalização de movimentos sociais e a centralização excessiva de poder no Executivo.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 consolidou uma forma de autoritarismo no Brasil. Sob seu governo, o país se afastou das tentativas anteriores de manter tanto o dinamismo do capitalismo quanto políticas sociais que atendessem às necessidades dos mais vulneráveis, passando a adotar uma postura neoliberal agressiva, que priorizou a desregulamentação econômica e a privatização de setores-chave, como a Petrobras e os serviços públicos. Além disso, a nomeação de militares para cargos estratégicos, como o Ministério da Defesa e a chefia de órgãos de segurança, foi acompanhada de uma retórica que glorificava o período da ditadura militar. A homenagem a figuras, como o coronel Brilhante Ustra, notório por sua participação na repressão e tortura durante o regime militar, simbolizou o desprezo do governo pelos direitos humanos e pelas instituições democráticas, consolidando um ambiente de erosão da democracia e de reforço do autoritarismo (Chauí 2019).

A partir de então, Bolsonaro divulga seu plano de governo impulsionado pela justificativa de descontentamento generalizado da população. Sob o nome "O Caminho da

Prosperidade", o plano destacava o lema da campanha – "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" – e defendia a construção de um Brasil Livre (Severo, 2021). Alinhado a essa campanha, o presidente reafirmava temas centrais, como o conservadorismo moral e o neoliberalismo econômico a partir do seguinte discurso:

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (Severo, 2021 *apud* Bolsonaro, 2019).

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro utilizou o sistema judiciário e mecanismos institucionais para legitimar ações autoritárias, frequentemente silenciando opositores e restringindo a liberdade de expressão. Esse uso estratégico das instituições refletiu uma dinâmica global observada em outros países sob regimes autoritários, onde o judiciário é utilizado como ferramenta para perpetuar o controle sobre a sociedade. Segundo Chauí (2019) o judiciário, nesse contexto, deixa de ser um poder independente e garantidor dos direitos democráticos, transformando-se em uma ferramenta de manutenção do poder e de neutralização daqueles que se opõem ao sistema ou são considerados diferentes.

Além disso, a flexibilização das leis sobre posse e porte de armas foi uma medida emblemática do governo Bolsonaro, que promoveu a ideia de autodefesa como uma forma de controle social (Chauí, 2019), ou seja, uma política que estimulou o desgaste das instituições públicas que passaram a incapazes de garantir a segurança da população, instaurando um ambiente onde o individualismo prevalece, com cada indivíduo passando a ser responsável por sua própria proteção. Aqueles que se identificam como responsáveis por sua proteção tendem a indicar uma predisposição à agressão autoritária, que passam a adotar posturas hostis e agressivas, especialmente diante da percepção de ameaças à ordem social ou à segurança pessoal.

A proliferação de armas entre a população civil foi justificada como resposta à criminalidade (Chauí, 2019), desenvolvendo uma estratégia que se conecta à ideia de nação abstrata, comum em regimes autoritários, em que indivíduos com experiências e necessidades diversas são substituídos por uma construção idealizada, que busca criar uma identidade comum, mas ignora as particularidades de cada um. Assim, tende a homogeneizar a sociedade, minimizando as diferenças e, frequentemente, se sustentando pela força e pelo medo, o que leva à marginalização de grupos que não se encaixam em sua narrativa. Nesse contexto, questões

estruturais são ignoradas, enquanto as instituições democráticas são enfraquecidas em nome de uma suposta proteção da nação.

Daí que a militarização da segurança pública, associada à narrativa de combate ao crime, permitiu a ampliação do uso da força contra os segmentos mais vulneráveis da sociedade. As operações policiais e militares em favelas e periferias se tornaram recorrentes e mais violentas, culminando em massacres justificados como necessários à preservação da ordem. No contexto neoliberal, o Estado reduz investimentos sociais e amplia o aparato repressivo, desenvolvendo de modo autoritário a violência como um problema de segurança, não de desigualdade (Lowy, 2019).

Assim, embora a presença de militares em posições de poder não fosse uma novidade na história política brasileira, a concentração desses profissionais em funções centrais, combinada a uma retórica que remetia ao passado autoritário, sinalizava uma inclinação clara para a adoção de práticas que favoreciam a centralização do poder e a supressão de direitos democráticos (Lowy, 2019). Tudo isso indica a categoria de poder e dureza de Adorno, pois a força bruta e o controle rígido são exaltados como virtudes e qualquer apelo à vulnerabilidade ou justiça social é visto como fraqueza ou ameaça à segurança.

A nomeação de ministros por Bolsonaro acabou por fortalecer a estratégia de ataque a diversos instituições públicas consideradas ameaçadoras ao governo. As universidades públicas, em particular, tornaram-se alvos frequentes, dentro do intuito de deslegitimar instituições que promoviam o pensamento crítico e o debate livre (Severo, 2021). Essa hostilidade contra o pensamento acadêmico desde já revelava o componente da irracionalidade, ao privilegiar a desinformação e o ataque ao conhecimento científico em favor de discursos que reforçavam o controle autoritário e enfraqueciam o debate racional.

As declarações do ministro da Educação Abraham Weintraub ilustram essa abordagem. Ao declarar que existiam “vastas plantações de maconha” nas Universidades Federais, que exigiam ser “borrifadas com agrotóxico”, e que a universidade seria lugar de “balbúrdia”, o ministro reforçava a retórica de ataque à educação, visando a enfraquecer o espaço de resistência intelectual (Severo, 2021). Tal estratégia lembra as falsas acusações contra judeus no nazifascismo e o estímulo à indústria de agrotóxicos que ocorreu nesse período.

A erosão dos direitos sociais também ficou marcada nas políticas públicas a partir de cortes de gastos realizados pelo governo em programas sociais, como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa Família”, afetando, diretamente, as camadas mais vulneráveis da sociedade e

deixando explícita a política neoliberal – uma dinâmica que cria um ambiente de insatisfação e descontentamento, ao mesmo tempo que evidencia uma disposição das elites para sacrificar princípios democráticos e direitos civis em nome da preservação de seus interesses (Boito Jr., 2020a). No contexto do neoliberalismo, esses cortes refletem a lógica de priorizar o mercado e reduzir o papel do Estado nas políticas sociais, concentrando poder econômico e político nas mãos de poucos, enquanto se amplia a desigualdade e se precariza ainda mais a vida das classes menos favorecidas.

Assim, programas sociais como o “Mais Médicos” enfrentaram críticas e teorias conspiratórias, acusados de representar uma infiltração comunista no Brasil por parte dos médicos cubanos. Esse tipo de desinformação não apenas minou a confiança pública em programas governamentais, mas também preparou o terreno para uma crise de governabilidade que se intensificou durante a pandemia da COVID-19. O negacionismo em relação à pandemia e a promoção de tratamentos sem comprovação científica tornaram-se marca de um governo com traços genocidas, que não se preocupava com a população (Pucci, 2019). Essa desinformação refletia o uso de estereótipos e do fetichismo, em que ‘médico cubano comunista’ foi transformado em símbolo de uma ameaça, ocultando as verdadeiras relações sociais e políticas. Ao se fetichizar esse programa, se obstaculizou a reflexão sobre a saúde pública e sobre o próprio programa.

Esse cenário de desinformação foi/é amplamente alimentado pelas redes sociais, que desempenham/ainda desempenham um papel crucial na disseminação de *fake news* e de teorias conspiratórias, estratégia que não apenas distrai as massas, mas também as condiciona a aceitarem passivamente os discursos da classe dominante. Essa dinâmica tem um impacto significativo na organização de grupos que se identificam com o autoritarismo, vez que as redes sociais criam um ambiente propício para a conexão entre os indivíduos que compartilham crenças e opiniões semelhantes, independentemente de quão extremas ou infundadas essas ideias possam ser (Lerner, 2019). Esses grupos, muitas vezes, se identificam a partir de um inimigo comum, que pode ser um grupo étnico, político ou religioso, falsamente acusado de ser a causa de todos os males sociais.

Nesse contexto, o uso das mídias sociais contribui para a despolitização do público, tornando-o mais vulnerável a ideologias que promovem submissão e aceitação de regimes opressivos. Essa despolitização revela anti-intracção, refletindo a incapacidade dos sujeitos de examinar seus próprios pensamentos, sentimentos e ações, favorecendo, ao invés, atitudes superficiais e práticas conformistas (Adorno, 2019d). E o processo não é uma falha acidental,

mas uma estratégia deliberada de grupos autoritários, que se alimentam da ignorância e da confusão para consolidar o poder, o que abre caminho para o fortalecimento de grupos conservadores e de extrema direita, que passam a influenciar a agenda política nacional, explorando a insegurança social e econômica. Ao explorar a insegurança, esses grupos justificam práticas repressivas e a marginalização de setores vulneráveis da sociedade.

Grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) foram essenciais para a radicalização conservadora do debate público no Brasil contemporâneo (Moura, 2013). Utilizando táticas de comunicação ágeis e baseadas na provocação e no cinismo, esses grupos ajudaram a transformar a política em um campo de batalha simbólico, onde o escárnio, a desqualificação dos adversários e o deboche se tornaram a norma, o que reflete um traço de destrutividade que visa não apenas à crítica aos oponentes, mas à deslegitimação completa das ideias dos outros. O cinismo é a base do autoritarismo e o sustenta ao promover uma visão de mundo onde o diálogo é substituído por ironia, desconfiança e desprezo.

Nessa dimensão, a agenda neoliberal e autoritária foi fundamental para alimentar a polarização política e a deslegitimação do contraditório. O MBL e outros movimentos de direita consolidaram sua base de apoio principalmente mobilizando jovens em torno de ideais como livre mercado, um conceito que implica um Estado que favorece o capital financeiro por meio de privatizações, terceirizações e incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, promoveram o combate ao comunismo e uma agenda antidemocrática que reduziu direitos trabalhistas, desmantelou serviços públicos e concentrou recursos nas mãos de poucos (Moura, 2013).

Com essa dinâmica, o MBL, assim como outros grupos com predisposição autoritária, se beneficiou de uma blindagem moral que, segundo Moura (2013), protegeu/protege os seus membros de críticas e consequências, se manifestando na capacidade de transformar escândalos em espetáculos, colocando o público na posição de espectador passivo, incapaz de refletir criticamente sobre as implicações éticas e políticas do ocorrido.

O caso de Arthur do Val, integrante do MBL e então deputado estadual de São Paulo, cujos áudios com comentários sexistas sobre mulheres ucranianas foram vazados, demonstra como o MBL lida com controvérsias. Isso porque, embora Do Val tenha enfrentado forte indignação pública e condenação nas redes sociais e na mídia, ele e o MBL transformaram a situação em uma narrativa de perseguição política, desviando o foco das críticas e minimizando as consequências (Moura, 2013). Ao renunciar antes de ser cassado, o deputado conseguiu evitar punições mais graves, ato que evidencia como movimentos conservadores contornam escândalos e protegem seus membros da responsabilização.

Essa estratégia de perseguição política aliada à retórica antiesquerdista foi empregada inclusive para mobilizar segmentos da classe média e da alta que percebiam as políticas progressistas como uma ameaça à ordem social e econômica vigente. Segundo Boito Jr. (2020a), esse discurso não apenas consolidou o autoritarismo como uma resposta às crises econômicas e políticas, mas também fomentou o ressentimento contra as classes populares e grupos de minorias sociais, contribuindo para a dinâmica autoritária da realidade brasileira.

A adesão a tendências autoritárias ainda é reforçada na identificação dos sujeitos com líderes autoritários que reproduzem esse *modus operandi* a partir da criação de grupos sociais que apoiam e sustentam uma lógica irracional (Lerner, 2019). Grupos radicais, como “Bolsonaristas”, “300 do Brasil” e “Bolsonaro 2026” nas redes sociais Facebook, Twitter e Telegram se organizavam/organizam e disseminam agendas autoritárias focadas em temas como família, religião, moralidade, costumes, ordem e conservadorismo.

Como já discutimos, em contextos de instabilidade, incerteza, crise, indivíduos tendem a buscar segurança, identificando-se com grupos que prometem proteção e autoconservação. Isso pode ocasionar a valorização de figuras de autoridade que se aproveitam dos medos e das inseguranças, apresentando soluções imediatistas, abstratas e sem análise das determinações (Safatle, 2023). Nessa dinâmica, acontece a identificação com grupos sociais que se mobilizam em torno de líderes carismáticos com resoluções fáceis que propiciam ao Eu certo conforto.

A figura do neoliberalismo autoritário de associação fascista aparece como uma alternativa de ruptura com forte capacidade de adesão popular e insurrecional. Tal adesão se explica por ele fornecer, no interior do embate político, um paradoxal discurso de fortalecimento da autonomia e liberdade como forma de realização da emancipação (Safatle, 2023, s/p).

Entretanto, essa possibilidade de autonomia e liberdade é ilusória, pois se baseia na negação da pluralidade, na rejeição do diverso e no individualismo. Ao ignorar a diversidade e a totalidade, desconsidera-se a riqueza das experiências tanto individuais quanto coletivas, levando à desumanização do outro então percebido como ameaça.

Adorno e Horkheimer (1985) debatem essa questão ao afirmar que a individualização resulta em uma conformidade profunda. Essa conformidade impede a verdadeira emancipação do sujeito e do social, pois os indivíduos tornam-se prisioneiros de uma moralidade que não reflete a realidade social, mas as expectativas e pressões impostas por si ou por um sistema autoritário, o que revela que, longe de possuírem uma autonomia genuína, as pessoas são moldadas para se adequarem a padrões culturais e comportamentais preestabelecidos.

Assim, aqueles que se identificam com grupos não apenas aderem cegamente, mas defendem ativamente agendas que reforçam a dominação, muitas vezes ignorando os impactos negativos sobre suas próprias condições de vida (Safatle, 2023). Nesse processo, a violência e o autoritarismo se tornam naturalizados como respostas legítimas, já que essas subjetividades são moldadas para ver no outro - o adversário político ou o grupo marginalizado - a fonte de suas frustrações, justificando ações repressivas e antidemocráticas.

Dias (2007) já constataria, bem antes do Bolsonarismo nas mídias, a existência de mais de 8.000 (oito mil) *websites* na internet e cerca de duzentas comunidades do extinto Orkut que expressavam ódio explícito direcionado principalmente a judeus e negros, além do temor de um futuro predominantemente não branco. O grupo Valhalla88, que têm uma forte presença na América Latina, conhecido por propagar ideologias racistas, é um emblema do fascismo nas redes. Esta proliferação reflete a capacidade da internet de amplificar discursos de ódio e contribuir para a violência e a discriminação que se desenvolvem para além das redes sociais.

Assevera Dias (2007) que essa violência inclui homicídios contra homossexuais em diversos lugares no Brasil, tendo como expressão o estado de Curitiba, onde integrantes do grupo que se identificava com o autoritarismo exercido pelos nazifascistas, foram descobertos e, em suas casas, encontrados adesivos e cartazes com mensagens racistas junto a material que enaltecia o nazismo, como bandeiras, o livro *Mein Kampf* de Adolf Hitler, várias armas e a imagem de uma caveira branca enforcando um boneco negro de menor estatura. Apesar disso, um dos acusados justificou sua identificação com o nazismo a partir de jogo de palavras, ocultando a desigualdade social, incitando o ódio de classe:

[...] ser descendente de alemães por parte de pai e mãe, recusa o rótulo de racista. "Sou 'racialista'. Defendo que, da mesma forma que os negros pregam o orgulho negro, nós também tenhamos o direito de ter orgulho de ser branco". [...] Também diz se opor à violência e à discriminação racial. "Não tenho nada contra os negros, só não gostaria de me casar com um deles", comentou (Dias, 2007, p. 47 *apud* Ministério público do Paraná, 2007).

A violência racial se manifesta também em agressões direcionadas a imigrantes e refugiados, demonstrando a profundidade do racismo estrutural no Brasil. Em São Paulo, um grupo de africanos foi alvo de ofensas verbais com gritos: "Esses macacos vêm da África para tirar nosso emprego e roubar nossas mulheres" (Gonçalves, 2012 s/p), uma acusação vinculada ao neoliberalismo, marcado pelo desemprego estrutural e pela exploração tão destemida de algumas populações que as obrigam a procurar sobrevivência em outro país, onde acabam consideradas competidoras dos que ali vivem. Esse processo, repleto de falta de empatia, nega

o reconhecimento do outro, da gênese humana, e está na base do modo de produção capitalista. Nesse caso, terminou acontecendo ferimento a bala de uma jovem negra de 27 anos.

Em contextos em que o autoritarismo se torna mais evidente, percebe-se o ressentimento pelo diverso, frequentemente projetado em grupos específicos culpabilizados pelos problemas – servem como bodes expiatórios (Adorno, 1995a, 2015c). A atribuição da culpa a esses grupos serve como mecanismo de escape para as tensões acumuladas, permitindo a externalização de sentimento de indignação e descontentamento. O que se percebe é que

[...] Como forma de sobreviver a tais condições chocantes, pode-se dizer que os sujeitos se identificam esmagadoramente não com aquelas forças sociais que desafiam de forma robusta com condições de solidariedade contra aquelas formas, similares de exclusão estrutural -, mas com as próprias forças sociais que mantêm e se beneficiam dessas estruturas. Pode-se dizer que eles introjetam a culpa do agressor pelas próprias condições da crise (Gandeshia, 2008, p.160 *apud* Costa, 2021, p.505).

É nesse ensejo de manifestações autoritárias que o racismo estrutural encontra, por exemplo, terreno para a marginalização das religiões de matrizes africanas e para a perseguição a manifestações religiosas e culturais que tenham ligação com a ancestralidade negra (Guimarães, 2020). Isso reflete um cenário em que a intolerância religiosa e cultural se entrelaça com atitudes de preconceito, reverberando práticas autoritárias. A marginalização das religiões de matrizes africanas é reforçada por superstições que distorcem essas tradições, associando-as a perigos ou malefícios que contribuem para a perpetuação da intolerância. Essa racionalidade é marcada por estímulo ao ódio, à intransigência, à ausência de diálogo e à rejeição à diversidade de ideias e reflete uma estratégia deliberada de exclusão e eliminação das resistências ao modelo político e econômico hegemônico.

A negação da diversidade e a imposição de uma visão de mundo autoritária e conservadora se manifestaram/manifestam de forma agressiva também contra outros grupos, como os LGBTQIA+, atacados em nome da moral e dos bons costumes por pessoas que querem controlar as escolhas sexuais dos outros, considerando a homossexualidade um ‘pecado’ e/ou sem-vergonhice, evidenciando que a repressão sexual como parte de uma lógica autoritária se desenvolve como forma de controlar os sujeitos, impondo-lhes normas conservadoras. Segundo Benevides (2023), o Brasil é o país que mais mata travestis desde 2009, ou seja, pelo 14º ano consecutivo. Contudo, essas estatísticas, que deviam evidenciar a gravidade da situação, são, frequentemente, ocultadas e não são refletidas, propagando a cultura da violência.

Esse autoritarismo também se manifesta de forma incisiva contra as mulheres, que são objetificadas, perpetuando o feminicídio muitas vezes justificado por critérios, como

vestimentas consideradas inadequadas, ou seja, pelo machismo. Ao mesmo tempo, perpetuam-se estereótipos de gênero em que o conservadorismo minimiza as agressões e transfere a culpa para as mulheres com afirmativas de que elas devem se restringir ao lar e cuidar da família (Tavares; Alves, 2023). A objetificação reforça a misoginia, contribuindo para o aumento da violência de gênero e consolidando o papel submisso da mulher, como já visto em regimes autoritários.

A transferência de impulsos inaceitáveis para outros, a partir de discursos de ódio dirigidos a minorias, como imigrantes, grupos LGBTQIA+ e mulheres, estabelece relação com a projetividade já trabalhada por Adorno. Neste contexto, esses grupos são, frequentemente, acusados de ameaçar a ordem social, quando, na verdade, a insegurança é gerada por fatores estruturais ignorados pelo autoritarismo, criando uma dinâmica em que o preconceito é alimentado pela projeção de medos e insatisfações dos sujeitos.

Na mesma linha de intolerância, o fundamentalismo religioso, propagado principalmente por evangélicos pentecostais e neopentecostais, opera com uma verdade absoluta, inquestionável, eterna e imutável. Nesse contexto, a dúvida é interpretada como falta de fé e reverência, existindo uma interconexão entre culpa e medo, elementos utilizados para fomentar um ideal de santificação associado à pureza sexual, cujo propósito é domesticar os instintos sexuais em vez de acolher a diversidade (Guimarães, 2020, p.76).

O fundamentalismo religioso atua também na política, com a ‘Frente Parlamentar Evangélica (FPE)’, que busca aprovar políticas educacionais e de gênero de acordo com suas convicções religiosas. Esse grupo difunde valores e costumes tradicionais na sociedade, como o projeto que ataca o que denominam de “ideologia de gênero” e considera inadmissível a discussão sobre sexualidade nas escolas, alegando que a inserção dessa temática nas matrizes curriculares representa uma ameaça à pureza da infância (Araújo; Silva, 2016). Essa postura lembra uma forte adesão a valores tradicionais e à rejeição de mudanças sociais, refletindo o traço autoritário de preservação de costumes convencionais.

Assim, ao difundir uma visão de mundo uniforme e tradicional, configura-se uma forma de autoritarismo disfarçado de preocupação moral. Essa oposição à diversidade também se manifesta na defesa da educação domiciliar (*homeschooling*) como uma forma de proteger as crianças de influências que consideram nocivas e improdutivas. Esse princípio se associa a outras ideias conservadoras que reforçam a centralidade da família e da religião como pilares da sociedade, defendendo o direito dos pais de educar seus filhos conforme suas convicções (Araújo; Silva, 2016). Evidencia-se que o fortalecimento da educação domiciliar baseada em

valores conservadores enfraquece as instituições públicas de ensino e retira do Estado a responsabilidade de promover uma educação plural. Isso substitui a importância da produção do conhecimento científico por opiniões pessoais, sem espaço de análise, reforçando uma visão autoritária que limita a diversidade de pensamento e de análise crítica.

A partir desse ponto de vista, a educação institucional valorizada passa a ser a que acontece nas escolas militares, que apreciam a disciplina, a educação baseada em valores tradicionais e a ordem. Esse modelo, amplamente promovido por setores conservadores, prioriza a conformidade e a obediência em detrimento do pensamento crítico e da participação ativa dos estudantes. A militarização da educação não apenas molda a formação dos jovens, mas perpetua uma cultura de controle e autoritarismo, limitando a liberdade e o pleno exercício da razão (Alves; Santos; Bordim, 2023).

Em um cenário de hipermilitarização do Estado, em que a presença militar se intensifica em diversas esferas da sociedade, esse modelo educacional reforça a hierarquia e a submissão à autoridade como norma social (Alves; Santos; Bordim, 2023), revelando comportamentos e atitudes que refletem uma aceitação inquestionável de normas e valores impostos, muitas vezes em detrimento do pensamento crítico e da autonomia individual. Essa dinâmica demonstra um procedimento de irracionalidade que compromete a formação de sujeitos capazes de pensar de forma independente e crítica sobre o mundo e enfraquece tanto o papel da escola como a formação humana.

Nesse cenário de controle e autoritarismo, evidencia-se o aumento de ataques violentos nas escolas. O relatório '*O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil*' revela que o aumento de ataques violentos nas escolas está ligado à disseminação de ideologias extremistas e aponta que muitos jovens são influenciados por discursos de ódio e intolerância contra os considerados diferentes. A combinação da radicalização política, marginalização e exposição a conteúdos violentos tem fomentado atitudes agressivas, contribuindo para a cultura da violência (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). Esses ataques à educação devem ser considerados então uma estratégia maior de deslegitimação das instituições democráticas e de disseminação de ideologias conservadoras, que buscam sufocar qualquer forma de pensamento crítico ou oposição à ordem estabelecida.

Ou seja, a fusão entre moralismo autoritário, militarização da política, enfraquecimento das instituições democráticas e ampliação de grupos de espectro político de direita representa um retrocesso da democracia. E foi um processo como esse que culminou na tentativa de golpe em Brasília, em 2023, quando apoiadores do ex-presidente Bolsonaro atacaram a sede dos três

poderes, durante e após a eleição presidencial, tendo seu ápice na posse do presidente Luiz Inácio da Silva, em janeiro do mesmo ano. Embora Bolsonaro não estivesse presente, seus seguidores se mobilizaram pelas redes sociais em sua defesa, alegando que o país precisava ser libertado da ameaça comunista representada pelo governo de esquerda (Cappeli, 2023).

Essa tentativa de golpe revela o perigo da identificação com narrativas autoritárias, capazes de mobilizar massas descontentes em ações violentas contra as instituições democráticas, demonstrando a fragilidade do sistema político diante de discursos extremistas e autoritários e evidenciando também a instrumentalização da violência como ferramenta política, como já aconteceu no nazifascismo, em nome de valores tradicionais que colocam em risco a existência do Estado de Direito.

Assim, evidencia-se que a hostilidade que emerge de contextos como o descrito acaba por propagar a destrutividade e, por meio de uma postura cínica, ataca grupos minoritários, movimentos sociais e tudo que se opõe aos valores conservadores e tradicionais. Isso significa dizer que o desvelamento da aparência do real que envolve a reflexão e a crítica construtivas, bem como a identificação dos sujeitos com tais tendências autoritárias cria obstáculos à adesão a discursos que alimentam a divisão entre nós e eles, ou seja, o autoritarismo não é apenas fruto de condições estruturais, mas também de disposições psicológicas.

Na sociedade em que o modo de produção capitalista se alastra em todas as dimensões, em que a busca por lucro e eficiência pode eclipsar valores fundamentais, como solidariedade e autonomia, Crochik (1999) adaptou a Escala F de Adorno para investigar questões relacionadas ao preconceito. Desde então, realiza estudos com estudantes universitários, analisando como a racionalidade tecnológica que prioriza a eficiência sobre a solidariedade e a personalidade narcísica focada no individualismo moldam atitudes e comportamentos preconceituosos, reforçando a lógica excludente do capitalismo e, por que não dizer, do autoritarismo.

Crochik (2000), ao realizar uma pesquisa com estudantes universitários, evidenciou que essa lógica de produção se infiltra nas relações sociais, transformando a percepção da realidade. A ênfase na obtenção de resultados imediatos e na eficiência operacional leva o sujeito à naturalização das relações sociais, ocasionando um retrocesso tanto no âmbito social quanto individual. Essa dinâmica resulta em conformidade com a realidade estabelecida, quando os valores são moldados pela necessidade de adaptação ao mercado e em que se usa a razão funcional no lugar da reflexão crítica.

A pesquisa de Crochik (2005) revela que a combinação entre ideologia racionalista, que prioriza a eficiência em detrimento de valores humanos, e traços de personalidade autoritária e narcísica, cria um ambiente propício para o surgimento e a manutenção de preconceitos. Ao tratar as pessoas como objetos de controle e adaptação, favorecem-se a conformidade e a exclusão, enquanto as características autoritárias reforçam a submissão a normas rígidas e hierárquicas. Essa dinâmica indica que tanto os contextos ideológicos quanto as predisposições psicológicas são fundamentais para entender como preconceitos e atitudes autoritárias se enraízam e se perpetuam na sociedade.

Crochík (2019, 2021) também identificou em estudantes universitários diferentes fatores de preconceito contra pessoas com deficiência e LGBTQIA+, além de questões étnicas, raciais e morais, demonstrando que o preconceito não é homogêneo, ou seja, não se desenvolve em direção a um único grupo. Os que apresentam traços autoritários frequentemente exibem uma personalidade narcisista, acompanhada de características sadomasoquistas que se refletem em comportamentos que revelam falta de empatia, tendência à violência tanto simbólica quanto física, além de propensão a desumanizar os outros. Esses comportamentos estão relacionados ao fetiche das relações sociais no capitalismo, em que o valor é atribuído a coisas e não a pessoas, intensificando a competição e a individualização. Nessa lógica, o outro é visto como adversário ou objeto, reforçando a dinâmica excludente que alimenta o preconceito, a desumanização e o autoritarismo.

Resende (2015), ao realizar pesquisa com estudantes universitários vinculados ao curso de Psicologia em Goiânia, revela que estes possuem uma forte adesão a crenças místicas e religiosas, sendo constituídos por uma razão heterônoma. Essas crenças abarcam práticas místicas irracionais que estão se tornando cada vez mais presentes a partir de uma adesão subjetiva a movimentos, teorias e práticas que se baseiam em crenças místicas ou religiosas, incluindo a aposta em seres mágicos, duendes, anjos, práticas religiosas individualistas e teorias que excluem a explicação racional, estando mais suscetíveis a aceitar estruturas de poder e crenças rígidas que reforçam atitudes autoritárias. Essa supersticiosidade indica uma tendência à aceitação de explicações irracionais e sobrenaturais, muitas vezes motivada por medo ou incerteza, além de refletir um pensamento rígido, que tende a adotar crenças preconcebidas sem reflexão crítica.

Lima, Jannuzzi, Moura e Segundo (2020) revelam que a adesão ao autoritarismo no Brasil está diretamente ligada a um ciclo de insegurança e desconfiança intensificado pela crise econômica e social. Esta, marcada pelo aumento da violência, desemprego e desigualdade, vem

gerando uma sensação de desamparo na população, especialmente entre indivíduos que enfrentam violência frequente em suas comunidades e que, sentindo-se desprotegidos e desatendidos pelas políticas públicas, tendem a buscar soluções para a autoconservação no autoritarismo, mesmo que isso implique em abrir mão de liberdades civis.

Ainda na contemporaneidade, assim como no passado, o medo da violência não apenas impulsiona o autoritarismo, mas também cria um ciclo que torna difícil a recuperação da confiança nas instituições democráticas (Lima; Januzzi; Moura; Segundo, 2020). Essa tensão entre liberdade e segurança revela como o medo pode ser explorado para justificar o controle excessivo e a limitação de direitos e expõe como as crises e os ressentimentos podem ser explorados para justificar o controle excessivo.

Na pesquisa *Violência e democracia: Panorama brasileiro pré-eleições 2022: Percepções sobre medo, violência e autoritarismo*, Lima (2022) dá continuidade a uma análise sua iniciada em 2017 e aponta que o aumento do medo da violência encontrado na pesquisa anterior continua a ser um fator crítico que acentua a propensão da população brasileira a apoiar posturas autoritárias. Essa continuidade revela que a sensação de vulnerabilidade e a percepção de certa falta de eficácia das políticas públicas em garantir segurança contribuem para uma maior disposição dos cidadãos em aceitar atos e manifestações autoritários como resposta a seus medos e frustrações.

Essa transformação do sujeito em agente de dominação é desdobramento do autoritarismo exercitado ao longo de décadas. Segundo Costa (2021), no capitalismo monopolista o indivíduo autoritário se definia pela conformidade às normas impostas pelo sistema e o seu sucesso dependia da adaptação submissa às estruturas de poder. A conformidade era uma forma de sobrevivência e progresso em uma sociedade controlada por forças centralizadoras. Com a transição para o neoliberalismo, houve uma mudança paradigmática: o foco deslocou-se para a responsabilização individual. Isso significa que o sucesso pessoal passou/passa a ser visto como resultado de um esforço contínuo em que cada indivíduo é responsável por sua trajetória e escolhas.

É justamente nessa particularidade histórica, quando o neoliberalismo promove a ideia de que cada pessoa deve empreender a si mesma, autogerenciar sua vida e garantir seu sucesso independentemente das circunstâncias, que as tendências autoritárias ganham ainda mais força. A dinâmica da dominação, portanto, não desaparece, mas se desenvolve, pois as determinações continuam. Aqui, a autoridade não precisa mais se manifestar apenas como coerção externa, mas passa a operar internamente nos sujeitos e molda comportamentos e decisões através da

responsabilidade individual, intensificando o controle psicológico e, por conseguinte, o autoritarismo.

Freud (2006) auxilia a compreender que, ao internalizarem uma característica específica de um objeto causador de ansiedade e assimilarem uma experiência ansiosa recentemente vivenciada, os sujeitos podem entrelaçar um segundo e relevante mecanismo, que consiste em, ao personificarem o agressor, passam a incorporar seus atributos ou a replicar sua agressão, podendo sair da posição de indivíduo ameaçado para desempenhar o papel de ameaçador.

Nessa dinâmica, a responsabilização individualizada desvia o foco das falhas estruturais do sistema, colocando, nos indivíduos, a culpa pelas desigualdades que eles não controlam (Gandesha, 2008). Esse mecanismo de transferência de responsabilidade facilita a perpetuação da opressão. Um emblema disso no Brasil é o apoio de mulheres a figuras como Damares Alves, que, ao defender políticas conservadoras, reforça papéis que limitam a própria autonomia do feminino. Da mesma forma agem as pessoas pretas que apoiaram/apoiam Jair Bolsonaro apesar de seu histórico de racismo: incorporam a narrativa de seus opressores, acreditando que isso lhes trará poder e segurança. Ambos os casos demonstram como a identificação com tendências autoritárias oferece uma sensação temporária de controle, embora, na realidade, reforce estruturas de pseudoformação.

Esse procedimento ajuda a fortalecer um superego rígido, a aumentar a autoexigência, a culpa e a agressividade. Essas determinações refletem uma sociedade que prioriza a competitividade acima de tudo, melhor dizendo, no contexto do capitalismo, as relações sociais são frequentemente moldadas por uma lógica de mercado que enfatiza a eficiência e a maximização do lucro. Nesse cenário, as interações humanas se tornam meras relações de troca, onde o valor dos indivíduos é medido em termos de sua utilidade econômica. Essa dinâmica se opõe à razão crítica que questiona normas estabelecidas, permitindo que ideologias opressivas prosperem (Adorno; Horkheimer, 1985a).

A análise de Adorno (1995b) destaca como uma forma de razão, que, na verdade, é irracional, se torna predominante na sociedade capitalista. Essa lógica transforma as relações sociais em processos frios, onde a eficiência e o lucro são os únicos objetivos. No Brasil, essa racionalidade se manifesta em dinâmicas sociais e políticas em que a coisificação dos indivíduos e o fetiche da mercadoria fazem com que as pessoas sejam apenas mercadorias. Regimes autoritários utilizam esses mecanismos para explorar ressentimentos, fazendo com que os indivíduos se sintam responsáveis por seu sucesso ou fracasso, enquanto as causas estruturais da opressão são ocultadas.

Esse ambiente social desumanizado, característico do modo de produção capitalista, promove um autoritarismo que contribui para processos de individualização. É neste contexto que consideramos que o autoritarismo, comumente associado a ideologias conservadoras, não está restrito apenas a essa corrente ideológica, vez que a lógica capitalista da eficiência, competitividade e conformidade afeta os indivíduos, podendo moldar as relações sociais em torno da adaptação forçada às necessidades do sistema econômico e político (Adorno; Horkheimer, 1985b).

A possibilidade de identificação de indivíduos não conservadores com o autoritarismo pode ocorrer em situações em que o sujeito se vê dividido entre a necessidade de adequar-se à conformidade social e o desejo de a ela resistir. Além disso, a internalização de características agressivas provocada pela pressão constante para se conformar pode levar à identificação automática com valores autoritários (Roure, 2006). Essa dinâmica leva à estagnação social e à perpetuação de injustiças à medida que a falta de limites aumenta a aceitação de comportamentos autoritários.

Percebe-se que o conflito interno gerado pela identificação com atos autoritários revela a tensão entre a necessidade de conformidade e a agressão reprimida, expondo uma cultura que prioriza a obediência em detrimento da autonomia. Como resultado, indivíduos oprimidos podem sustentar e reproduzir o sistema que os submete. Nesse contexto, a autoridade, que deveria orientar e promover o desenvolvimento individual, é distorcida, convertendo-se em autoritarismo (Roure, 2006). Indivíduos que tentam resistir a essa conformidade enfrentam o risco de serem marginalizados ou reprimidos, levando à formação de um ciclo vicioso em que o poder autoritário se perpetua.

Esse processo não apenas compromete a autonomia pessoal, mas também cria um ambiente onde a crítica e a reflexão são suprimidas em favor da obediência cega e do conformismo (Roure, 2006). Essa tensão entre conformidade e resistência é um aspecto central no processo de formação de identidades, especialmente em tempos marcados por fortes pressões autoritárias. Em contextos assim, a subjetividade dos indivíduos se constitui reificada, reduzindo-os a funções dentro da estrutura social e econômica, o que gera um estranhamento consigo mesmo e com o mundo que bloqueia a plena realização da condição humana.

A reificação perpetua ciclos de autoritarismo, inclusive com o apoio de jovens, como percebido por Adorno (2015c) nos Estados Unidos e na Europa, onde foi possível identificar tendências e manifestações autoritárias em jovens que, quando em momentos de busca por pertencimento e afirmação de suas identidades em ambientes sociais, muitas vezes reforçam

valores conformistas. Assim, a pressão por aceitação pode dificultar o questionamento de injustiças estruturais, levando à adoção de posturas que favorecem a submissão às normas. Nessa perspectiva, percebe-se que indivíduos podem encontrar, no autoritarismo, uma justificativa para comportamentos egocêntricos e excludentes, ao mesmo tempo que refletem também desejos e ressentimentos que preferem não confrontar em si mesmos.

Nesse cenário, a identificação com o autoritarismo passa a ser entendida como uma projeção de suas próprias inseguranças e fragilidades, ou seja, uma forma de defesa que permite que os indivíduos mantenham a falsa sensação de controle e superioridade, quando, na verdade, estão lutando contra suas próprias inseguranças, perpetuando um ciclo de alienação que enfraquece a solidariedade social e ameaça a constituição subjetiva dos indivíduos (Adorno, 2019b). Esse processo está profundamente ligado ao neoliberalismo, que exalta o individualismo, a competição e a eficiência e promove um lugar onde o autoritarismo encontra terreno fértil para crescer, ao minar a cooperação, a coletividade e mesmo o conhecimento.

Assim, embora o autoritarismo no Brasil tenha sido estudado em diferentes contextos e perspectivas, a atual conjuntura de crise do neoliberalismo e o agravamento das desigualdades ressalta a importância de investigar as novas formas de sua manifestação. Desse modo, e considerando os aspectos objetivos e subjetivos do autoritarismo, emerge a necessidade de examinar como essas tendências podem se expressar entre estudantes universitários que se identificam com diferentes grupos sociais.

3. TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Investigamos tendências autoritárias em 340 estudantes da Universidade Federal de Goiás: no curso de Medicina, 172³¹ estudantes e, na Pedagogia, 168. Nos anos iniciais do curso de Pedagogia, dos 128 alunos matriculados, 90 (70%) responderam ao questionário; nos anos finais, 78 (73%) dos 106 matriculados. No curso de Medicina, dos 110 matriculados no ano inicial, 83 (75%) responderam ao questionário, enquanto 89 (74%) dos 119 matriculados dele participaram no ano final. Obtivemos uma amostra em média de 70% de estudantes, o que indica um índice bastante significativo de sujeitos participantes da pesquisa.

A partir do questionário aplicado, caracterizamos a mostra da pesquisa bem como a identificação dos sujeitos com grupos e suas justificativas. Posteriormente, realizamos a análise das tendências autoritárias em relação à identificação com grupos no sentido de perceber se a vinculação ocorreu por preceitos conservadores que indicariam uma racionalidade autoritária ou não. A intenção desse diálogo foi aprofundar o conhecimento sobre o *modus operandi* e a subjetividade dos sujeitos que apresentaram tendências autoritárias e se identificaram com grupos.

De outro lado e considerando que a pesquisa empírica não implica afastamento da teoria, as questões aplicadas visaram não apenas a apresentar análises quantitativas, mas também a realizar uma reflexão crítica a partir delas, revelando o jogo de forças nas identificações de grupos com tendências autoritárias.

3. 1 Caracterização da população

Na tabela abaixo, demonstramos como estão distribuídos os 340 estudantes por curso, período e idade.

Tabela 1. Curso, período e faixa-etária (Continua)

Curso	Período	Entre 18 e 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Total
Pedagogia	2º Período	61 36,3%	22 13,1%	5 3,0%	1 ,6%	1 ,6%	90 53,6%
	8º Período	3 1,8%	61 36,3%	8 4,8%	4 2,4%	2 1,2%	78 46,4%
	Total	64 38,1%	83 49,4%	13 7,7%	5 3,0%	3 1,8%	168 100,0%

³¹ No curso de Medicina, havia 229 estudantes matriculados nos anos iniciais e finais. Considerando o nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, a amostra solicitada deveria ser de, no mínimo, 144 sujeitos. Entretanto, alcançamos a quantidade maior de 172 estudantes. Na Pedagogia, eram 234 estudantes matriculados nos anos iniciais e finais e, considerando o mesmo procedimento estatístico, deveríamos ter 146 estudantes. Alcançamos 168.

Tabela 1. Curso, período e idade (Conclusão)

Curso	Período	Entre 18 e 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Total
Medicina	2º Período	38 22,1%	43 25,0%	1 ,6%	1 ,6%	0 0%	83 48,3%
	8º Período	1 ,6%	85 49,4%	2 1,2%	1 ,6%	0 0%	89 51,7%
	Total	39 22,7%	128 74,4%	3 1,7%	2 1,2%	0 0%	172 100,0%
Total	2º Período	99 29,1%	65 19,1%	6 1,8%	2 ,6%	1 ,3%	173 50,9%
	8º Período	4 1,2%	146 42,9%	10 2,9%	5 1,5%	2 ,6%	167 49,1%
	Total	103 30,3%	211 62,1%	16 4,7%	7 2,1%	3 ,9%	340 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Evidenciamos que a maioria dos estudantes da Pedagogia está nos anos iniciais com a idade entre 18 e 20 anos (36,3%), enquanto, na Medicina, a faixa etária que mais se apresentou nas séries iniciais foi a de 21 a 30 anos (25%) e, depois, a faixa etária entre 18 e 20 anos (22,1%). Disso se conclui que os estudantes de Pedagogia entram mais novos no curso.

Nas séries finais, os estudantes de Pedagogia (36,3%) e de Medicina (49,4%) encontram-se mais na faixa etária de 21 a 30 anos. Mas o quantitativo de estudantes de Medicina é bem maior nessa faixa de idade do que na Pedagogia. As outras faixas de maior idade que envolvem de 31 a 40 anos (7,7%), de 41 a 50 anos (3%) e de 51 a 60 (1,8%) anos encontram-se bem mais presentes na Pedagogia.

Embora os estudantes de Pedagogia, em maior quantidade, entrem no curso mais novos e o curso seja realizado em menos tempo (cerca de 4 anos), os estudantes de Pedagogia se apresentam, nas séries finais, com uma faixa de idade mais velha. O que significa haver uma tendência dos estudantes de Pedagogia a passarem mais tempo fazendo um curso, que, na verdade, em sua estrutura, tem menos tempo que o curso de Medicina (cerca de 6 anos). Algumas determinações dessa realidade podem ser investigadas posteriormente: se esses estudantes trabalham, se há reprovação e se existem dificuldades correlatas.

A Tabela 2 apresenta a caracterização do estado civil dos estudantes dos cursos de Pedagogia e Medicina, separados por faixa etária:

Tabela 2. Estado Civil/Curso/Período

Curso	Faixa- Etária	Solteiro/a	Casado/a	Separado/ Divorciado	União Estável	Total
Pedagogia	Entre 18 e 20 anos	62 36,9%	0 0,0%	0 0,0%	2 1,2%	64 38,1%
	21 a 30 anos	68 40,5%	8 4,8%	2 1,2%	5 3,0%	83 49,4%
	31 a 40 anos	6 3,6%	5 3,0%	0 0,0%	2 1,2%	13 7,7%
	41 a 50 anos	0 0,0%	3 1,8%	2 1,2%	0 0,0%	5 3,0%
	51 a 60 anos	1 ,6%	1 ,6%	0 0,0%	1 ,6%	3 1,8%
	Total	137 81,5%	17 10,1%	4 2,4%	10 6,0%	168 100,0%
Medicina	Até 20 anos	39 22,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	39 22,7%
	21 a 30 anos	124 72,1%	1 ,6%	0 0,0%	3 1,7%	128 74,4%
	31 a 40 anos	3 1,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,7%
	41 a 50 anos	0 0,0%	2 1,2%	0 0,0%	0 0,0%	2 1,2%
	Total	166 96,5%	3 1,7%	0 0,0%	3 1,7%	172 100,0%
Total	Até 20 anos	101 29,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,6%	103 30,3%
	21 a 30 anos	192 56,5%	9 2,6%	2 ,6%	8 2,4%	211 62,1%
	31 a 40 anos	9 2,6%	5 1,5%	0 0,0%	2 ,6%	16 4,7%
	41 a 50 anos	0 0,0%	5 1,5%	2 ,6%	0 0,0%	7 2,1%
	51 a 60 anos	1 ,3%	1 ,3%	0 0,0%	1 ,3%	3 ,9%
	Total	303 89,1%	20 5,9%	4 1,2%	13 3,8%	340 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise revela que a grande maioria dos estudantes de ambos os cursos é solteira, com 96,5% na Medicina e 81,5% na Pedagogia. No curso de Pedagogia, há maior quantidade de estudantes casados com 10,1%, com união estável, 6%, separados/divorciados com 2,4%; na Medicina, 1,7% mantêm união estável, 1,7% são casados e 0% separados. Essa diferença levanta a hipótese de que os estudantes de Pedagogia podem ter a necessidade de conciliar os estudos com responsabilidades familiares e essa pode ser uma das dimensões que determinam o maior tempo no curso - algo a ser pesquisado em um estudo longitudinal.

Na Tabela 3, os dados indicam que há diferenças no sexo dos estudantes, sendo a Pedagogia composta, majoritariamente, de estudantes do sexo feminino (90,5%) e poucos estudantes do sexo masculino (7,7%), e a Medicina, ao contrário, frequentada pela maioria de homens frente às mulheres. É importante notar que a maioria dos estudantes é cisgênero nos dois cursos. Não há quase estudantes transgênero e não binários, ou que não possuem identidade de gênero na Pedagogia (1,8%) ou na Medicina (1,8%).

Tabela 3. Curso, sexo e identidade de gênero

Curso	Sexo	Cisgênero	Transgênero	Não binário	Não possui identidade de gênero	Total
Pedagogia	Feminino	152 90,5%	1 ,6%	1 ,6%	0 0,0%	154 91,7%
	Masculino	13 7,7%	0 0,0%	1 ,6%	0 0,0%	14 8,3%
	Total	165 98,2%	1 ,6%	2 1,2%	0 0,0%	168 100,0%
Medicina	Feminino	68 39,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	68 39,5%
	Masculino	101 58,7%	0 0,0%	1 ,6%	2 1,2%	104 60,5%
	Total	169 98,3%	0 0,0%	1 ,6%	2 1,2%	172 100,0%
Total	Feminino	220 64,7%	1 ,3%	1 ,3%	0 0,0%	222 65,3%
	Masculino	114 33,5%	0 0,0%	2 ,6%	2 ,6%	118 34,7%
	Total	334 98,2%	1 ,3%	3 ,9%	2 ,6%	340 100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

A Tabela 4 apresenta a caracterização dos estudantes de acordo com a cor/raça e a renda familiar.

Tabela 4. Curso, cor/raça e renda (Continua)

Curso	Cor/Raça	Abaixo de 1 S.M	Entre 1 e 3 S.M	Entre 4 a 6 S.M	Entre 7 a 10 S.M	Acima de 10 S.M	Não sei informar	Total
Pedagogia	Branca	6 3,6%	39 23,2%	18 10,7%	5 3,0%	4 2,4%	1 ,6%	73 43,5%
	Parda	5 3,0%	42 25,0%	14 8,3%	7 4,2%	1 ,6%	1 ,6%	70 41,7%
	Preta	0 0,0%	16 9,5%	3 1,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	19 11,3%
	Amarela	0 0,0%	2 1,2%	2 1,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 2,4%

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 4. Curso, cor/raça e renda (Conclusão)

Curso	Cor/Raça	Abaixo de 1 S.M	Entre 1 e 3 S.M	Entre 4 a 6 S.M	Entre 7 a 10 S.M	Acima de 10 S.M	Não sei informar	Total
Pedagogia	Indígena	0 0,0%	1 ,6%	1 ,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 1,2%
	Total	11 6,5%	100 59,5%	38 22,6%	12 7,1%	5 3,0%	2 1,2%	168 100,0%
Medicina	Branca	0 0,0%	17 9,9%	15 8,7%	17 9,9%	29 16,9%	5 2,9%	83 48,3%
	Parda	2 1,2%	24 14,0%	19 11,0%	12 7,0%	8 4,7%	2 1,2%	67 39,0%
	Preta	1 ,6%	7 4,1%	6 3,5%	3 1,7%	2 1,2%	0 0,0%	19 11,0%
	Indígena	1 ,6%	2 1,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,7%
	Total	4 2,3%	50 29,1%	40 23,3%	32 18,6%	39 22,7%	7 4,1%	172 100,0%
Total	Branca	6 1,8%	56 16,5%	33 9,7%	22 6,5%	33 9,7%	6 1,8%	156 45,9%
	Preta	1 ,3%	23 6,8%	9 2,6%	3 ,9%	2 ,6%	0 0,0%	38 11,2%
	Parda	7 2,1%	66 19,4%	33 9,7%	19 5,6%	9 2,6%	3 ,9%	137 40,3%
	Amarela	0 0,0%	2 ,6%	2 ,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,2%
	Indígena	1 ,3%	3 ,9%	1 ,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,5%
	Total	15 4,4%	150 44,1%	78 22,9%	44 12,9%	44 12,9%	9 2,6%	340 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à cor/raça no curso de Pedagogia, a maioria é branca (43,5%) e parda (41,7%), realidade também encontrada no curso de Medicina: (48,3%) brancos e (39%) pardos. Em ambos os cursos, há uma pequena quantidade de estudantes pretos (11,3%) na Pedagogia e 11% na Medicina. A maioria dos estudantes da Pedagogia se encontra na faixa de renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos, o que os situa principalmente nas classes³² E e D (classes baixa e média-baixa). Dentro desse grupo está a maioria de estudantes pardos (25%), brancos (23,2%) e pretos (9,5%).

Embora os estudantes de Medicina também estejam em maior quantidade na faixa de renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos, se levamos em conta os níveis salariais de forma

³² O IBGE, em 2024, categorizou classes com base na renda familiar mensal: Classe E corresponde às famílias de renda mais baixa, com até 2 salários-mínimos; Classe D com renda entre 2 e 4 salários-mínimos, classe média-baixa; Classe C é a classe média, com renda entre 4 e 10 salários-mínimos; Classe B é a classe média-alta, com renda entre 10 e 20 salários-mínimos; e Classe A, a camada mais alta da sociedade, com renda superior a 20 salários-mínimos.

isolada, percebemos que, em bloco, existem mais estudantes de 4 salários-mínimos até acima de 10 salários-mínimos que estão na classe C, B e A (classe média, média-alta e alta).

3.2 Tendências autoritárias encontradas

Discutimos as tendências autoritárias encontradas a partir da escala F (fascismo)³³ composta pelos nove traços autoritários: convencionalismo, submissão autoritária, agressão autoritária, anti-intracepção, superstição e estereotipia, destrutividade e cinismo, poder e dureza, projetividade e sexo³⁴. Esses traços psíquicos, quando analisados em conjunto, não apenas ajudam a entender a dinâmica da personalidade autoritária, mas também a relação com estruturas políticas que se alimentam de tais características para promover uma agenda anti-humanista e autoritária. A Escala F foi a base da investigação das manifestações autoritárias latentes, ajudando a compreender a configuração psíquica dos sujeitos que indicaram predisposição ao autoritarismo.

De acordo com a metodologia adotada por Adorno (2019), catalogamos, inicialmente, os estudantes com alta e baixa tendência autoritária. No entanto, por entender que tendência se refere a um processo em que o sujeito apresenta um movimento na personalidade, também catalogamos e discutimos as tendências média-alta e média-baixa.

Dos 340 estudantes participantes da mostra, encontramos³⁵ 2 (0,6%) estudantes com tendência autoritária alta, 35 (10,3%) com tendência autoritária média-alta, 196 (57,6%) com tendência autoritária média-baixa e 107 (31,5%) com tendência autoritária baixa. Percebemos

³³ As perguntas da escala F foram respondidas a partir de níveis de concordância que equivalem a uma escala numérica entre 5 e 7 pontos, e de discordância que equivalem entre 1 e 3 pontos. Considerando a soma geral da escala, a pontuação mínima que pode ser obtida por cada sujeito é de 28 e a máxima 196 pontos. Os sujeitos avaliados com alta tendência autoritária estão nos 25% das maiores pontuações, o que equivale ao intervalo de [154,196]³³ pontos. Os 25% respondentes com menores pontuações equivalem ao intervalo entre [28, 70]. Identificamos também sujeitos com tendências autoritárias médias altas com [112,154] pontos, e tendências médias baixas com [70,112] pontos. A confiabilidade desta pesquisa obteve alpha de crumbach 0,85 indicando que os itens do questionário possuem alta consistência interna.

³⁴ Buscamos analisar na escala F onde as tendências autoritárias mais se expressam, ou seja, quais os seus traços psicológicos. Encontramos os indicadores de pontuação alta entre [5,7] e pontuação baixa equivalente a [1,4] pontos. O cálculo realizado foi a quantidade de perguntas em cada uma das subcategorias divididas pela pontuação geral obtida. A pontuação de número 4 foi considerada como ponto neutro, como afirma Adorno. Ao realizarmos uma análise individual de cada uma das nove subcategorias que compõem a escala F, buscamos identificar os traços psíquicos que mais apareceram nos sujeitos.

³⁵ Para a análise dos dados, utilizamos o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20.0. Na análise das tendências autoritárias e identificação com grupos, aplicamos o teste Qui-quadrado para medir a associação entre variáveis categóricas e avaliar se a distribuição das respostas é independente entre os grupos analisados. Esse teste verifica se as frequências observadas diferem significativamente das esperadas sob a hipótese de independência, permitindo identificar relações significativas entre as variáveis. A análise revelou associações estatisticamente significativas ($p < 0,05$), indicando que, em alguns cruzamentos, a relação entre as variáveis estudadas não pode ser atribuída ao acaso; ou seja, existe uma associação consistente e significativa.

que a maioria, 89,1% dos estudantes possuem tendências autoritárias médias-baixas e baixas, de menor propensão ao autoritarismo:

Tabela 5. Tendências autoritárias encontradas

Curso	Tendência autoritária Alta	Tendência autoritária Média-baixa	Tendência autoritária Média-alta	Tendência autoritária Baixa	Total
Pedagogia	54 15,90%	16 4,70%	96 28,20%	2 0,60%	168 49,40%
Medicina	53 15,60%	19 5,60%	100 29,40%	0 0,00%	172 50,60%
Total	107 31,50%	35 10,30%	196 57,60%	2 0,60%	340 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

O fato de as tendências autoritárias médias-baixas e baixas serem maiores não significa que elementos do autoritarismo não estejam presentes. Isso porque, a partir de Adorno (2019), compreendemos que as tendências autoritárias não se limitam apenas aos indivíduos que possuem traços extremos. O autoritarismo se desenvolve de diversas formas e, em havendo elementos latentes, se o sujeito encontrar um solo propício, uma sociedade que ofereça lastro intenso para a desumanidade, há a tendência de esses traços se radicalizarem.

3.2.1 Tendência autoritária alta

Em se tratando da tendência autoritária alta, os 2 (0,6%) estudantes encontrados são do curso de Pedagogia e representam 1,2% da amostra desse curso, que é de 168 estudantes. Uma das estudantes, S43, é cisgênero do sexo feminino, solteira, possui 19 anos, renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos, indicando ser da classe social baixa, se autodeclarou preta e se identifica com o grupo político Partido dos Trabalhadores (PT), mas não justificou o porquê dessa identificação, razão por que não foi possível revelar a racionalidade com o grupo.

A tendência autoritária dessa estudante se expressou nos traços “submissão autoritária”, “poder e ‘dureza’”, “anti-intracção”; “projetividade”, “superstição e estereotipia”, “agressão autoritária” e convencionalismo. Esses traços revelam que a estudante tem uma visão de mundo rígida e autoritária, que se submete e se identifica com o autoritarismo. É preocupada com a dominação, com a submissão, abomina os fracos e admira os que têm poder, com a tendência a rejeitar a diversidade de opiniões e a valorizar a conformidade e a obediência, mesmo se identificando com um grupo cuja visão e missão se denomina como não conservador.

A outra estudante, S60, é transgênero do sexo feminino, da cor branca, não se identifica com grupos, possui 19 anos, solteira e renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos, indicando ser da classe social baixa. As tendências autoritárias se expressam nos traços de “projetividade”,

“destrutividade e cinismo”, “submissão autoritária”, “anti-intracção”, “superstição e estereotípia” e “sexo”. Demonstra tendência de projetar questões internas no outro, utiliza o cinismo como forma defensiva e permitida para desmerecer o outro e, mesmo tendo uma identidade não aceita pela sociedade, tende a se submeter e a se identificar a uma autoridade autoritária. Ela também apresenta certa dureza, dificuldade de lidar com as emoções e com a realidade e, talvez por isso, tenha o traço de quem que usa o artifício da superstição, do místico, sem ser sujeito de reflexão crítica, demonstrando a irracionalidade funcional da sociedade industrial e tecnológica, uma característica-base do tipo manipulador. É capaz de punir os transgressores, embora seja socialmente, na cultura tradicional, considerada uma transgressora.

Quando consideramos os aspectos objetivos e analisamos a realidade socioeconômica dessas estudantes, os dados indicam que, mesmo com renda familiar baixa e fazendo parte de grupos considerados minorizados (mulher preta e transgênero) e, no caso da S43, identificando-se com um grupo que se autodenomina como não conservador, o Partido dos Trabalhadores, fatores, como classe social baixa, identidade de gênero e raça, que geralmente se atribuem como características de indivíduos resistentes ao autoritarismo, nesse caso não realizam essa determinação. Muito pelo contrário, mostram que quem viveu o autoritarismo pode se identificar com o agressor, como já refletiu Freud. O ressentimento com relação a uma sociedade agressora e desigual também é base de tendências autoritárias (Adorno, 2019).

Os dados não foram significativos para confirmar ou negar a ideia de que o autoritarismo dos sujeitos está imediatamente vinculado à identificação com grupos conhecidos como autoritários ou que a identificação com grupo mantenha uma racionalidade conservadora, base para o autoritarismo, já que apenas uma expressou identificar-se com grupo, mas não justificou essa opção. Como já foi discutido, os sujeitos podem interiorizar normas e valores autoritários da sociedade como um meio de enfrentar sentimentos de ansiedade, medo, insegurança e desamparo enquanto tentam manter a integridade do eu diante de condições sociais desfavoráveis, o que abre espaço para pensarmos em constituir uma sociedade menos desumana (Adorno, 2019). Ao mesmo tempo, os autores já revelaram que a vinculação de sujeitos a grupos, mesmo que não sejam reconhecidamente autoritários, pode estabelecer elementos autoritários no sujeito pelo grupo apresentar, em sua gênese, oposição entre os que estão dentro do grupo e os que estão fora dele.

A presença de apenas dois indivíduos com tendências autoritárias altas não deve ser considerada insignificante, pois, segundo Adorno (2019) e Adorno e Horkheimer (1985), um sujeito com inclinações autoritárias pode influenciar um grupo como um todo, mesmo que a

maioria dos membros não compartilhe de forma expressa tendências autoritárias e, ainda mais no contexto neoliberal, que é embasado e estimula irracionaisismos. Daí a importância da atenção a esse dado.

3.2.2 Tendência Autoritária Média-Alta

Dos 340 estudantes, 35 (10,3%) apresentaram inclinação autoritária média-alta: 19 (54,3%) do curso de Medicina, correspondendo a 11% dos estudantes, e 16 (45,7%) do curso de Pedagogia, representando 9,5%. De modo sutil, esses dados indicam que, embora a tendência autoritária média-alta esteja presente em estudantes dos dois cursos, ela é ligeiramente maior nos estudantes de Medicina.

Tabela 6. Tendência autoritária Média-alta e Curso

Curso	Tendência autoritária Média- alta	Total
Pedagogia	16 45,7%	16 45,7%
Medicina	19 54,3%	19 54,3%
Total	35 100,0%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em ambos os cursos, todos os sujeitos com tendência média-alta são cisgênero. Em relação ao sexo, a uma associação significativa em relação ao curso ($p < 0,001$). No curso de Pedagogia, a tendência autoritária média-alta é predominantemente encontrada nos estudantes do sexo feminino, com 15 dos 16 casos. Apenas 1 estudante é do sexo masculino. Esse dado pode ser analisado à luz da composição majoritariamente feminina do curso de Pedagogia. Por outro lado, a tendência autoritária média-alta na Medicina é maior nos estudantes do sexo masculino, com 15 dos 19 casos. Apenas 4 estudantes com tendência autoritária média-alta na Medicina são do sexo feminino.

Quanto a faixa etária e curso ($p = 0,002$), os estudantes com tendência autoritária média-alta na Pedagogia têm de 18 a 20 anos (25,7%), 21 e 30 anos (8,6%), 31 a 40 anos (5,7%), 41 a 50 (2,9%) e 51 a 60 anos (2,9%) e os do curso de Medicina têm de 21 a 30 anos (37,1%), de 18 a 20 anos (11,4%), 41 a 50 anos (5,7%). Embora a amostra dos cursos de Pedagogia e Medicina esteja predominantemente na faixa etária de 18 a 30 anos, é preocupante que esses jovens estejam tendo tendências autoritárias significativas.

Tabela 7. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Faixa-etária

Curso	18 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Total
Pedagogia	9 25,7%	3 8,6%	2 5,7%	1 2,9%	1 2,9%	16 45,7%
Medicina	4 11,4%	13 37,1%	0 0,0%	2 5,7%	0 0,0%	19 54,3%
Total	13 37,1%	16 45,7%	2 5,7%	3 8,6%	1 2,9%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudantes do curso de Pedagogia com a tendência média-alta são solteiros (34,3%), união estável (8,6%) e casados (2,9%) e os de Medicina, solteiros (42,9%), casados (8,6%) e União Estável (2,9%). Foi surpreendente que, embora na amostra total dos estudantes de Pedagogia a união estável estivesse no penúltimo nível de estado civil (8,6%), esses estudantes ficaram em segundo lugar na tendência autoritária média-alta. Outro dado relevante com relação ao curso de Medicina é que os estudantes casados, embora em menor quantidade na amostra (8,6%), também apresentaram tendência autoritária média-alta.

Tabela 8. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Estado civil

Curso	Solteiro	União Estável	Casado	Total
Pedagogia	12 34,3%	3 8,6%	1 2,9%	16 45,7%
Medicina	15 42,9%	1 2,9%	3 8,6%	19 54,3%
Total	27 77,1%	4 11,4%	4 11,4%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise da distribuição da renda familiar entre os estudantes dos cursos de Pedagogia e Medicina revela diferenças notáveis nas faixas de renda. No curso de Pedagogia, a maioria dos estudantes (22,9%) encontra-se na faixa entre 1 e 3 salários-mínimos, seguida pela faixa de 4 a 6 salários-mínimos (20%). Apenas 2,9% dos estudantes de Pedagogia estão abaixo de 1 salário-mínimo. Por outro lado, no curso de Medicina, observa-se uma distribuição diferente, com 17,1% dos estudantes estão na faixa acima de 10 salários-mínimos, o que já indica uma presença significativa de estudantes com maior poder aquisitivo, seguidos pelas faixas de renda entre 4 e 6 salários-mínimos (14,3%), entre 7 e 10 salários-mínimos (11,4%). Apenas (5,7%) possuem renda entre 1 e 3 salários-mínimos (5,7%), e 5,7% dos estudantes não informar sua renda. Compreendemos que, ainda que a renda familiar de mais de 10 salários não seja predominante nos estudantes da amostra do curso de Medicina, é significativa ($p < 0,001$) que

seja nessa faixa salarial que se apresente essa tendência em maior quantidade e que ela seja seguida por outras rendas elevadas em menor proporção como entre 4 e 6 salários e 7 e 10 salários. Esse dado reforça a ideia de que as classes média-alta e alta têm tendência a atitudes autoritárias para conservação do seu poder, conforme tabela a abaixo:

Tabela 9. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Renda

Curso	Abaixo de 1 S.M	Entre 1 e 3 S.M	Entre 4 a 6 S.M	Entre 7 a 10 S.M	Acima de 10 S.M	Não sei informar	Total
Pedagogia	1 2,9%	8 22,9%	7 20,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 45,7%
Medicina	0 0,0%	2 5,7%	5 14,3%	4 11,4%	6 17,1%	2 5,7%	19 54,3%
Total	1 2,9%	10 28,6%	12 34,3%	4 11,4%	6 17,1%	2 5,7%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à cor/raça, dos 35 sujeitos, na Pedagogia encontramos 20,0% brancos, 11,4% pretos, 11,4% pardos e 2,9% amarelos e, no curso de Medicina, 28,6% brancos, 17,1% pardos, 5,7% pretos e 2,9% indígenas. Percebemos que a maioria é branca, assim como a amostra total de estudantes dos dois cursos. Indivíduos em classes mais altas, especialmente brancos que, historicamente, possuem privilégios sociais e econômicos podem apresentar tendências autoritárias como uma forma de preservar o *status* e a hierarquia social:

Tabela 10. Tendência autoritária Média-alta/ Curso e Cor/Raça

Curso	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total
Pedagogia	7 20,0%	4 11,4%	4 11,4%	1 2,9%	0 0,0%	16 45,7%
Medicina	10 28,6%	6 17,1%	2 5,7%	0 0,0%	1 2,9%	19 54,3%
Total	17 48,6%	10 28,6%	6 17,1%	1 2,9%	1 2,9%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os traços encontrados nas tendências autoritárias médias-altas por ordem crescente foram: “submissão autoritária” em 14 sujeitos, “projetividade” em 9 sujeitos, “poder e dureza” em 7 sujeitos, “convencionalismo” em 5 sujeitos, “destrutividade e cinismo” também em 5 participantes, “superstição e estereotipia” em 4 sujeitos, “agressão autoritária” em 4 sujeitos, “anti-intracção” em 3 e “sexo” em 2 dos participantes. Esses traços evidenciam a disposição das pessoas em obedecer a figuras autoritárias sem qualquer tipo de questionamento, o que se articula ao desejo por ordem social, traço também encontrado. Demonstrem também tendência

de atribuir características negativas e falsas a outros grupos, projetando neles sentimentos reprimidos, o que cede base à valorização da dominação e da submissão a outros. Esses sujeitos carregam o cumprimento rígido das normas e a intolerância a comportamentos considerados fora do normal, são inflexíveis em relação a valores tradicionais, hostis e desconfiados em relação ao mundo, transferem para questões supersticiosas a explicação do mundo, justificam agressão como defesa da ordem social, evitam a introspecção e são excessivamente preocupados com a moralidade sexual.

3.2.2.1 Identificação com grupos sociais

Entre os 35 sujeitos com tendências médias-altas, 29 (82,9%) se identificaram com grupos sociais, enquanto 6 (17,1%) não se identificaram. Especificamente no curso de Pedagogia, dos 16 estudantes, 93,8% dos estudantes se identificaram com grupos, comparados a 73,7% do total no curso de Medicina. A identificação ocorre com grupos religiosos, partidos políticos, movimentos sociais e redes sociais³⁶.

Tabela 11. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com grupos

Curso	Sim	Não	Total
Pedagogia	15 42,90%	1 2,90%	16 45,70%
Medicina	14 40,00%	5 14,30%	19 54,30%
Total	29 82,90%	6 17,10%	35 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os grupos religiosos que apareceram com os estudantes de Pedagogia foram: “católico” (14,3%), “evangélico” (14,3%), espírita (2,9%) e umbandista (2,9%). Na Medicina, foram: “católico” (20%), “evangélico” (11,5%), “judeu” (2,9%) e “umbandista” (2,9%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 12. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com grupos Religiosos

Curso	Católico	Evangélico	Espírita	Judeu	Umbanda	Não respondeu	Total
Pedagogia	5 14,3%	5 14,3%	1 2,9%	0 0,0%	1 2,9%	4 11,4%	16 45,7%
Medicina	7 20,0%	4 11,5%	0 0,0%	1 2,9%	1 2,9%	6 17,1%	19 54,3%
Total	12 34,3%	8 25,8%	1 2,9%	1 2,9%	2 5,7%	10 28,6%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁶ Nesta parte da pesquisa os estudantes poderiam escolher até três grupos para informar a identificação.

Existe uma inclinação para a tendência média-alta de estudantes que se identificaram com grupos “católicos” e “evangélicos”. Chama atenção que dos 19 estudantes do curso de medicina, 5,3% se identificam com o grupo de judeus, o que demonstra que, mesmo tendo ascendência familiar judaica e se identificando com um grupo que, historicamente, sofreu genocídio, um emblema de ataques autoritários, pôde internalizar traços autoritários médios-altos. É importante também atentar para a dinâmica da identificação com o agressor no que já revelou Adorno sobre a dialética das vítimas intercambiáveis de acordo com a conjuntura: “Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato” (Adorno; Horkheimer, 1985b, p. 142).

Na Pedagogia, os partidos políticos objetos de identificação foram: “Partido dos Trabalhadores” (8,6%), “Partido Liberal” (5,7%) e “Partido Social Cristão” (2,9%). Na Medicina, “Partido Liberal (17,1%) e “Partido Social Cristão” (5,3%):

Tabela 13. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com Partido Político

Curso	Partido Social Cristão	Partido Liberal	Partido dos Trabalhadores	Não respondeu	Total
Pedagogia	2 5,7%	2 5,7%	3 8,6%	9 25,7%	16 45,7%
Medicina	1 2,9%	6 17,1%	0 0,0%	12 34,3%	19 54,3%
Total	3 8,6%	8 22,9%	3 8,6%	21 60,0%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se a predominância 31,5% da identificação de estudantes com tendências autoritárias médias-altas com partidos políticos que se autodenominam conservadores em ambos os cursos. No curso de Medicina, os estudantes não se identificaram com partidos denominados não conservadores.

Os grupos de redes sociais que foram objeto de identificação na Pedagogia foram: “Mídia Ninja” (8,6%), “Dislexclub” (2,9%), “Mulheres pela Democracia” (2,9%), “Brasil acima de Tudo e Deus acima de Todos” (2,9%) e “Brasil Paralelo” (2,9%). Na Medicina, foram: “Brasil acima de Tudo e Deus acima de Todos” (5,7%), “Brasil Paralelo” (5,7%) e “Mídia Ninja” (2,9%). Destacamos se considerarmos o total de estudantes no curso de Medicina, 21% se identificam mais com grupos denominados conservadores

Tabela 14. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com Redes Sociais

Curso	Brasil acima de tudo e Deus acima de Todos	Brasil Paralelo	Mulheres pela democracia	Mídia Ninja	Dislexclub	Não respondeu	Total
Pedagogia	1 2,9%	1 2,9%	1 2,9%	3 8,6%	1 2,9%	9 25,7%	16 45,7%
Medicina	2 5,7%	2 5,7%	0 0,0%	1 2,9%	0 0,0%	14 40,0%	19 54,3%
Total	3 8,6%	3 8,6%	1 2,9%	4 11,4%	1 2,9%	23 65,7%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os movimentos sociais no curso de Pedagogia foram: “Movimento Feminista” (5,7%), “Movimento Estudantil” (2,9%), “Antirracista” (2,9%) e “Ambientalista” (2,9%). Na Medicina, “Movimento Antirracista” (5,7%), “Movimento Feminista” (2,9%), “Escola Sem Partido” (2,9%):

Tabela 15. Tendência autoritária Média-alta e Identificação com Movimentos Sociais

Curso	Movimento Feminista	Movimento Estudantil	Movimento Antirracista	Movimento Ambientalista	Movimento Escola sem Partido	Inclusão	Não respondeu	Total
Pedagogia	2 5,7%	1 2,9%	1 2,9%	1 2,9%	0 0,0%	1 2,9%	10 28,6%	16 45,7%
Medicina	1 2,9%	0 0,0%	2 5,7%	0 0,0%	1 2,9%	0 0,0%	15 42,9%	19 54,3%
Total	3 8,6%	1 2,9%	3 8,6%	1 2,9%	1 2,9%	1 2,9%	25 71,4%	35 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Notamos que a maioria dos movimentos que são objeto de identificação nos dois cursos é conhecida como progressista. Ao mesmo tempo, chama a atenção que um grupo conservador mais recente (Escola Sem Partido), se considerarmos a historicidade dos outros movimentos listados, esteja presente (2,9%). Também constatamos que a disposição a movimentos sociais parece não ser tão determinante para a tendência média-alta, já que os movimentos identificados são mais conhecidos como não conservadores. Ao mesmo tempo, as redes sociais, partidos políticos e religião, que foi onde apareceu a maior identificação, foram relevantes.

Essas descobertas destacam a importância de compreender o procedimento da razão que está presente nas identificações com grupos para entendermos melhor alguns determinantes das tendências autoritárias médias-altas. A análise da racionalidade dos sujeitos com tendências autoritárias será realizada considerando aqueles sujeitos que, além de se identificar,

justificaram³⁷ o porquê de sua identificação com os grupos assinalados. Dos 29 sujeitos que se identificaram com grupos, 25 (86,2%) justificaram a razão dessa identificação, enquanto 4 (13,8%) não o fizeram.

3.2.2.2 Procedimento de racionalidade da identificação das tendências média-alta autoritária dos estudantes

Dos 25 sujeitos que se identificaram com grupos religiosos, partidos políticos, redes sociais e movimentos sociais e justificaram o porquê de sua identificação, 18 (73%) possuem um procedimento de razão conservadora, vinculado à manutenção de valores tradicionais e à resistência a mudanças sociais, políticas e econômicas, demonstrando heteronomia. Os principais grupos vinculados a esse procedimento conservador foram “religioso”, com “católicos” e “evangélicos”; “partidos políticos”, como o “Partido Liberal” e “Partido Social Cristão”; e “redes sociais”, como Brasil acima de Tudo “Deus acima de Todos” e “Brasil Paralelo”. Assim, 7 (28%) sujeitos que possuem procedimento não conservador apresentaram, em suas justificativas, preocupação com questões ligadas à igualdade e à justiça social, sendo que a identificação ocorreu também com grupos “católicos” e “evangélicos”, “partidos políticos”, como o “Partido dos Trabalhadores, movimentos sociais, como os “Feminista” e “Antirracista” e redes sociais, como “Mídia Ninja”.

A partir dos procedimentos da racionalidade que justificava a identificação com grupos, organizamos as seguintes categorias de análise em ordem decrescente, ou seja, do maior para o menor: a) tradição e família b) acolhimento do Eu, em que predomina a defesa de princípios ligados à autoconservação, personalistas, c) modelo econômico de sociedade, d) crença e fé, e o último e) assume contradições.

A tradição e a família se manifestaram em 14 respostas, com forte ênfase no patriotismo e na religião a partir da influência familiar³⁸, indicando a defesa de um Brasil que deve priorizar a nação e a fé como princípios fundamentais. Os grupos “católicos” afirmaram: "Desde sempre fui inserida nesse meio e ajudou na minha construção de valores" (S74), e, no grupo

³⁷ A análise do procedimento da racionalidade da identificação baseia-se na justificativa fornecida pelos sujeitos quanto à identificação em até três grupos, ou seja, o sujeito podia apresentar até três justificativas, pois consideramos que, somente através da explicitação dos motivos que levaram à identificação, seria possível compreender os processos cognitivos e emocionais subjacentes ao fenômeno. A reflexão sobre as razões apresentadas pelos sujeitos permite, então, uma análise mais aprofundada e crítica da racionalidade envolvida no processo de identificação grupal.

³⁸ É importante reconhecer que Adorno e Horkheimer (1985) também enfatizam a capacidade dos indivíduos de resistir e contestar as influências sociais e familiares. Embora a imposição familiar da religião possa moldar as identidades individuais e reforçar a conformidade com valores tradicionais, os sujeitos ainda têm o potencial de desenvolver uma consciência crítica e questionar as normas estabelecidas.

“evangélico”: "Porque vai de acordo com meus valores de família, honestidade, servir a Deus e ao próximo" (S321). Com o “Partido Liberal”, afirmaram: "Deus, pátria e família" (S261). Com a rede social “Brasil Paralelo”: por ser "contra a corrupção, pela família conservadora, direito à vida, antidrogas" (S335). Percebe-se que, no lugar de um cuidado integral com a população, tais discursos evidenciam políticas que tendem a priorizar um discurso moralizante que serve de justificativa para ações conservadoras. Além disso, a corrupção é, muitas vezes, usada como uma bandeira por governos autoritários e conservadores, que, sob o pretexto de combaterem o ‘mal’, acabam lançando candidatos e implementando políticas que favorecem a manutenção do *status quo* e a preservação dos interesses da elite econômica. Assim, a retórica anticorrupção mascara um objetivo maior: sustentar um modelo de produção e poder que privilegia poucos, ao invés de promover o bem-estar coletivo.

Note-se que os padrões de comportamento, as atitudes em relação à autoridade e a forma como os conflitos são resolvidos acabam por moldar a maneira como um indivíduo percebe a autoridade. Assim, se a família promove valores conservadores, autoritários, rígidos e hierárquicos, é mais provável que o indivíduo internalize essas crenças e as reproduza em sua vida adulta. Essa estrutura reflete o convencionalismo, com forte defesa de valores tradicionais, como religião, família e nação, conforme já aconteceu no nazifascismo e que é também uma bandeira do governo bolsonarista. Além disso, demonstra submissão autoritária ao reverenciar instituições religiosas e políticas que sustentam essas ideias. Por fim, o discurso "antidrogas" e "contra a corrupção" revela o traço de poder e dureza, que busca controle rígido e disciplina para preservar a ordem moral e social.

Em se tratando de um procedimento de racionalidade conservadora, a categoria acolhimento do Eu se expressa em 11 justificativas - busca por um acolhimento pessoal, personalista, distanciado do interesse comum, apresentando elementos narcisistas, isto é, o indivíduo passando a focar excessivamente em si mesmo, priorizando suas próprias necessidades e desejos acima dos interesses coletivos: um argumento que se justifica pela defesa de si mesmo. Na identificação com grupos de redes sociais, como “Dislexclub”: "Já tive dislexia e discalculia em um nível maior e procuro ajudar" (S68); com o grupo da rede social “Brasil Acima de Tudo, Deus acima de Todos”: "Está de acordo com minhas ideias"(S278); com o grupo religioso “evangélico”: "É um local que me sinto bem e acredito em Deus e sua ação na minha vida" (S78).

Essa racionalidade demonstra adesão a partir de uma necessidade individual, uma preocupação que é da própria pessoa, parecendo não se importar com a coletividade,

evidenciando traços da categoria submissão autoritária, na medida em que os sujeitos buscam segurança e validação em estruturas de autoridade, como a religião, aceitando suas normas e valores sem questionamento. Além disso, predomina a motivação voltada ao próprio bem-estar, ficando a sociedade em segundo plano. Indica também uma tendência à anti-intracepção, já que essas escolhas parecem evitar uma introspecção mais profunda, focando em soluções práticas e objetivas para suas necessidades pessoais.

A sustentação do modelo econômico de sociedade dominante se expressa em 8 justificativas e se identificam com o partidos político “Partido Liberal”: “Porque concordo com o livre mercado” (S16), e “Porque concordo com o livre mercado, questões religiosas e econômicas” (S335); e “Partido Social Cristão”: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (S280), o que reflete uma adesão a uma ideologia neoliberal que valoriza a iniciativa privada, conforme a ideologia da classe burguesa que mantém as estruturas de poder existentes. Essa posição, consoante o que dissemos acima, revela os traços de poder e dureza ao defender uma estrutura econômica rígida e hierárquica, priorizando a disciplina e a manutenção da ordem. O traço de submissão autoritária se manifesta na aceitação de uma ordem social e econômica estabelecida como legítima. Além disso, a postura também evidencia a categoria da destrutividade e cinismo, ao naturalizar as desigualdades e as consequências negativas do sistema neoliberal. Por fim, o traço de projetividade aparece na projeção de valores de controle e segurança em figuras de autoridade, como Deus e o mercado para garantir a estabilidade social. Assim, ao seguir os ideais do grupo sem qualquer tipo de reflexão, o que prevalece é uma conformidade com padrões heterônomos.

A identificação com grupo religioso pela crença/fé se apresentou em 4 justificativas nos grupos religiosos: “evangélico”: “Porque acredito em Jesus Cristo como meu único Deus Salvador” (S16) e por “Fé em Deus e na Bíblia sagrada” (S325), “me identifico por conta dos valores e princípios dessa religião” (S158); “católico”: “Porque sou cristão praticante”. Essa racionalidade tem como base o ideal religioso do grupo, apresentando certo traço de submissão visto que aceitam de forma incondicional a autoridade religiosa, sem questionar as doutrinas e os valores, apresentando também tendência ao traço do convencionalismo, que segue de maneira rígida os valores tradicionais transmitidos pela religião. Há a manifestação de superstição e estereotipia, pois seguem não só a crença em figuras sobrenaturais, mas também as explicações simplificadas da realidade, aceitas sem reflexão crítica.

Quando acontece a explicação de acontecimentos concretos a partir de crenças religiosas, há dificuldade de se refletir sobre a experiência. E se o pensamento não é pensado,

ele carrega a irracionalidade e fica mais fácil aceitar, passivamente, doutrinas e dogmas sem questionamento ou discernimento, minando a capacidade de resistir à opressão. Essa racionalidade favorece a coesão social e a conservação de valores, pois mantém a ordem irrefletida devido à necessidade de segurança e proteção. E esse pensamento é irracional à medida que se firma por ele mesmo (Adorno, 2019) e, por isso, justifica as ideologias das elites.

O procedimento de razão não conservadora é bem menor nos sujeitos com tendência média-alta autoritária, 7 (28%), e se expressa a partir da preocupação com um modelo econômico de sociedade justa e igualitária para todos, da preocupação com o outro, com a importância da educação. Aparece em 8 justificativas relacionadas à identificação, como no partido político “Partido dos Trabalhadores”: “Me identifico, pois acho que promovem mais acessibilidade e importância à educação” (S111); o “Movimento Estudantil”: por “Acreditar (S139) que participar do movimento estudantil é valorizar também a oportunidade de estudar em uma instituição pública”; e na rede social “Mídia Ninja” com a seguinte justificativa: “Eles defendem os menos favorecidos, a classe oprimida, e mostram a realidade” (S73). E uma justificativa que assume contradições no “Partido dos trabalhadores”: “Apesar de não concordar com tudo o que é proposto é ainda o que eu acho menos ruim” (S139).

Na categoria acolhimento do Eu, vinculada à racionalidade não conservadora, observam-se contradições em 4 justificativas. Embora o grupo que se identifica com essa racionalidade demonstre preocupação com questões sociais, o sujeito, em sua racionalidade de identificação, prioriza a autoconservação. Tal comportamento é evidenciado na identificação com o “Movimento Feminista”, conforme a declaração: “Sou mulher e apoio as causas das pessoas que sofrem ao meu redor com a realidade atual” (S271), e no “Antirracismo”: “Porque faço parte das pessoas que sofrem com racismo” (S316).

À primeira vista, as justificativas de identificação revelam uma racionalidade preocupada com a humanidade, com a sociedade justa e igualitária, com as lutas, a educação para todos e com a complexidade da realidade atual, havendo uma coerência com o que os grupos Mídia Ninja e Partido dos Trabalhadores difundem como missão. Há elementos que se referem à necessidade da existência da particularidade das lutas feministas e antirracistas conectadas com a sociedade estruturalmente desigual.

Entretanto, há uma contradição que é preciso assinalar: estudantes com tendências autoritárias médias-altas, ainda que com traços encontrados como projetividade, submissão a autoridade, destrutividade e cinismo, demonstraram um procedimento de razão não conservador. Os princípios podem ser universais, mas a forma de agir e de pensar tem elementos

autoritários e não dialógicos. Embora esses sujeitos possam manifestar um procedimento de razão não conservador em suas justificativas políticas, a presença de traços autoritários em sua personalidade deixa espaço para a vulnerabilidade da influência de autoritarismos, especialmente em situações de crise e acirramento de incertezas psicossociais. É importante considerar que a propensão ao autoritarismo não é determinada apenas pelo procedimento de razão atrelado às justificativas, mas também pela interação complexa entre traços de personalidade autoritária e fatores sociais.

3.2.3. Tendência autoritária Média-Baixa

Dos 340 sujeitos totais da amostra, 196 (57,6%) possuem essa tendência, sendo 96 (49,6%) do curso de Pedagogia e 100 (51,0%) do curso de Medicina. Há significância quando ao sexo ($p < 0,001$). No curso de Pedagogia, 44,4% são do sexo feminino e 4,6% masculino. No curso de Medicina, 33% do sexo masculino e 17,9% do sexo feminino.

Tabela 16. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Sexo

Curso	Feminino	Masculino	Total
Pedagogia	87 44,4%	9 4,6%	96 49,0%
Medicina	35 17,9%	65 33,2%	100 51,0%
Total	122 62,2%	74 37,8%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em ambos os cursos, a maioria se autodeclara cisgênero; apenas 2 (1%) sujeitos do curso de Pedagogia disseram ser não binários e 1% da Medicina não possui identidade de gênero.

Os estudantes com tendência autoritária média-baixa, na Pedagogia, apresentaram a seguinte distribuição etária: 26,0% têm entre 21 e 30 anos; 18,9% entre 18 e 20 anos; 2% entre 31 e 40 anos; 1% entre 41 e 50 anos; e 1% entre 51 e 60 anos. Na Medicina: 36,2% têm entre 21 e 30 anos; 13,8% entre 18 e 20 anos; e 1% entre 31 e 40 anos. Embora haja uma maior proporção de alunos de 18 a 20 anos na amostra total do curso de Pedagogia (81%), tanto na Pedagogia quanto na Medicina a maioria daqueles com tendência autoritária média-baixa está na faixa etária de 21 a 30 anos, indicando que esses estudantes não são tão jovens quanto aqueles com tendências autoritárias altas e médias-altas.

Tabela 17. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Faixa-etária

Curso	18 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Total
Pedagogia	37 18,9%	51 26,0%	4 2,0%	2 1,0%	2 1,0%	96 49,0%
Medicina	27 13,8%	71 36,2%	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	100 51,0%
Total	64 32,7%	122 62,2%	6 3,1%	2 1,0%	2 1,0%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudantes de Pedagogia solteiros são 39,8%, casados 6,1%, união estável 2,6% e separado 0,5%. No curso de Medicina, 51% dos estudantes são solteiros. Estudantes solteiros possuem menos tendências autoritária ($p < 0,001$). Na Pedagogia, há casados e pessoas com união estável com essa tendência.

Tabela 18. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Estado civil

Curso	Solteiro	Casado	União Estável	Separado/ Divorciado	Total
Pedagogia	78 39,8%	12 6,1%	5 2,6%	1 ,5%	96 49,0%
Medicina	100 51,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	100 51,0%
Total	178 90,8%	12 6,1%	5 2,6%	1 ,5%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em termos de renda, a uma correlação significativa ($p < 0,001$). Em Pedagogia 29,6% tem uma renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos, 8,7% possuem renda entre 4 e 6 salários-mínimos, 4,6% abaixo de um salário, 3,1% entre 7 e 10 salários, 2% acima de 10 salários e 1% não souberam informar. Na Medicina, 15,3% possuem renda entre 1 e 3 salários-mínimos, 11,7% acima de 10 salários, 11,2% entre 4 e 6 salários, 1,0% abaixo de 1 salário-mínimo e 2% não souberam informar.

Tabela 19. Tendência autoritária Média-baixa, Curso e Renda

Curso	Abaixo de 1 S.M	Entre 1 e 3 S.M	Entre 4 a 6 S.M	Entre 7 a 10 S.M	Acima de 10 S.M	Não sei informar	Total
Pedagogia	9 4,6%	58 29,6%	17 8,7%	6 3,1%	4 2,0%	2 1,0%	96 49,0%
Medicina	2 1,0%	30 15,3%	22 11,2%	19 9,7%	23 11,7%	4 2,0%	100 51,0%
Total	11 5,6%	88 44,9%	39 19,9%	25 12,8%	27 13,8%	6 3,1%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em ambos os cursos, em nível de proporção, a maioria dos estudantes possui renda entre 1-3 salários-mínimos. Entretanto, no curso de Medicina, há mais representatividade nas faixas de renda mais altas, acima de 10 salários-mínimos. Percebemos que as tendências médias-baixas também podem estar na classe alta, significando que a relação do sujeito com a sociedade, a experiência, pode fazer com que, mesmo estando em um curso privilegiado e sendo de classe alta, ele não funcione simplesmente na defesa de seus benefícios.

Em relação à cor/raça, os estudantes com tendências médias-baixas do curso de Pedagogia são 233,3 brancos, 21,9% pardos, 3,1% pretos e 0,5% amarelo. Na Medicina, 26,5% são brancos, 18,8% pardos, 4,6% pretos e 1% indígenas.

Tabela 20. Tendência autoritária Média- baixa, Curso e Cor/Raça

Curso	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total
Pedagogia	46 23,5%	43 21,9%	6 3,1%	1 ,5%	0 0,0%	96 49,0%
Medicina	52 26,5%	37 18,9%	9 4,6%	0 0,0%	2 1,0%	100 51,0%
Total	98 50,0%	80 40,8%	15 7,7%	1 ,5%	2 1,0%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante observar que os estudantes indígenas apresentam menor tendência a traços autoritários, possivelmente por ainda estarem mais conectados a uma sociedade de base comunitária. Esse processo de constituição pode resultar em menor adesão a comportamentos autoritários, refletindo uma relação mais coletiva e menos hierárquica.

3.2.3.1 Identificação com grupos sociais

Dos 196 sujeitos com tendência autoritária média-baixa, 168 (85,7%) se identificaram com grupos e 28 (14,3%) não se identificaram, evidenciando significância entre esta tendência e identificação com grupos ($p = 0,006$). Especificamente, 45,4% da amostra de Pedagogia se identificou com grupos e, na Medicina, 40,3%. A identificação também ocorreu com grupos religiosos, partidos políticos, movimentos sociais e redes sociais.

Tabela 21. Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com grupos

Curso	Sim	Não	Total
Pedagogia	89 45,4%	7 3,6%	96 49,0%
Medicina	79 40,3%	21 10,7%	100 51,0%
Total	168 85,7%	28 14,3%	196 100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Em se tratando de grupos religiosos, os que apareceram nos estudantes de Pedagogia foram: evangélicos 14,8%, católicos 13,8%, espíritas 2,6%, umbanda 1,5%. No curso de Medicina: católicos 11,7%, evangélicos 10,6% e espíritas 1,0%.

Tabela 22. Tendência autoritária média-baixa e identificação com grupo religioso

Curso	Católico	Evangélico	Espírita	Umbanda	Não respondeu	Total
Pedagogia	27 13,7%	29 14,8%	5 2,6%	3 1,5%	32 16,3%	96 49,0%
Medicina	23 11,7%	25 10,6%	2 1,0%	0 0,0%	50 25,5%	100 51,0%
Total	50 25,0%	54 27,6%	7 3,6%	3 1,5%	82 41,8%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

No contexto da tendência autoritária média-baixa, a presença significativa ($p = 0,01$) de evangélicos e católicos em ambos os cursos, mas a maior diversidade religiosa na Pedagogia, incluindo umbandistas e espíritas, sugere que, mesmo em grupos religiosos com estruturas hierárquicas, há abertura para abordagens menos autoritárias.

Os movimentos sociais no curso de Pedagogia foram: “Movimento Feminista” 8,7%, “Movimento Estudantil” 8,7%, “Movimento LGBTQIA+” 5,6%, “Movimento Antirracista”: 2%, “Movimento Ambientalista” 3,1%, “Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto” 1,5%, “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” 0,5%, “Movimento Negro” 1%. Na Medicina: “Movimento LGBTQIA+” 5,6%, “Movimento Feminista” 4,6%, “Movimento Antirracista” 4,6%, “Movimento Ambientalista” 2,6%, “Movimento dos Trabalhadores sem Terra” 1,5%, “Movimento Estudantil” 1,5%, “Movimento Brasil Livre” 1,0%, “Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto” 1,0%, “Movimento Escola sem Partido” 0,5%, “Movimento *Homeschooling* Brasil” 0,5%, “Movimento Vegano” 0,5%.

Tabela 23. Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com Movimentos Sociais (Continua)

Curso	Pedagogia	Medicina	Total
Movimento Feminista	17 8,7%	9 4,6%	26 13,3%
Movimento Estudantil	17 8,7%	3 1,5%	20 10,2%
Movimento Antirracista	4 2,0%	9 4,6%	13 6,6%

Tabela 23. Tendência autoritária média-baixa e identificação com movimentos sociais (Conclusão)

Curso	Pedagogia	Medicina	Total
Movimento LGBTQIA+	11 5,60%	11 5,60%	22 11,20%
Movimento Ambientalista	3 1,50%	5 2,60%	8 4,10%
Movimento dos Trabalhadores sem Terra	1 0,50%	3 1,50%	4 2,00%
Movimento Brasil Livre	0 0,00%	2 1,00%	2 1,00%
Movimento Escola sem Partido	0 0,00%	1 0,50%	1 0,50%
Movimento Homeschooling Brasil	0 0,00%	1 0,50%	1 0,50%
Movimento Nacional da Cidadania pela vida – Brasil sem aborto	3 1,50%	2 1,00%	5 2,60%
Movimento Negro	1 0,50%	0 0,00%	1 0,50%
Movimento Vegano	0 0,00%	1 0,50%	1 0,50%
Não respondeu	39 19,90%	53 27,00%	92 46,90%
Total	96 49,00%	100 51,00%	196 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

É significativo a identificação dos sujeitos com tendência autoritária média-baixa e identificação com grupos de movimentos sociais ($p = 0,02$) No curso de Pedagogia, 8,7% dos estudantes relataram participação no Movimento Estudantil, enquanto no curso de Medicina essa participação foi de apenas 1,5%. Isso indica uma diferença marcante entre os dois grupos, com uma maior presença de estudantes de Pedagogia no Movimento Estudantil em comparação aos estudantes de Medicina, onde essa participação é consideravelmente menor. Percebemos que os grupos encontrados na Pedagogia refletem um ambiente mais engajado em causas sociais progressistas e críticas ao autoritarismo. Na Medicina, embora haja engajamento com movimentos preocupados com causas sociais, a diversidade de movimentos é maior, incluindo grupos que se autodenominam conservadores.

Nas redes sociais, a identificação ocorre na Pedagogia com “Mídia Ninja” 6,6%, “Rita Von Hunty – estudos e debates” 4,6%, “Mulheres pela Democracia ” 2,0%, “Antifascismo” 2,0%, “Brasil acima de Tudo e Deus acima de Todos” 1,0%, “Brasil Paralelo” 2,0%,

“Maternidade Atípica” 0,5%. Na Medicina: “Mídia Ninja” 3,6%, “Antifascismo” 2,6%, “Rita Von Hunty – estudos e debates” 0,5%, “Mulheres pela Democracia” 2,0%, “Minha Pátria é minha Família” 0,5%, “Brasil Paralelo” 2,6%, “Pátria Amada” 0,5% “Comunidade Liberal Clássica” 0,5 %.

Tabela 24. Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com Redes Sociais

Curso	Pedagogia	Medicina	Total
Mídia Ninja	13 6,60%	7 3,60%	20 10,20%
Rita Von Hunty – estudos e debates	9 4,60%	5 2,60%	14 7,10%
Brasil Paralelo	4 2,00%	5 2,60%	9 4,60%
Antifascismo	4 2,00%	5 2,60%	9 4,60%
Mulheres pela democracia	4 2,00%	1 0,50%	5 2,60%
Brasil acima de tudo e Deus acima de Todos	2 1,00%	0 0,00%	2 1,00%
Pátria Amada	0 0,00%	1 0,50%	1 0,50%
Maternidade atípica	1 0,50%	0 0,00%	1 0,50%
Minha pátria é minha família	1 0,50%	0 0,00%	1 0,50%
Comunidade Liberal Clássica	0 0,00%	1 0,50%	1 0,50%
Não respondeu	58 29,60%	75 38,30%	133 67,90%
Total	96	100	196

Fonte: Elaborado pela autora.

Evidenciamos que tanto na Pedagogia quanto na Medicina, há identificação com grupos preocupados com engajamento crítico e causas progressistas. Entretanto, há também a presença de grupos conservadores, mais proeminentes na Medicina, onde a diversidade ideológica é mais equilibrada entre visões progressistas e conservadoras.

Na Pedagogia, os partidos políticos foram: “Partido dos Trabalhadores” (PT) 9,2%, “Partido Liberal” (PL) 2,6%, “Unidade Popular” 0,5%, “Partido Socialismo e Liberdade” (PSOL) 1,0%, “Partido Democrático Trabalhista”(PDT) 0,5%. Na Medicina: “Partido dos Trabalhadores” (PT) 5,6%, “Partido Liberal” (PL) 2,6%, “Novo” 1,0%, “Partido da Social-Democracia Brasileira” (PSDB) 0,5%, “Democratas” (DEM) 0,5%, “Partido Democrático

Trabalhista” (PDT) 0,5%, “Partido Verde” (PV) 0,5,0% “Partido Republicanos” (PR) 0,5%. Percebemos na Pedagogia uma maior diversidade de afiliações políticas não conservadoras, como “Partido dos Trabalhadores”, “PSOL” e “Unidade Popular”, sugerindo um ambiente mais alinhado a visões progressistas e críticas ao autoritarismo. Na Medicina, embora o PT também seja o mais representado, há a presença mais equilibrada de partidos conservadores, como o PL, Novo e PSDB.

Tabela25. Tendência autoritária Média-baixa e Identificação com grupos de Partidos Políticos

Curso	Pedagogia	Medicina	Total
Partido dos Trabalhadores	18 9,2%	11 5,6%	29 14,8%
Partido Liberal	5 2,6%	5 2,6%	10 5,1%
Unidade Popular	3 1,5%	0 0,0%	3 1,5%
Partido Democrático Trabalhista	1 ,5%	1 ,5%	2 1,0%
Novo	0 0,0%	2 1,0%	2 1,0%
Partido Socialismo e Liberdade	2 1,0%	0 0,0%	2 1,0%
Partido Social-Democracia Brasileira	0 0,0%	1 ,5%	1 ,5%
Democratas	0 0,0%	1 ,5%	1 ,5%
Partido Verde	0 0,0%	1 ,5%	1 ,5%
Partido Republicanos	0 0,0%	1 ,5%	1 ,5%
Não respondeu	67 34,2%	77 39,3%	144 73,5%
Total	96 49,0%	100 51,0%	196 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos sujeitos com tendência autoritária média-baixa, os principais traços de personalidade foram: “projetividade” com 42 respostas, “destrutividade e cinismo” com 29, “submissão autoritária” com 8, “anti-intracção” com 3 respostas, “superstição e estereotipia” com 3, “convencionalismo” em 3 respostas, “sexo” em 3; agressão autoritária” com 2 – indicando que, mesmo em sujeitos com menor propensão ao autoritarismo, podem existir aqueles que possuem uma maior probabilidade de identificação com manifestações ou atos autoritários. Assim, a racionalidade da identificação com grupos sociais será realizada a partir do seguinte quantitativo: dos 168 sujeitos com tendências médias-baixas autoritárias que se

identificaram com grupos, 159 (94,6%) se identificaram e justificaram a identificação e 9 (5,4%) se identificaram, mas não se justificaram.

3.2.3.2. Procedimento de racionalidade da identificação da tendência média-baixa autoritária dos estudantes

Dos 159 participantes, 109 (68,5%) possuem uma identificação racional com grupos sociais de orientação não conservadora, enquanto 50 (31,5%) apresentam uma identificação baseada em uma racionalidade de orientação conservadora evidenciando significância de ($p = 0,001$). As categorias encontradas foram: a) acolhimento do Eu em uma perspectiva em que o sujeito é visto em constante construção e transformação; b) modelo econômico de sociedade, que busca igualdade e justiça que garantam distribuição mais justa de oportunidades e recursos; c) críticas sociais, refletindo insatisfação com estruturas e normas existentes, questionando injustiças e desigualdades para propor transformações sociais; d) verdade, que se refere à busca por afirmações ou ideias que correspondam à realidade objetiva, fundamentadas em fatos, evidências ou consenso racional, e resistindo a distorções ou manipulações; e) conhecimento científico/informação, que abrange a busca por fatos, dados e explicações racionais baseados em estudos e evidências científicas; e, por último, f) crença/fé e g) tradição e família.

A racionalidade não conservadora se expressa na categoria acolhimento do eu, a partir de justificativas cuja identificação ocorre com grupos, como o “Movimento Feminista”: “Como mulher, vejo a importância da luta pela garantia dos direitos das mulheres (S222); “Movimento LGBTQIA”+: “Sou um homem gay e minha existência depende disso” (S311), “Porque me sinto pertencente a este grupo por ser de esquerda” (S336). Essas declarações, atreladas a um procedimento de razão não conservador, indicam que as escolhas racionais desses indivíduos estão fortemente vinculadas às suas identidades e aos grupos sociais que os acolhem e validam essas identidades.

Em se tratando da busca por um modelo de sociedade, a racionalidade se desenvolve a partir de justificativas que se identificam com grupos “Antifascismo”: “Acredito que nenhuma nacionalidade ou etnia é superior a outra” (S176); “Mídia Ninja”: “As ideias são compatíveis com os princípios que defendo, como justiça, igualdade e liberdade” (S276), demonstrando a busca por um modelo de sociedade que possa romper com as estruturas tradicionais de poder, desigualdade e opressão, em favor de uma convivência mais inclusiva e democrática.

No que se refere às críticas sociais, a racionalidade da identificação ocorre a partir de justificativas com o grupo “Mídia Ninja”: “Exposição crítica de questões políticas e sociais, permite reflexão” (S117); “Rita Von Hunty- Estudos e Debates”: “A Rita representa quebra de

paradigma e eu acredito que com a visão de mundo e o conhecimento que ela torna acessível as pessoas poderão ter autonomia de pensamento, "Compactuo com as ideias defendidas pela Rita, tanto em relação à comunidade LGBTQIA+, quando ao debate político que ela tece" (S49). A crítica social aqui é movida pela necessidade de autonomia de pensamento e de exposição crítica, utilizando plataformas e figuras que desafiam as normas e promovem debates inclusivos.

A racionalidade da identificação com grupos também se desenvolve nas redes sociais com justificativas que manifestam a busca pela verdade, como "Mídia Ninja": "Postam notícias relevantes que informam o leitor sem propagar *fake news* ou discursos de ódio" (S143), "Dando voz e mostrando a verdade" (S65), "As ideias são pautadas na verdade" (S124). Essas justificativas indicam que as críticas sociais estão ligadas a um desejo de promover mudanças através da reflexão, da educação e da quebra de paradigmas, dentro de uma perspectiva crítica e acessível, estimulando debates que ajudam a formar uma sociedade mais consciente e participativa.

Em relação ao conhecimento científico/informação, "Rita Von Hunty": "Acho temas abordados em seus vídeos do YouTube muito necessários para se compreender várias questões sociais e históricas. Além disso me identifico com seu toque de ironia" (S129), "Fonte muito criteriosa de informação e reflexão"; e "Mídia Ninja": "Pela informação transmitida" (S105) – ou seja, são redes reconhecidas como fonte confiável de conhecimento e informação, que ajudam a entender questões sociais e políticas de forma mais crítica e criteriosa, além de estimularem o pensamento independente.

Em contrapartida, foi possível identificar um procedimento de racionalidade conservadora entre as tendências médias-baixas por crença/fé, envolvendo justificativas com grupos "católicos": "Me identifico com esta religião, pois me leva a Deus, a Nossa Senhora e ao Espírito Santo e pelos seus sacramentos" (S117); "evangélico": "A fé em Jesus Cristo é a coisa mais importante da minha vida, e seus ensinamentos exigem a congregação com os outros irmãos" (S214), "Eu acredito em Deus e a ética e moral protestante estão, em geral, alinhados com as minhas crenças e pensamentos" (S330). Esse procedimento se caracteriza pela priorização de crenças e dogmas em detrimento de uma análise crítica e racional da realidade. E onde a crença cega prevalece sobre a dúvida, promove-se a conformidade, o que demonstra superstição e estereotipia.

Há também justificativas que relacionam a identificação com grupos a partir da tradição e família, ligadas a grupos religiosos, como "católico": "Tradição, família e fé religiosa" (S202);

“Movimento *Homeschooling* Brasil”: “Me identifico com este grupo, porque foi algo já estabelecido pela minha família” (S214); “Movimento Nacional da Cidadania pela vida – Brasil sem Aborto”: “Acredito que a vida se dá no momento da fecundação. Discordo de qualquer iniciativa abortiva” (S243). Essas justificativas revelam uma tendência de identificação com princípios de ordem moral e familiar, refletindo submissão à autoridade e conformismo convencional, mesmo que a postura autoritária do sujeito seja considerada média-baixa.

A racionalidade conservadora busca justificar sua identificação com grupo a partir de modelo de sociedade, como o “Partido Novo”: “Me identifico pois sou a favor das liberdades econômicas e individuais” (S318); “Partido Liberal”: “Prioriza os meios de produção” (S234), “Liberdade é essencial para minha visão em todos os âmbitos” (S235), o que sugere uma afinidade com políticas e ideias que promovem a ordem social em prol de um conservadorismo social, mas também econômico, que se expressa por meio do convencionalismo, com foco na preservação da ordem social e econômica, enfatizando liberdades econômicas e individuais.

Na categoria críticas sociais, a racionalidade conservadora se expressa na justificativa de identificação com o grupo “Antifascismo”: “Fogo nos fascistas para exterminar estas ervas daninhas até a raiz” (S151). Aqui chama a atenção que este é um grupo que se autodenomina não conservador. Entretanto evidencia as categorias de agressão autoritária e projetividade, ao utilizar uma retórica violenta e punitiva que reflete o mesmo mecanismo conservador e autoritário que pretende combater, o que acaba reproduzindo atitudes semelhantes às dos próprios fascistas.

Os achados revelam que ao se envolverem em comunidades que compartilham dos mesmos ideais e crenças, os sujeitos acabam por se fechar para perspectivas divergentes, tornando-se menos tolerantes com aqueles que não compartilham das mesmas convicções. Isso conduz à polarização e à divisão na sociedade, em que a discordância é vista como uma ameaça aos valores do grupo e, portanto, deve ser rejeitada ou mesmo silenciada.

De outro lado, assim como no procedimento de racionalidade conservadora identificado nos sujeitos com tendência autoritária média-alta, uma pequena parcela daqueles que possuem uma tendência menor ao autoritarismo ainda mantém elementos que evidenciam irracionalidades, revelando um sujeito alienado que se encontra em estado de separação e estranhamento em relação a si mesmo e ao mundo ao seu redor. Tal o impede de desenvolver uma consciência crítica e autônoma, tornando-o mais suscetível a seguir grupos ou figuras de autoridade. A influência dessa ambivalência é profundamente moldada por diferentes contextos e experiências individuais.

3.2.4.1 Tendência autoritária baixa

Dos 340 sujeitos, 107 (31,5%) possuem tendência autoritária baixa, sendo 54 (32,1%) do curso de Pedagogia e 53 (30,8%) do curso de Medicina. Há uma correlação significativa entre sexo e curso ($p < 0,001$) ao sexo, na Pedagogia, há predominância de mulheres (92,6%); alunos do sexo masculino são 7,4%. No curso de Medicina, a distribuição entre os gêneros é mais equilibrada: 54,7% do sexo feminino e 45,3% do masculino.

Tabela 26. Tendência autoritária Baixa, Curso e Sexo

Curso	Feminino	Masculino	Total
Pedagogia	50 46,7%	4 3,7%	54 50,5%
Medicina	29 27,1%	24 22,4%	53 49,5%
Total	79 73,8%	28 26,2%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Interessante observar que, diferentemente das demais tendências autoritárias, no curso de Medicina, aqueles com tendência baixa, ainda que de modo sutil, são as mulheres. Além disso, predominam estudantes cisgênero – 50,5% na Pedagogia e 47,7% na Medicina -, com 1 estudante (0,9%) que é não binário e 0,9% que não possui identidade de gênero.

Na Pedagogia, 27,1% dos alunos estão na faixa de 21 a 30 anos, 15,0% possuem de 18 a 20 anos, 6,5% de 31 a 40 anos e 1,9% de 41 a 50 anos. Na Medicina, 41,1% estão na faixa de 21 a 30 anos, 7,5% de 18 a 20 anos, 0,9% de 31 a 40 anos. É significativo ($p = 0,007$) que em ambos os cursos, predomina a faixa etária de 21 a 30 anos, embora a Pedagogia tenha um pequeno percentual de estudantes mais velhos, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 27. Tendência autoritária Baixa, Curso e Faixa-etária

Curso	Até 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	Total
Pedagogia	16 15,0%	29 27,1%	7 6,5%	2 1,9%	54 50,5%
Medicina	8 7,5%	44 41,1%	1 ,9%	0 0,0%	53 49,5%
Total	24 22,4%	73 68,2%	8 7,5%	2 1,9%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere ao estado civil, no curso de Pedagogia, 83,3% dos alunos são solteiros, 7,4% são casados, 5,6% estão separados/divorciados, 3,7% se encontram em uma união estável. No curso de Medicina, 96,2% dos alunos são solteiros, 3,8% estão em união estável. Na tendência autoritária baixa, não há estudantes casados ou separados no curso de Pedagogia.

Esses resultados refletem a tendência geral da amostra: alunos casados ou separados são mais comuns no curso de Pedagogia.

Tabela 28. Tendência autoritária Baixa, Curso e Estado civil

Curso	Solteiro	Casado	Separado/Divorciado	União Estável	Total
Pedagogia	45 42,1%	4 3,7%	3 2,8%	2 1,9%	54 50,5%
Medicina	51 47,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 1,9%	53 49,5%
Total	96 89,7%	4 3,7%	3 2,8%	4 3,7%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à cor/raça, no curso de Pedagogia, 21,5% dos alunos se identificam como pardos, 17,8% como brancos, 7,5% como pretos, 1,9% como amarelos e 1,9% como indígenas. No curso de Medicina, 22,4% se identificam como pardos, 19,6% como brancos e 7,5% como pretos. Esses resultados também refletem a tendência geral encontrada na amostra total, na qual os grupos pardos e brancos predominam e há pouca quantidade significativa de pretos e ainda menor de alunos amarelos e indígenas.

Tabela 29. Tendência autoritária Baixa, Curso e Cor/Raça

Curso	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total
Pedagogia	19 17,8%	23 21,5%	8 7,5%	2 1,9%	2 1,9%	54 50,5%
Medicina	21 19,6%	24 22,4%	8 7,5%	0 0,0%	0 0,0%	53 49,5%
Total	40 37,4%	47 43,9%	16 15,0%	2 1,9%	2 1,9%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

A correlação entre renda e curso indica uma relação estatisticamente significativa ($p = 0,02$). A maioria dos alunos da Pedagogia, (29,9%), tem renda entre 1 e 3 salários-mínimos, seguida por 13,1% de 4 a 6 salários-mínimos, 5,6% com renda entre 7 e 10 salários-mínimos, enquanto apenas 0,9% se encontram abaixo de 1 salário-mínimo e 0,9% acima de 10 salários-mínimos. Na Medicina, 16,8% têm renda entre 1 e 3 salários-mínimos, 12,1% entre 4 e 6 salários-mínimos, 9,3% têm renda acima de 10 salários-mínimos, 8,4% entre 7 e 10 salários-mínimos, 1,9% se encontram abaixo de 1 salário-mínimo e 0,9% não souberam informar sua renda.

Tabela 30. Tendência autoritária Baixa, Curso e Renda

Curso	Abaixo de 1 S.M	Entre 1 e 3 S.M	Entre 4 a 6 S.M	Entre 7 a 10 S.M	Acima de 10 S.M	Não sei informar	Total
Pedagogia	1 0,9%	32 29,9%	14 13,1%	6 5,6%	1 0,9%	0 0,0%	54 50,5%
Medicina	2 1,9%	18 16,80%	13 12,1%	9 8,4%	10 9,3%	1 0,9%	53 49,5%
Total	3 2,80%	50 46,70%	27 25,20%	15 14,00%	11 10,30%	1 0,90%	107 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

De forma geral, os alunos de Pedagogia estão mais concentrados nas classes de renda mais baixa (classes D e E), enquanto os alunos da Medicina têm uma distribuição mais equilibrada, com presença considerável nas classes C, B e A, indicando maior poder aquisitivo entre os estudantes com tendência autoritária baixa.

3.2.4.2 Identificação com grupos

No que se refere aos 107 sujeitos que possuem tendências autoritárias baixas, 98 (91,6%) se identificam com grupos sociais e 9 (8,4%) não se identificam. Especificamente, a identificação ocorre, na Pedagogia, em 48,6% da amostra total e 43,0% do curso de Medicina.

Tabela 31. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos

Curso	Sim	Não	Total
Pedagogia	52 48,6%	2 1,9%	54 50,5%
Medicina	46 43,0%	7 6,5%	53 49,5%
Total	98 91,6%	9 8,4%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

No curso de Pedagogia, 14,0% dos alunos se identificam com o “Movimento Feminista”, 7,5% com o “Movimento Antirracista”, 8,4% com o “Movimento LGBTQIA+”, 4,7% com o “Movimento Estudantil”. Além disso, 1,9% se identificam com o “Movimento dos Trabalhadores sem Terra”, e 1,9% com o “Movimento Ambientalista”. No curso de Medicina, 13,1% se identificam com o “Movimento Feminista”, 8,4% com o “Movimento Antirracista”, 5,6% com o “Movimento LGBTQIA+”, 3,7% com o “Movimento Ambientalista”, 1,9% com o “Movimento dos Trabalhadores sem Terra” e 1,9% “Movimento Brasil Livre”, 0,9% com o “Movimento Estudantil” e 0,9% com a “Juventude Socialista”. Em ambos os cursos, a maioria dos grupos é não conservadora, exceto o “Movimento Brasil Livre” (1,9%) no curso de Medicina:

Tabela 32. Tendência autoritária Baixa e Identificação com Movimentos Sociais

Grupos de Movimentos Sociais	Pedagogia	Medicina	Total
Movimento Feminista	15 14,0%	14 13,1%	29 27,1%
Movimento Antirracista	8 7,5%	9 8,4%	17 15,9%
Movimento LGBTQIA+	9 8,4%	6 5,6%	15 14,0%
Movimento Estudantil	5 4,7%	1 ,9%	6 5,6%
Movimento Ambientalista	2 1,9%	4 3,7%	6 5,6%
Movimento dos Trabalhadores sem Terra	2 1,9%	2 1,9%	4 3,7%
Movimento Brasil Livre	0 0,0%	2 1,9%	2 1,9%
Juventude socialista	0 0,0%	1 ,9%	1 ,9%
Não respondeu	13 12,1%	14 13,1%	27 25,2%
Total	54 50,5%	53 49,5%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a grupos em redes sociais, entre os alunos de Pedagogia: 11,2% se identificam com “Rita Von Huntly – estudos e debates”, 8,4% com “Mídia Ninja”, 3,7% com “Antifascismo” e 1,9% com “Galãs Feios”, 0,9% com “Mulheres pela Democracia”, 0,9% com “Centro de Estudos Socialistas”, e 0,9% “Todos com Ciro”. Na Medicina: 9,3% se identificam com “Mídia Ninja”, 5,6% com “Antifascismo” e 1,9% com “Rita Von Huntly – estudos e debates”. 0,9% com “Brasil Paralelo”, 0,9% com “Mulheres pela Democracia”, 0,9% com “Galãs Feios”, 0,9% com “Meteoro Brasil”, 0,9% com “Elias Jabbour”, e 0,9% “Café com Boulos”. A maior parte dos grupos com os quais os alunos de Pedagogia e Medicina se identificam está alinhada com pautas voltadas para justiça social, direitos humanos e igualdade. No entanto, na Medicina, há a presença do “Brasil Paralelo” (0,9%), que possui ideias mais conservadoras, o que destoa do perfil predominante entre os demais grupos mencionados.

Tabela 33. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos em Redes Sociais (Continua)

Curso	Pedagogia	Medicina	Total
Mídia Ninja	9 8,4%	10 9,3%	19 17,8%
Rita Von Huntly – estudos e debates	12 11,2%	2 1,9%	14 13,1%
Antifascismo	4 3,7%	6 5,6%	10 9,3%

Tabela 33. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos em Redes Sociais (Conclusão)

Curso	Pedagogia	Medicina	Total
Galã feios	2 1,9%	1 ,9%	3 2,8%
Mulheres pela democracia	1 ,9%	1 ,9%	2 1,9%
Brasil Paralelo	0 0,0%	1 ,9%	1 ,9%
Centro de estudos socialistas	1 ,9%	0 0,0%	1 ,9%
Todos com Ciro	1 ,9%	0 0,0%	1 ,9%
Meteoro Brasil	0 0,0%	1 ,9%	1 ,9%
Elias Jabbour	0 0,0%	1 ,9%	1 ,9%
Café com Boulos	0 0,0%	1 ,9%	1 ,9%
Não respondeu	24 22,4%	29 27,1%	53 49,5%
Total	54 50,5%	53 49,5%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando à identificação com grupos religiosos: entre os estudantes de Pedagogia, 11,2% se identificam como “católicos”, 8,4% “evangélicos”, 2,8% “espíritas” 0,9% “testemunhas de Jeová”, e 0,9% “umbanda”. No curso de Medicina: 7,5% dos alunos são “católicos”, 6,5% “evangélicos”, 6,5% “espíritas” e 0,9% “umbanda”. Diferentemente das demais tendências, chama a atenção a maior quantidade de identificações com grupos espíritas nos sujeitos com tendência baixa autoritária. Talvez isso se deva à missão do grupo, mais ligada a questões de igualdade e fraternidade.

Tabela 34. Tendência autoritária Baixa e Identificação com grupos Religiosos

Curso	Católico	Evangélico	Espírita	Testemunha de jeová	Umbanda	Não respondeu	Total
Pedagogia	12 11,2%	9 8,4%	3 2,8%	1 ,9%	1 ,9%	28 26,2%	54 50,5%
Medicina	8 7,5%	7 6,5%	7 6,5%	0 0,0%	1 ,9%	30 28,0%	53 49,5%
Total	19 18,7%	15 14,9%	10 9,3%	1 ,9%	2 1,9%	58 54,2%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere a partidos políticos, entre os alunos de Pedagogia, 16,8% se identificaram com o “Partido dos Trabalhadores” (PT), 2,8% com o “Partido Socialismo e Liberdade” (PSOL), e 2,8% com a “Unidade Popular”, 0,9% com o “Partido Democrático Trabalhista” (PDT), e 0,9% com o “Partido Comunista” (PCB). No curso de Medicina, 11,2%

dos alunos se identificaram com o “Partido dos Trabalhadores” (PT), 1,9% com o “Partido Socialismo e Liberdade” (PSOL), 0,9% com o “Partido Democrático Trabalhista” (PDT), e 0,9% “Unidade Popular”. Tanto na Pedagogia quanto na Medicina, os alunos que se identificaram com partidos políticos parecem valorizar princípios voltados à inclusão social e ao bem comum. As escolhas refletem interesse por causas coletivas e desejo de promover mudanças significativas na sociedade.

Tabela 35. Tendência autoritária Baixa e Identificação com Movimentos Sociais

Curso	Partido dos Trabalhadores	Partido Socialismo e Liberdade	Unidade Popular	Partido Democrático Trabalhista	Partido Comunista	Não respondeu	Total
Pedagogia	18 16,8%	3 2,8%	3 2,8%	1 ,9%	1 ,9%	28 26,2%	54 50,5%
Medicina	12 11,2%	2 1,9%	1 ,9%	1 ,9%	0 0,0%	37 34,6%	53 49,5%
Total	30 28,0%	5 4,7%	4 3,7%	2 1,9%	1 ,9%	65 60,7%	107 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em apenas 5 sujeitos com tendências autoritárias baixas foram encontrados traços altos de personalidade autoritária. Os traços altos se expressaram em destrutividade e cinismo (5) respostas e projetividade (1). Tal indica que a maioria dos estudantes que participou da pesquisa possui propensão bastante baixa em relação ao autoritarismo. E, assim como nas demais tendências, o procedimento de racionalidade foi realizado considerando aqueles que, além de se identificarem com grupos, justificaram sua identificação.

3.2.4.3 Procedimento de racionalidade de identificação da tendência autoritária baixa

Das 98 identificações com grupo, 95 justificaram o porquê da identificação e 3 não. Dentre os 95, encontramos 90 (94,7%) que possuem um procedimento de razão não conservador e 5 (5,2%) que sim. Assim como no procedimento não conservador da tendência média-baixa, aqui as categorias encontradas foram: a) modelo econômico de sociedade, b) acolhimento do eu, c) crença/fé, d) tradição e família, e) críticas sociais, e) conhecimento científico/informação, f) assumir contradições.

Nesse contexto, o procedimento de racionalidade que se expressa a partir do modelo de sociedade apresenta justificativas quanto à identificação com grupos, como o “Partido Democrático Trabalhista” (PDT): por "Reformas em favor dos trabalhadores" (S63); “Partido dos Trabalhadores” pela "Defesa dos direitos trabalhistas e políticas de reparação histórica e defesa de minorias"; “Antirracista”: por considerar que "A população negra sofre diariamente o mito da igualdade social, em uma sociedade fundada no racismo e escravidão, no qual não é discutido como esse processo afeta socialmente a vida dessa população” (S316). Percebe-se

que suas justificativas priorizam ainda mais ações que enfrentam desigualdades históricas e promovem justiça social e reforçam a ideia de um enfoque mais incisivo nas ações.

A categoria acolhimento do Eu revela uma racionalidade justificada em grupos religiosos como o “espírita”: "Porque, além da religiosidade me proporcionar liberdade nas minhas ações, é um grupo que valoriza muito a prática em prol das causas sociais" (S150), "O autodescobrimento e melhora íntima são o caminho da evolução junto a caridade" (S256); “Movimento LGBTQIA+”: "Eu sou uma mulher lésbica e acredito na militância como caminho possível para construção do respeito" (S2). Esse contexto demonstra como a liberdade e a caridade se unem à militância identitária em prol de causas sociais do respeito mútuo.

A racionalidade não conservadora a partir da crença e fé se justifica com grupos como o “espírita”: por "Liberdade e fraternidade" (S101), "Caridade e compaixão com o próximo" (S301); e o “evangélico”: "Por ter ideais de amor, caridade e perdão" (S160). Nesse caso, a questão da crença/fé se apresenta de modo não rígido ou dogmático, mas como ferramenta de promoção do amor, da compaixão e do bem-estar do próximo. Isso revela uma racionalidade baseada na prática ética e nos valores universais, onde a fé serve como um guia para ações que promovem harmonia social e desenvolvimento pessoal.

Quanto às críticas sociais, a racionalidade não conservadora usa a justificativa de identificação com grupos “Antifascismo”: "Pois após Bolsonaro o fascismo tomou espaço e não podemos deixar que isso aconteça em nosso país" (S161), "Me identifico com este meio de comunicação por proporcionar uma reflexão sobre variados assuntos de forma racional e crítica" (S134); “Mídia Ninja”: "Porque a “Mídia Ninja” tornou-se uma rede de cuidado, denúncia, acolhimento, informação de notícias e acontecimentos a partir de uma perspectiva democrática, inclusiva, antirracista e com meus ideais” (S120), o que evidencia uma crítica à ação política e resistência ativas, com ênfase na inclusão e na justiça social.

A racionalidade não conservadora na categoria conhecimento científico/informação se desenvolve a partir de justificativa de identificação com grupos como “Rita Von Hunty – estudos e debates”: "Representa um bom canal de divulgação científica"(S138), "Construção de conhecimento da realidade a partir de leituras importantes e necessárias" (S146); “Mídia Ninja”: "A página traz sempre informações dos acontecimentos bons e ruins a respeito das pautas que acredito serem importantes" (S44). Tal revela ênfase na busca por um conhecimento concreto e aplicável, voltado à compreensão crítica e informada das pautas sociais contemporâneas, o que demonstra um compromisso com a construção de uma visão de mundo baseada em informação confiável e transformação social.

Em relação à racionalidade não conservadora que assume contradições, as justificativas revelam identificação com o grupo “evangélico”: "Me identifico apenas como cristão, mas não concordo plenamente com todos os ideais" (S154), "Jesus, mas o que estão fazendo com a associação ao bolsonarismo é triste". Ao mesmo tempo, elas apontam uma postura crítica, dentro da identificação religiosa, em que o indivíduo consegue se posicionar de forma autônoma, questionando as contradições entre os valores religiosos e as práticas políticas associadas ao grupo. Ao assumir essas discordâncias, a racionalidade se distancia de uma adesão cega, refletindo um compromisso com a ética cristã, mas sem submissão a ideologias que distorcem seus princípios.

Percebe-se também que, mesmo nos sujeitos dessa faixa com tendência autoritária, há propensão ainda menor ao autoritarismo em comparação à faixa média-baixa, indicando uma postura mais firme em favor da igualdade, da liberdade individual e da justiça social e uma aversão mais acentuada a qualquer forma de opressão ou controle centralizado, defendendo, de maneira mais enfática, transformações sociais que desafiem as normas estabelecidas e promovam uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades, ou seja, são mais críticos em relação às injustiças e mais resistentes a manipulações ideológicas, valorizando a racionalidade e a objetividade.

Em se tratando dos 5 sujeitos com tendência média-baixa e procedimentos de racionalidade conservadora, esta se desenvolve a partir de valores e costumes influenciados pela família a partir dos grupos: “católico”: "Devido à minha criação e convivência familiar" (S69); “espírita”: "Acredito em Deus e também que existam bons e maus espíritos, outras vidas e sou médium" (S77); “evangélico”: "Minha criação foi com base em princípios evangélicos" (S70); acolhimento do eu pelo “Movimento Brasil Livre”: "É o que mais se aproxima dos meus ideais e modelo de sociedade" (s264), “Mais orientação liberal" (S42). Ficou também evidenciado um procedimento de razão irracional atrelado a justificativas conservadoras com traços de destrutividade e cinismo, e projetividade, demonstrando adesão rígida a valores religiosos e familiares, que projetam forças externas como boas ou más. Esse comportamento aponta a ausência de pensamento crítico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manifestações autoritárias se acirram no neoliberalismo, mas sempre existiram no Brasil, seja na forma de regime de Estado ou em governos autoritários eleitos, na sociedade e em indivíduos. Compreendemos que uma determinação que favorece a constituição de sujeitos autoritários é uma civilização que tem sua base na exploração, na desigualdade e na desumanização. Quando a dinâmica social provoca elementos como a pobreza e a exclusão, uma crise se instala, fazendo com que se fortaleçam ideias conservadoras, seja da classe que não quer perder o poder ou de sujeitos que, em constante ameaça, se sentem inseguros e ressentidos e reforçam suas opiniões e posturas cristalizadas para a autoconservação. Isso em uma sociedade em que os resquícios da democracia formal estão cada vez mais incipientes, como no neoliberalismo.

Com relação aos aspectos psicológicos dos sujeitos, questões como enfraquecimento do ego, narcisismo, ressentimento, medo, ódio, desejo de mudança, seja social ou pessoal, exercício de uma razão diminuída de suas potencialidades - que são dinâmicas do capitalismo - podem levar os indivíduos a se identificarem com manifestações autoritárias. Quando o desejo de mudança se combina com o medo de não atingir interesses pessoais, os indivíduos podem aderir e se identificar com grupos, hoje muito fortes nas redes sociais, que se ampliam e oferecem soluções autoritárias. Nesse sentido, a juventude que, historicamente, tem sido um motor de transformação social, torna-se vulnerável à manipulação autoritária, especialmente quando exposta a ambientes e grupos que não promovem o pensamento crítico.

A partir da pesquisa, percebemos que, embora a maioria dos estudantes demonstre tendências autoritárias médias baixas e baixas, existem estudantes com inclinações autoritárias médias altas em grande quantidade e ainda 2 deles com altas tendências. Esses dados sugerem que, por serem estudantes universitários, apesar de a contribuição da educação superior se destinar, em seu princípio originário, à formação de cidadãos reflexivos e à convivência com a diversidade de conhecimento e de estudantes, há desafios a serem enfrentados no que diz respeito às tendências autoritárias que se manifestam em seu interior. Repensar o quanto a universidade adere a procedimentos operacionais, a uma razão pragmática e funcional, como debate Marilena Chauí, é fundamental para que esse lugar de socialização seja de debate e de constituição de sujeitos resistentes ao *modus operandi* da sociedade do capital. Outro ponto a ser discutido é que outros processos de socialização ocorridos antes da entrada na educação superior podem estruturar a personalidade e permanecerem apesar do atravessamento da formação realizada pela universidade.

Percebemos que as tendências autoritárias altas encontradas em 2 estudantes de grupos minorizados (mulher, preta e transgênero) de classe social baixa e na faixa mais jovem da amostra revelam o quanto é importante considerar a dinâmica psíquica dos sujeitos, a contradição dos que defendem o sujeito de fala apenas baseados nas características fenotípicas e nas abordagens sociológicas objetivistas. É necessário um debate maior articulado com o modo de produção da sociedade e com o dinamismo psíquico de identificação que propicia a adesão de jovens ao autoritarismo.

Entre os 35 sujeitos com tendência autoritária média-alta, a maioria (54,3%) pertence ao curso de Medicina, com renda familiar de 4 até acima de 10 salários-mínimos, sendo, em sua maioria, homens brancos. Em contraste, no curso de Pedagogia, 45,7% dos sujeitos possuem renda familiar entre 1-3 salários-mínimos, são predominantemente mulheres e com maior diversidade racial, incluindo pardos e pretos. Esses dados indicam a presença de tendências autoritárias em recantos que não são objeto de análise imediata (mulher de classe social baixa), mostrando quanto do autoritarismo pode ser interiorizado por quem devia romper com o ciclo que, por anos, vem sendo organizado pela base da sociedade burguesa machista. Além do mais, é contínuo que uma parcela da juventude branca e de classe social mais elevada reproduza tendências autoritárias que fazem preservar privilégios socioeconômicos.

Quando a identificação com grupos, dos 35 sujeitos, 29 se identificam com grupos e 25 além de se identificar, justificam o porquê da identificação. Dos 25 sujeitos com tendência média-alta que justificaram a identificação com grupos, 18 (72%) possuem uma racionalidade conservadora e 7 (28%), uma racionalidade não conservadora, mostrando que o exercício de uma razão baseada em preceitos conservadores, que não se confronta com a experiência, que estabelece conservas estáticas e heterônomas e que está ligada à pertença a um grupo é fundamental para a tendência autoritária. O pensamento de identificação determina justificativas que revelam uma tendência a buscar segurança na preservação de estruturas sociais rígidas, tradições familiares, acolhimento do eu, ou mesmo por um modelo econômico de sociedade. Neste contexto, a manutenção da ordem é vista como essencial à estabilidade social e qualquer ameaça a essa ordem é percebida como um perigo ou um inimigo a ser combatido.

A partir das justificativas dos estudantes, organizamos a racionalidade nas seguintes categorias: a) Tradição e Família, b) Acolhimento do Eu, em que predomina a defesa de princípios ligados à autoconservação, personalistas, c) Modelo Econômico de Sociedade d) Crença e Fé e o último e) Assume Contradições da realidade. Percebemos que a identificação

com grupos está presente na maioria dos estudantes e ocorre com “Religiosos” principalmente “católicos” e “evangélicos”, em grupos de “Partidos Políticos” como o “Partido Liberal” e o “Partido Social Cristão” e em redes sociais dos grupos “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos” e “Brasil Paralelo”. Entretanto, o que é mais determinante não é a identificação com grupos, mas a racionalidade da identificação ser embasada em aspectos e mecanismos irracionais, que destinam ao outro explicações sobre a vida e sobre o mundo. Também é significativo que, em sua grande maioria, a racionalidade da identificação se assemelhe àquilo que o grupo prega como sua missão. O procedimento de razão irracional nos sujeitos com tendência autoritária média-alta revela que tendem a seguir um pensamento lógico funcional com relação à sociedade vigente, que serve a interesses que mantêm a ordem social.

Os traços autoritários revelam a disposição desses estudantes de seguirem figuras de autoridade sem questionamento, projetar suas próprias ansiedades e inseguranças em outros grupos ou indivíduos, buscar controle e dominação, supersticiosidade, bem como maior predisposição para seguir lideranças ou ideologias que mantêm essas estruturas, legitimando a hierarquia como pilares fundamentais para a harmonia social e minimizando o espaço para a diversidade e o questionamento das normas estabelecidas. Tal processo resulta na eliminação de ideias críticas, anteriormente vistas como não conservadoras, mas, agora, consideradas potencialmente perigosas. Isso leva a uma apresentação tendenciosa dos fatos, à manipulação de informações e a mudanças de ênfase que acabam por impedir o esclarecimento. Essa constatação da pesquisa também revela a coerência entre os traços autoritários médios altos dos estudantes com a racionalidade da identificação.

Quanto aos 7 (28%) sujeitos com tendência autoritária média-alta que possuem identificação baseada em uma racionalidade que apresenta contradições, percebemos que as justificativas se relacionaram à necessidade de transformação social do modelo social vigente e à exposição de uma forma de pensar atenta às contradições da sociedade capitalista. Mas também apresentaram justificativas que transitam entre melhorar pontos da sociedade relacionados com a própria identidade de ser mulher, ser negra etc. Esses sujeitos se identificaram principalmente com grupos, como o “Partidos dos trabalhadores” e movimentos sociais, como “Feminista” e “Antirracista”.

Os traços se entrelaçam com a justificativa, pois têm como base a necessidade de acolhimento e segurança, ou seja, autoconservação. Embora defendam a justiça social e a igualdade, também anseiam por algo ou alguém que mantenha a ordem e o controle, reverberando a categoria da submissão autoritária. Esse dado revela que o autoritarismo não se

manifesta apenas nas justificativas que os sujeitos dão sobre sua identificação com grupos, mas também nos próprios traços da personalidade. Indica um conflito interno entre a necessidade de segurança e ordem, associada a características autoritárias, e o desejo de mudança e justiça social, próprios de uma racionalidade não conservadora, o que pode significar uma tentativa de romper tanto com o *status quo* autoritário quanto fortalecer uma identificação com o autoritarismo, dependendo de como essas necessidades internas se alinham às circunstâncias externas.

No que tange os 196 sujeitos com tendência autoritária média-baixa, 168 se identificam com grupos, e, desses, 159 também justificam essa identificação. Dentre esses 159, 109 (68,5%) possuem uma racionalidade não conservadora, enquanto 50 (31,5%) demonstram uma racionalidade conservadora. Entre os 107 sujeitos com tendência autoritária baixa, 98 se identificam com grupos, e, desses, 95 também justificam suas escolhas. Desses 95 sujeitos, 90 (94,7%), segue também uma racionalidade não conservadora. Isso significa dizer que em ambas as tendências, os sujeitos, tendem a se identificar com grupos que defendem os princípios de igualdade, como movimentos sociais ligados ao feminismo, antirracismo, LGBTQIA+, Antifascismo, Mídia Ninja.

Quanto aos 50 (31,5%) sujeitos cuja racionalidade é conservadora, embora em número bem menor, estudantes de dentro da faixa de tendências autoritárias médias baixas com uma racionalidade conservadora, que também está presente nos grupos de sua identificação, sejam religiosos, como “evangélicos” e “católicos”, sejam partidos políticos, como “Partido Político Liberal”, “Partido Novo” e “Partido Republicanos”. Ainda, movimentos sociais, como o “Movimento Brasil Livre”, “Movimento Brasil sem Aborto”, “Escola sem Partido”, “Homeschooling Brasil” e nas redes sociais, como “Brasil Paralelo”, “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos” e “Pátria Amada”. Chamou a atenção também o caso de um sujeito que se identificou com o grupo judeu, mas cuja justificativa asseverava: “Fogo nos fascistas para exterminar estas ervas daninhas até a raiz”. Essa expressão, embora se oponha ao fascismo, carrega em si uma retórica tão violenta que, paradoxalmente, reflete um comportamento autoritário. A contradição aqui está no fato de que, ao adotar uma atitude de violência contra o autoritarismo, o sujeito pode acabar reproduzindo a mesma lógica autoritária que deseja combater.

A predisposição ao autoritarismo entre estudantes com tendência autoritária média-baixa e baixa e uma racionalidade conservadora está principalmente ligada a traços de personalidade como projetividade e destrutividade e cinismo. Segundo Adorno (2019), essas

características refletem uma tendência a projetar medos ou desejos internos em outras pessoas ou grupos, gerando atitudes de rejeição ou hostilidade. Nesse contexto, evidenciamos que, mesmo entre esses sujeitos, há um procedimento de razão irracional manifestado na forma da rigidez ideológica ou impulsividade e que, em situações de pressão social ou emocional, podem adotar comportamentos que contradizem os valores igualitários que dizem defender.

As tensões e contradições presentes na racionalidade desses sujeitos corroboram os achados de Adorno (2019), indicadores de que, em determinados contextos, alguns sujeitos podem ser mais suscetíveis ao autoritarismo não apenas devido a fatores psíquicos, como a falta de controle emocional e impulsividade, mas também por influência das condições socioeconômicas. Tal realidade revela que o autoritarismo encontra terreno fértil na personalidade dos indivíduos, sendo reforçado por contextos sociais que validam essas inclinações. A combinação entre um ambiente social autoritário e a predisposição individual ao autoritarismo fortalece ainda mais essa realidade, que pode se manifestar de formas sutis ou explícitas em diferentes esferas e momentos da sociedade.

O autoritarismo não é um traço fixo e imutável da personalidade, mas uma disposição que pode ser ativada ou mitigada dependendo do contexto e das influências externas. Ao consideramos o contexto de estudantes universitários, é possível evidenciar como a racionalidade conservadora se manifesta de maneira disfarçada em discursos que, à primeira vista, parecem estar desafiando o sistema ou tentando mudar algo de maneira radical. Porém, mesmo que pareçam estar defendendo mudanças, na verdade as ações dessa racionalidade estão reforçando as mesmas estruturas de poder e valores conservadores que ela diz combater, principalmente com relação à identificação com grupos religiosos. Essa é a lógica neoliberal, que promove o individualismo e a mercantilização de direitos sociais, esvazia o potencial crítico, minando a reflexão profunda e contribuindo para a perpetuação de um sistema que favorece a manutenção do *status quo* ao invés de promover uma verdadeira transformação social e mantém as desigualdades e a própria base do autoritarismo (Almaduras, 2021).

Podemos ainda evidenciar que estudantes universitários com tendências autoritárias mais elevadas, que se manifestam em vários traços, também apresentam predominância de procedimento de razão irracional, caracterizado pela aceitação de normas sociais estabelecidas pela submissão à autoridade, ideia de pertença e adesão a valores tradicionais atrelado a idealizações. Essa racionalidade é funcional e adaptada ao contexto social, sustenta a manutenção de hierarquias e preconceitos sem questionamento crítico. Trata-se de uma racionalidade que se alinha aos interesses de ordem e controle social, ignorando contradições,

diferenças e injustiças estruturais. Esse procedimento é mais pronunciado nos estudantes com tendência média-alta, embora também esteja presente de forma mais sutil nos de tendência média-baixa e baixa, sugerindo que a racionalidade conservadora opera em diferentes níveis de autoritarismo.

Importante ressaltar também que a maioria dos sujeitos com tendência autoritária média-baixa e baixa apresenta procedimentos de racionalidade não conservadora, porque demonstra uma capacidade de reflexão crítica, preocupação com o outro, busca por igualdade e justiça social, bem como respeito pelas diferenças, demonstrando que é fundamental reconhecer a importância de resistir a influências autoritárias em tempos de polarização política, principalmente em nosso contexto neoliberal. Entretanto, essa resistência não deve se limitar a uma oposição política superficial, mas requer uma compreensão profunda das dinâmicas que sustentam a identificação com grupos e a adesão a ideologias autoritárias.

Assim, asseveramos que um dos pilares fundamentais dessa resistência é o desenvolvimento de uma consciência crítica, que permite aos indivíduos questionar normas sociais, valores e ideologias estabelecidas, um sujeito que esteja disposto a sustentar a angústia das contradições sociais. A educação, nesse contexto, desempenha um papel crucial, ao promover a reflexão e a análise das contradições existentes nos sujeitos com tendência autoritária. É necessário também estar atento a um importante alerta de Adorno (1995b): embora a educação possa ser um caminho para a emancipação individual e social, devemos ter cuidado com as idealizações, já que a educação nem sempre é um fator de libertação, podendo contribuir tanto para a conscientização crítica, como pode levar à domesticação e à pseudoformação, ou seja, à produção de indivíduos que aparentam estar bem-informados, mas cujas informações são adquiridas de maneira acrítica, sem que a sua capacidade de reflexão seja verdadeiramente acionada.

Ao refletirmos sobre as narrativas predominantes que sustentam o autoritarismo, podemos contribuir para a construção de uma cultura formativa, no sentido adorniano, em que o desenvolvimento de uma consciência crítica e a capacidade de questionamento sejam fundamentais para a transformação social. Isso é essencial para a consolidação de uma sociedade que possa romper com atitudes autoritárias e antidemocráticas. Ademais, evidenciamos a necessidade de mais estudos que sigam e aprofundem a análise da relação entre identificação grupal e tendências autoritárias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O que significa elaborar o passado. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995a, p. 28-49.

_____. Educação após Auschwitz. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995b, p. 129-150.

_____. Teoria da Semicultura. Trad. Newton Ramos de Oliveira com colaboração de Bruno Pucci e Claudia Moura Abreu. **Educação e Sociedade**, Campinas: Papirus, 1996. p. 388-411.

_____. **Liderança democrática e manipulação de massas**. [* Reproduzido de *Gesammelte Schriften* Vol. 20, T. I [Soziologische Schriften] Frankfurt: Surhkamp Verlag, 1986, (s/p). Traduzido por Francisco Rüdiger. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno__Lideran%C3%A7a_democr%C3%A1tica_e_manipula%C3%A7%C3%A3o_de_massas.htm?1349567546>. Acesso em: 20/11/2021.

_____. **As estrelas descem à Terra – a coluna de astrologia do Los Angeles Times**: um estudo sobre superstição secundária. Trad. Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: Editora da Unesp, 2008a, 194 p.

_____. **Mínima Moralía**: reflexões a partir da vida lesada. Trad. Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008b.

_____. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascistas. **Theodor**. Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015a. p.153-189.

_____. Sobre a relação entre sociologia e Psicologia. In. **Theodor**. Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015b. p. 71-35. B

_____. Antissemitismo e propaganda fascista. In. **Theodor**. Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015c. p. 137-152.

_____. **Aspectos do novo radicalismo da direita**/ Theodor Adorno. Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Editora UNESP. 2020, p. 43-77.

_____. Política e economia no material das entrevistas. In. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virginia Helena Ferreira Costa e traduzido por Virginia Helena Ferreira, Francisco Lopes Corrêa, Carlos Henrique Pissardo.– São Paulo. Editora UNESP. 2019a. p. 337-482.

_____. Estudos qualitativos de ideologia. In **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virginia Helena Ferreira Costa e traduzido por Virginia Helena Ferreira, Francisco Lopes Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. – São Paulo. Editora UNESP. 2019b. p. 233-336.

_____. A mensuração de tendências implicitamente antidemocráticas. In. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virginia Helena Ferreira Costa e traduzido por Virginia Helena Ferreira, Francisco Lopes Corrêa, Carlos Henrique Pissardo.– São Paulo. Editora UNESP. 2019c. p. 123-232.

_____. Tipos e síndromes. In **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virginia Helena Ferreira Costa e traduzido por Virginia Helena Ferreira, Francisco Lopes Corrêa, Carlos Henrique Pissardo.– São Paulo. Editora UNESP. 2019d. p. 515-589.

Adorno, Theodor. W; Frenkel-Brunswik, Levison, Daniel. R; Sanford, Nevitt. **Introdução**. In. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virginia Helena Ferreira Costa e traduzido por Virginia Helena Ferreira, Francisco Lopes Corrêa, Carlos Henrique Pissardo.– São Paulo. Editora UNESP. 2019. p. 71-120.

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. O conceito de esclarecimento. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985a. p.17- 46.

_____. Elementos do Antissemitismo. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de. Janeiro: Jorge Zahar, 1985b. p.139-171.

_____. A indústria cultural: O esclarecimento como mitificação das massas. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de. Janeiro: Jorge Zahar, 1985c. p.89-138.

_____. Excurso II: Juliette ou Esclarecimento e Moral. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de. Janeiro: Jorge Zahar, 1985d. p.71-99.

ALMADURAS, B. K. Parece Revolução, mas é só neoliberalismo. **Revista Piauí**. Edição 172. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/parece-revolucao-mas-e-so-neoliberalismo/>. Acesso em: 10/09/2024.

ALVES, M. F. S. C. de A., & BORDIN, M. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Retratos da Escola**, 17(37), 2023, p.41–60. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1738>>. Acesso em: 02/08/2024

ARAÚJO, S. M. V.G, SILVA, R. S. Frentes e bancadas parlamentares : uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. **10º Encontro de ciência e a política**: memória e futuro. 2016. p. 1-29. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6517>>. Acesso em: 04/01/2024.

BERTONHA, J. F. Coerção, consenso e resistência num estado autoritário: o caso da Itália. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 12, n. 1, Maringá, 2008, pp. 141-163. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38209>> Acesso em: 07/07/2022.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. – Brasília, DF: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais Distrito Drag, 2023. 109p.

Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 02/01/2024.

BOITO JR. A democracia em Pedacos. **A Terra é redonda**. 20/05/2020. s/p. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-democracia-em-pedacos/>>. Acesso em: 20/09/2023.

_____. O caminho para o neofascismo brasileiro. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CSKYLS49WkF4Zr7fnFJTMmm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30/05/2022.

CATALANI, Felipe. Depois da meia-noite no século: Adorno e as análises do fascismo. **Apresentação. Aspectos do novo radicalismo da direita**. Adorno. T. São Paulo. Editora Unesp. 2015. p. 11-42.

COSTA, V. H. F. Resumo de The Authoritarian Personality. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad. Virginia Helena Ferreira, Francisco Lopes Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo. Editora UNESP. 2019a. p. 29 – 70.

_____. As antropologias autoritárias nas diferentes fases do capitalismo – Elaboraões a partir de Adorno. **Ethic@**. p. 488-513. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/download/82215/47564>>. Acesso em 10/09/2023.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/08/2022.

_____. Estudos sobre o século XVII. S Cadernos Espinosanos n°36. São Paulo. 2017.

_____. Neoliberalismo: a nova forma de totalitarismo. **A terra é redonda**, 06/10/2019. Disponível em:

<<https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>>. Acesso em: 05/12/2020.

CHRISTOFOLETTI, R. **Enciclopédia do Integralismo**: o dogma do sigma. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021. Disponível em:

<<https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/ENCICLOP%C3%89DIA-2.pdf>>. Acesso em: 02/08/2021.

CROCHIK, J.L. Tecnologia e individualismo: um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade. **Análise Psicológica** (Portugal), v.4, n.18, 2000. p. 529-543. Disponível em:

<<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/5831>>. Acesso em: 25/06/2021.

_____. **A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista**. 1999. Tese (Livre Docência em psicologia escolar e do desenvolvimento humano). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-20042018-122043/pt-br.php>>. Acesso em: 10/02/2021.

_____. Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. **Estudos de Psicologia I**, Campinas, 2005, p. 309-319. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300009>>. Acesso em: 25/06/2021.

_____. Preconceito e bullying: marcas da regressão psíquica socialmente induzida. **Revista de Psicologia USP**, v. 30, 2019, p. 1-11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/mL4fnjBWbC9FmVXjnYhz6Fc/?lang=pt> Acesso em: 26/05/2021.

_____. Personalidade autoritária e preconceito: relações. **Psicol. Argum.**, n, 39, 2021, p. 1181-1198. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/27479>>. Acesso em: 13/03/2022.

DIAS, A. A. M. **Anacronautas do teutonismo virtual**: uma etnografia do neonazismo na Internet. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2017. 311p. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/403920>>. Acesso em: 08/07/2023.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1995.

FREUD, S. 1856-1939. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). _____. **Cultura, sociedade, religião**: mal-estar na cultura e outros escritos. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. 1. ed. 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020., p. 137-232. (Obras incompletas de Sigmund Freud/coordenação Gilson Iannini, Pedro Heliodoro Tavares).

_____. Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). Trad. Paulo Cesar de Sousa. _____. **Obras completas**. Vol. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 p. 9-79. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692479/mod_resource/content/1/Tabu_FREUD%C%20Sigmund.%20Obras%20Completas%20%28Cia.%20das%20Letras%29%20Vol.%2011%20%281912%201914%29.pdf. Acesso em: 15/10/2023.

FREUD, A. Identificação com o agressor. _____. **O ego e os mecanismos de defesa**. Trad. Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 83 – 88. Disponível em: <<https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/anna-freud-o-ego-e-os-mecanismos-de-defesa-completo.pdf>>. Acesso em: 10/11/2023.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, G. N; BOTELHO, A. Revendo o pensamento conservador. (Orgs). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

GAVA, E. Integralismo: o fenômeno político fascista para disciplinar a luta de classes. **XXIII Simpósio Nacional de História**: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis, 2015, p. 1-18. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428371295_ARQUIVO_Trabalhocompleto_ElizianeGava.pdf>. Acesso em: 10/08/2022.

GANDESHA, S. Identifying with the agressor: from the authoritarian to neo-liberal personality. **Constellations**, v. 25, n. 1, March 2008, 147-164. Disponível em <<https://doi.org/10.1111/1467-8675.12338>>. Acesso em: 02 out. 2023.

GAGNEBIN, M. J. Walter Benjamin “Esquecer o Passado”. MACHADO, C.E.J; MACHADO JR. R.; VEDDA, M. (Orgs.) **Walter Benjamin**: experiência histórica e imagens dialéticas. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GARSCHAGEN, B. O conservadorismo segundo Roger Scruton. In. **O que é conservadorismo**. Trad. Guilherme Ferreira Araújo. 1 ed. São Paulo: É realizações, 2015. p. 17-25.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, J. de O. G. **Dando nome aos bois**: fascismo e a nova extrema direita. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2019. 113p. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13210/Guimar%c3%a3es%2c%20Julia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10/10/2022.

GONÇALVES, J. Caso Zulmira alerta para o duplo preconceito vivido por africanos no Brasil. **Centro de estudos das Relações de trabalho e desigualdade**. 12/06/2012. Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/violencia-seguranca/2385/caso-zulmira-alerta-para-o-duplo-preconceito-vivido-por-africanos-no-brasil>>. Acesso em: 15/10/2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

HITLER, A. **Minha luta**. São Paulo: Editora Moraes, 1983. Disponível em: https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/agent/67050/minha_luta_hitler.pdf. Acesso em: 10/08/2022.

HOBBSBAWM, E. O século: vista aérea e A queda do liberalismo. In. **A era dos extremos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 113 a 143.

HORKHEIMER, M. Autoridade e família. Trad. Hilde Cohn. **Teoria crítica I**. São Paulo: Edusp e Perspectiva, 1990.

_____. Meios e fins. In. **Eclipse da Razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002a, p. 9 -62.

_____. Ascensão e declínio do indivíduo. In. **Eclipse da Razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002b, p. 133 -166.

_____. Prefácio. ADORNO, T. **La personalidad autoritária**. Espanha: Editorial Proyección, 1965. p 15-18.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. Ideologia. In. **Temas básicos em Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973a. p. 184 – 205.

_____. O grupo. In. **Temas básicos em Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973b. p. 60 – 77.

HOLTON, G.; AUSTIN, R. Houve um holocausto chileno? Campos de concentração, genocídio político e a ditadura Pinochet. **Ten. Mund.**, Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007., p. 234-344.

JORGE, V. L.; FARIA, A. M. T. de; SILVA, M. G. da . Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 33. e227686, 2020, pp 1-44. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/XNBnwhWwbSsMPFrj4zmHQSg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17/03/2023.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2001. Disponível em: <https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/kant-critica-da-razao-pura.pdf>. Acesso em: 17/03/2023.

KERSHAW, I. **Hitler**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12507.pdf>. Acesso em: 06/07/2023.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LERNER, C. **A Mentalidade Conservadora no Brasil**: uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012 - 2018). Tese (Doutorado). Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2019., 255p.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, R. S.; JANNUZZI, .P. de M.; JUNIOR, J. F. M.; SEGUNDO, D. S. A.. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opin. Pública**, v.26, n.1, 2020, p. 34-65. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/wxYvwGfKfsm7XQYpYnQ7Dzv/#>>. Acesso em: 20/06/2022

LIMA, R. S. de (Org.). **Violência e democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022: percepções sobre medo de violência, autoritarismo e democracia.** São Paulo: FBSP, 2022. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.**

Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/546407a2-265c-4c80-9e6f-e9270cac11b7/full>. Acesso em: 09/09/2024.

LINS, L. F. T. de S. Notícias de falsos vendavais: o golpe do Estado Novo de 1937 e o discurso de junho de 1940 nos jornais estadunidenses. **História Debates e Tendências.** v.19, n.2, 2019, p. 332-351. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9433>>. Acesso em: 02/08/2024.

LOWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A terra é redonda,** São Paulo, 24/10/2019a (s/p). Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>>. Acesso em: 12/12/2020.

_____. **Conservadorismo e Extrema direita na Europa e no Brasil.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664 (s/p) Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10/-5/2023.

MACARINE, J.P. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 99, 2000, p. 1-35. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1729/texto99.pdf>. Acesso em: 01/08/2024.

_____. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 142, maio 2008.p. 1-30. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1772/textos142.pdf>>. Acesso em: 27/12/2023.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. Trad. Giasone Rebuá. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editore, 1973.

MARTINS, T. A. T. **A educação infantil no curso de pedagogia FE/UFG sob a perspectiva discente.** Goiânia, 2007. 221 f: Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert%20ate%20anexo1-%20Telma.pdf>>. Acesso em: 09/06/2022.

MASARO, L. De olhos bem abertos: a ideologia da sociedade industrial segundo Adorno. **Argumentos,** ano 10, n. 19, Fortaleza, jan./jun. 2018. p. 161-173. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/32028>>. Acesso em: 15/08/2022.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo. Boitempo. 2011.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867] . Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLLO, MLR; SAAD FILHO.-F. Neoliberal Economic Policies in Brazil (1994–2005): Cardoso, Lula and the Need for a Democratic Alternative. **New Political Economy**, v.11, n.1, 2006, p. 99-123. Disponível em:
<[https://www.academia.edu/15979528/Neoliberal Economic Policies in Brazil 1994 2005 Cardoso Lula and the Need for a Democratic Alternative](https://www.academia.edu/15979528/Neoliberal_Economic_Policies_in_Brazil_1994_2005_Cardoso_Lula_and_the_Need_for_a_Democratic_Alternative)>. Acesso em: 02/08/2024.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOURA, A. MBL – método e ação e combate. **A terra é redonda**. 2023. Disponível em:
<<https://aterraeredonda.com.br/mbl-metodo-de-acao-e-combate/>>. Acesso em: 28/12/2023.

MOTA, A. **Neoliberalismo e repressão no Chile**: os degredados na ditadura militar (1973-1990). Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020, 117 páginas. Disponível:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08072020-173228/publico/2020_AdirDeAlmeidaMota_VCorr.pdf. Acesso em: 29/05/2024.

MOTTA, R. P. S. Dossiê: o ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. p. 55-70. Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF>. Acesso em: 02/08/2024.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014, 368 p. e-Book.

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PUCCI, B. A personalidade autoritária no Brasil em tempos de neoliberalismo e de coronavírus. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, 1-17, e4538132, jan./dez. 2020 (Dossiê: Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil). Disponível em:
<><http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4538>. Acesso em: 20/04/2020.

PRESTES, A. L. Era Vargas: autoritarismo e repressão (1930-1945). **Encontro de Aprofundamento Temático – Memorial da Resistência de São Paulo**. 2011.

RESENDE, A. C. A. Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a Psicologia Social. **Estudos**, v. 28, n. 4, Goiânia, 2001, p. 511-538.

_____. Razão e Des-razão ou como sair vivo daqui. CHAVES, J. de C.; BITTAR, M.; GEBRIN, V. (Orgs.). **Escritos de Psicologia, Educação e Cultura**. Campinas: SP, 2015, p. 51-62. (v.2.)

_____. Crença e misticismo: as contrafaces do irracionalismo no psicólogo em formação. **Multitemas**, n. 8, 2016. p. 254-268.

Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/1271>. Acesso em: 10/02/2021.

REZENDE, M. J. de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984. Londrina: Eduel, 2013. (Livro digital).

ROCHA. **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil**: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Relatório. 2022. p. 1-52. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Acesso em: 09/09/2024.

ROURE, S. A.G. de. **Educação e Autoridade**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação (FE). Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2006. 156p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Tese%20Susie.pdf>. Acesso em: 10/08/2022.

SAFATLE V. Violências e libido: fascismo, crise psíquica contrarrevolução molecular. **Dossiê: O que vem depois do fascismo?** In. Estilhaço. São Paulo. Disponível em: <https://www.xn--estilhao-y0a.com.br/violenciaselibido>. Acesso em: 09/09/2024.

SEVERO, M. M. **Neoliberalismo e bolsonarismo : uma análise do governo Bolsonaro em tempos de pandemia da Covid-19**. Dissertação de mestrado. UFPB/CCHLA, 145 f. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29915?locale=pt_BR. Acesso em: 09/09/2024.

SILVA, S.S. “Chicago boys” e neoliberalismo latino-americano: uma análise gramsciana. **Contrarreformas ou revolução**: respostas ao capitalismo em crise. Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, v.3, p.1-13. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25788>. Acesso em: 28/05/2024.

SIMÕES, R. D.; SOUZA, J. E. Simbologia e ritualização na Ação Integralista Brasileira. In: SOUZA, J. E.; JUNIOR, H. S. D. (Orgs.). **Instituições e práticas educativas no Brasil**: teoria e história. Sergipe: Editora UFS, 2012a. v. 1. p. 169-214.

TAVARES, M. S.; ALVES, A. A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro: licença para matar! **Revista Brasileira de História**. v. 43, n. 94, São Paulo, 2023, p. 41-61. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/wZGzZtvrQFp5MNRd7tq9QFS/?lang=pt#>>. Acesso em: 02/08/2024.

TOGLIATTI. P. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Analisa UFG**: painéis de assistência estudantil – perfil socioeconômico da graduação. Goiânia: UFG, 2023. Disponível em: <<https://analisa.ufg.br/p/34884-assistencia-estudantil>>. Acesso em: 01/06/2023.

ZUIN, A. A. S. O trote Universitário como violência escolar. **Educ. Real.**, v. 36, n. 2, Porto Alegre, p. 587-604. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13132/12929>>. Acesso em: 10/10/2023.

ANEXOS
ANEXO I - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP-UFG)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade

Pesquisador: TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61797722.4.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.663.514

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade

Pesquisador Responsável: TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61797722.4.0000.5083

Submetido em: 18/08/2022

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Situação da Versão do Projeto: Aguardando parecer do colegiado

Localização atual da Versão do Projeto: UFG - Universidade Federal de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Pesquisa de doutorado da Faculdade de Educação da UFG intitulada "Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade" proposta por Tatyane Pereira de Moraes Soares.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo declarado deste trabalho é investigar se existem tendências autoritárias em estudantes que participam (ou não) de grupos sociais.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970

UF: GO **Município:** GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.663.514

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora aponta:

Riscos:

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. O instrumento adotado é aplicação de questionário com perguntas estruturadas e semiestruturada que obedece aos critérios éticos, oferecendo riscos mínimos à dignidade dos participantes, à integridade física, moral, intelectual ou emocional. Mediante isto, caso algum envolvido sinta-se constrangido física e/ou emocionalmente com alguma questão, terá todo direito de não a responder. Terão ainda a liberdade de se recusar a participar ou de continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade e/ou prejuízo. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador terá acesso aos dados coletados. A divulgação dos dados será permitida mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade legal pelos mesmos, tendo o participante direito a pleitear reparação a danos imediatos ou futuros decorrentes da participação da pesquisa.

Benefícios:

A pesquisa tem relevância acadêmica e social, ao passo que oportuniza a discussão sobre o autoritarismo em nossa sociedade. Pensar nessa discussão considerando os aspectos objetivos, ou seja, o modo de produção capitalista bem como os aspectos subjetivos considerando os traços ou mentalidade potencialmente autoritária, nos levam a refletir sobre o porquê em sociedade ditas democráticas os indivíduos tendem a se identificar com as tendências autoritárias. Este estudo deverá contribuir com o descortino de processos históricos, sociais e psicológicos que ocasionaram regimes autoritários em nossa história e atualidade. Neste sentido o trabalho pode fornecer a compreensão sobre as tendências autoritárias em estudantes que participam ou não de grupos sociais, buscando compreender quais os determinantes que contribuem para adesão ou não ao autoritarismo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O grupo de participantes a ser investigado são os estudantes do curso de Pedagogia e de Medicina nos anos iniciais entre primeiro e segundo período e nos anos finais entre sétimo e oitavo período, ser maior de dezoito anos, aceitar e se disponibilizar a responder o questionário e a escala F. Total de 400 participantes. A autora indica início do cronograma para 19/12/2022.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.663.514

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão presentes e adequadamente formulados. Porém, acreditamos que a autora poderia estar induzindo seus sujeitos a não responder de forma adequada ao questionário, uma vez que ela diz que a pesquisa é sobre autoritarismo. Bastaria apenas dizer que é sobre conservadorismo, para evitar tornar a pesquisa inútil.

Recomendações:

Sugerimos que a autora modifique o cabeçalho inicial do questionário, pois ela mesma diz que os sujeitos da pesquisa não devem se identificar na folha de questionário e o cabeçalho chama-se "Identificação", sugerimos trocar pro "Dados sócio-econômicos" ou equivalente. Ainda acerca do questionário, não se compreende bem porque o indivíduo ao respondê-lo no item 2.4 deve escolher um único item, quando obviamente ele pode fazer parte de mais de um movimento ou grupo (o pesquisador deveria então indicar que deseja que a resposta aponte o principal grupo de pertença). O mesmo vale para 2.5.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências, no entanto sugerimos a autora reparar nas recomendações acima bem como na observação sobre o Tcle. Outrossim, observamos que a coleta de dados só pode ser realizada após a apreciação e aprovação do presente processo pelo CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para março de 2024.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2002413.pdf	18/08/2022 14:23:45		Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	18/08/2022 12:43:07	TATYANE PEREIRA DE MORAIS	Aceito

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br

Página 03 de 04



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.663.514

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_Faculdade_de_Medicina.pdf	18/08/2022 12:39:37	TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_Faculdade_de_Educacao.pdf	18/08/2022 12:39:21	TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/08/2022 12:30:02	TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso.pdf	18/08/2022 12:29:08	TATYANE PEREIRA DE MORAIS	Aceito
Outros	Questionario.pdf	18/08/2022 12:24:55	TATYANE PEREIRA DE MORAIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Cronograma.pdf	18/08/2022 12:23:27	TATYANE PEREIRA DE MORAIS SOARES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	18/08/2022 12:19:23	TATYANE PEREIRA DE MORAIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 26 de Setembro de 2022

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970

UF: GO **Município:** GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br

ANEXO 2 – TERMO DE COMPROMISSO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12* e/ou da *Resolução CNS n.º 510/16*, bem com suas complementares, como pesquisador(a) responsável e/ou pesquisador participante do projeto intitulado “Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade”. Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: 15/08/2022

Nome do(a) Pesquisador(a)	Assinatura Manuscrita ou Digital
1. Tatyane Pereira de Moraes Soares	
2. Juliana de Castro Chaves	
3.	
4.	

ANEXO 3 – TERMO DE ANUÊNCIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UFG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade de Educação – FE, vinculada a Universidade Federal de Goiás, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade”, a ser desenvolvido com os estudantes do curso de Pedagogia nos anos iniciais entre primeiro e segundo período, e nos anos finais entre sétimo e oitavo período, coordenado pela pesquisadora Tatyane Pereira de Moraes Soares, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, desenvolvido em conjunto e sob orientação da pesquisadora Prof.^a Dr.^a Juliana de Castro Chaves, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

A Faculdade de Educação – FE assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados entre outubro de 2022 a maio de 2023.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, ...17 de agosto de 2022


Diretora da Faculdade de Educação da UFG

Rua 235, Setor Universitário CEP: 74605-050 Goiânia - Goiás - Brasil Telefones: Direção (62) 3209-6202
Secretaria acadêmica (pedagogia): (62) 3209-6219 Fax: (62) 3521-1879

ANEXO 4 – TERMO DE ANUÊNCIA DA FACULDADE DE MEDICINA – UFG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

TERMO

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade de Medicina – FM da Universidade Federal de Goiás apresenta anuência com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade”, a ser desenvolvido com estudantes do curso de Medicina nos anos iniciais entre o primeiro e segundo período e nos anos finais entre o sétimo e oitavo período, coordenado pela pesquisadora Tatyane Pereira de Moraes Soares, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, desenvolvido em conjunto e sob orientação da pesquisadora Prof.^a Dr.^a Juliana de Castro Chaves, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

A Faculdade de Medicina da UFG assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados entre outubro de 2022 a maio de 2023. Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED] em 17/08/2022, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3120549** e o código CRC **7C1D0FA9**.

ANEXO 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade”. Meu nome é Tatyane Pereira de Moraes Soares, aluna do curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Goiás. Sou a pesquisadora responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Quero deixar claro que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail tatyane.morais@discente.ufg.br e, através do seguinte contato telefônico: (62) 98425-0643, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, através do seguinte contato telefônico: (62)3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

Essa pesquisa busca analisar a relação entre razão, conservadorismo e tendências autoritárias. Será entregue a você um questionário com questões estruturada e semiestruturadas e para isso deverá reservar um período de aproximadamente 30 minutos para respondê-lo. O estudo obedece aos critérios éticos, não oferecendo riscos à sua dignidade, bem como, a sua integridade física, moral, intelectual ou emocional. Mediante isto, existe um risco mínimo e, caso sinta-se constrangido física e/ou emocionalmente com alguma questão, terá todo direito de não a responder. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade e/ou prejuízo.

As informações coletadas nesta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Somente o pesquisador terá acesso aos dados coletados.

Rua 235, Setor Universitário CEP: 74605-050 Goiânia - Goiás – Brasil Telefones: Direção (62) 3209-6202
Secretaria acadêmica (pedagogia): (62) 3209-6219 Fax: (62) 3521-1879.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade legal pelos mesmos, tendo o participante direito a pleitear reparação a danos imediatos ou futuros.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício e/ou gasto financeiro. Ressaltamos que, sua participação é de suma importância para alcançarmos os objetivos previamente estabelecidos. O material será guardado pelo pesquisador responsável por um período mínimo de cinco anos e depois será reciclado. Os resultados obtidos, decorrente do estudo se tornarão públicos, sejam eles favoráveis ou não, em forma de tese via portal do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás e em forma de artigos, palestras, e eventos científicos.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo.

Pode haver a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses na opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
- () Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.



CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Razão irracional e conservadorismo: Tendências autoritárias na atualidade”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável *Tatyane Pereira de Moraes Soares* sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO	
Nº _____	(Não preencher) Data da entrega ____/____/____ (Não preencher)
Instruções Pedimos a você que: a) Leia atentamente cada questão e responda segundo a sua primeira impressão; b) Responda a todas as questões; e c) Não comente as questões com outras pessoas durante a aplicação. d) Assinale com um (X) a opção que mais se aproxima da sua realidade. e) As perguntas dissertativas possuem espaço para resposta. O seu anonimato será resguardado. Você não deve se identificar nem assinar nenhuma das folhas. Obrigada!	
I) DADOS SOCIOECONÔMICOS	
1. Idade?	
1.1. Curso:	Semestre: _____
1.2. Sexo:	
(1) Feminino (2) Masculino (3) Outro. Qual? _____	
1.3. Identidade de Gênero:	
(1) Cisgênero - correspondente ao sexo biológico (2) Transgênero - oposto ao sexo biológico (3) Não binário - identidade de gênero não estabelecida (4) Não possuo identidade de gênero (5) Outro. Qual? _____	
1.4. Estado civil:	
(1) Solteiro/a (2) Casado/a (3) Separado/a/divorciado/a (4) União Estável (5) Outro. Qual? _____	
1.5. Cor/raça	
(1) Branca (2) Preta (3) Parda (4) Amarela (5) Indígena (6) Outro. Qual? _____	
1.6. Renda familiar aproximada: (Valor de referência salário-mínimo vigente de R\$ 1.212,00).	
(1) Abaixo de 1 S.M (2) Entre 1 e 3 S.M (3) Entre 4 e 6 S.M (4) Entre 7 e 10 S.M (5) Acima de 10 S.M (6) Não sei informar	

II) PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS

2. Você se identifica com ideias de algum grupo social?

(1) Sim (2) Não

2.1. Caso sim, qual grupo? (Você pode marcar até 3 opções).

- (1) Religioso
- (2) Partido Político
- (3) Movimentos Sociais
- (4) Redes sociais
- (5) Outro. Quais? _____

2.2. Caso se identifique com as ideias de algum grupo religioso, qual? (Escolha apenas uma alternativa).

- (1) Católico(a)
- (2) Católico (a) ortodoxo (a)
- (3) Evangélico
- (4) Evangélico (a) neopentecostal
- (5) Espírita
- (6) Judeu
- (7) Testemunha de Jeová
- (8) Mormon
- (9) Candomblé
- (10) Umbanda
- (11) Budismo
- (12) Islamismo
- (13) Outro. Qual? _____

2.2.1. Você frequenta/participa deste grupo?

(1) Sim (2) Não

2.2.2. Sintetize com uma frase por que você se identifica com as ideias deste grupo.

2.3. Caso se identifique com as ideias de algum partido político, qual? (Escolha apenas uma alternativa)

- (1) Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)
- (2) Partido Social Cristão (PSC)
- (3) Partido Liberal (PL)
- (4) Partido Republicano Progressista (PRP)
- (5) Partido Social Democracia Brasileira (PSDB)
- (6) Democratas (DEM)
- (7) Partido da Mobilização Nacional (PMN)
- (8) Partido Pátria Livre (PPL)
- (9) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
- (10) Partido dos Trabalhadores (PT)
- (11) Partido Socialista Brasileiro (PSB)
- (12) Partido Popular Socialista (PPS)
- (13) Outro. Qual? _____

2.3.1. Você frequenta/participa deste grupo?

(1) Sim (2) Não

2.3.2. Sintetize com uma frase por que você se identifica com as ideias deste grupo.

2.4. Caso se identifique com as ideias de algum grupo/movimento social, qual o grupo que mais se identifica e ou pertence? **(Escolha apenas uma alternativa).**

- (1) Movimento dos Trabalhadores sem Terra
- (2) Movimento Feminista
- (3) Movimento Estudantil
- (4) Movimento Antirracista
- (5) Movimento LGBTQIA+
- (6) Movimento Ambientalista
- (7) Movimento Brasil Livre
- (8) Movimento Vem pra Rua
- (9) Movimento Escola sem Partido
- (10) Movimento Integralista e Linearista Brasileiro
- (11) Movimento *Homeschooling* Brasil
- (12) Movimento Nacional da Cidadania pela vida – Brasil sem aborto
- (13) Outro. Qual? _____

2.4.1. Você frequenta/participa deste grupo?

- (1)Sim (2) Não

2.4.2. Sintetize com uma frase por que você se identifica com as ideias desse grupo.

2.5. Caso se identifique com as ideias de algum grupo em sites ou rede social, qual o grupo mais se identifica e ou pertence? **(Escolha apenas uma alternativa).**

- (1) Brasil acima de tudo e Deus acima de Todos
- (2) Brasil Paralelo
- (3) O antagonista
- (4) Movimento Brasil conservador
- (5) Grupo telegram B-38 Oficial
- (6) Pátria Amada
- (7) Mulheres pela democracia
- (8) Antifascismo
- (9) Galãs feios
- (10) Brasil 247
- (11) Rita Von Hunty – estudos e debates
- (12) Mídia Ninja
- (13) Outro. Qual? _____

2.5.1. Você frequenta/participa deste grupo?

- (1)Sim (2) Não

2.5.2. Sintetize com uma frase por que você se identifica com as ideias desse grupo.

III) ESCALA (F)

Esta escala visa pesquisar a sua opinião a respeito de uma série de temas e a tendência para a ação em algumas situações.

3. Indique ao lado de cada afirmação a pontuação de sua concordância ou discordância.

+1: Concordo levemente	-1: Discordo levemente
+2: Concordo moderadamente	-2: Discordo moderadamente
+3: Concordo totalmente	-3: Discordo totalmente

3.1. _____. A obediência e o respeito pela autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças.

3.2. _____. Nenhuma fragilidade ou dificuldade pode nos deter, quando temos suficiente força de vontade.

3.4. _____. A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.

3.6. _____. Tal como é a natureza humana, sempre haverá guerras e conflitos.

3.8. _____. Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar.

3.9. _____. Quando alguém tem problemas ou preocupações, é melhor não pensar neles e ocupar-se de coisas mais agradáveis.

3.12. _____. Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.

3.13. _____. O que mais necessita a nossa juventude é uma disciplina estrita, firme determinação e vontade de trabalhar e lutar pela família e pela pátria.

3.16. _____. Algumas pessoas nascem com necessidade de saltar de lugares altos.

3.19. _____. Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra.

3.21. _____. Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para sossegar os seus pensamentos.

3.22. _____. O melhor é fazer uso de algumas autoridades antes da guerra para manter a ordem e evitar o caos.

3.23. _____. O que este país necessita, primordialmente, antes de leis ou planos políticos, são alguns líderes valentes, incansáveis, e devotos em quem o povo possa depositar a sua fé.

3.25. _____. Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que a prisão; quem comete estes crimes deveriam ser açoitados publicamente ou receber um castigo pior.

3.26. _____. As pessoas podem ser divididas em duas classes distintas: os fracos e os fortes.

3.27. _____. Não se concebe nada mais baixo do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.

3.29. _____. Algum dia se provará talvez que a astrologia pode explicar muitas coisas.

3.31. _____. Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser estritamente pessoais e privados.

3.33. _____. As guerras e os conflitos sociais podem acabar algum dia por obra de um terremoto ou de uma inundação que destrua o mundo inteiro.

- 3.34. _____. A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais desonestas e de mente fraca.
- 3.35. _____. A selvagem, primitiva vida sexual dos antigos gregos e romanos, era contida perto de algumas coisas que acontecem nesse país, mesmo em lugares nos quais as pessoas menos esperariam.
- 3.37. _____. Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.
- 3.38. _____. A maioria das pessoas não imagina até que ponto nossa vida está dirigida por complôs forjados em lugares secretos.
- 3.39. _____. Os homossexuais estão próximos da criminalidade e devem por isso ser severamente castigados.
- 3.41. _____. O comerciante e o executivo de uma indústria são muito mais importantes para a sociedade que o artista e o professor.
- 3.42. _____. Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.
- 3.43. _____. A familiaridade cria desprezo.
- 3.44. _____. Só através do sofrimento se aprendem as coisas verdadeiramente importantes.